FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - NCT
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

ANA PAULA DE AQUINO PEREIRA LYRA

GEOGRAFIA E SEXUALIDADE: O ESPAÇO E LUGAR DE MENINAS AMAZÔNIDAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

PORTO VELHO/RO
2015

ANA PAULA DE AQUINO PEREIRA LYRA

GEOGRAFIA E SEXUALIDADE: O ESPAÇO E LUGAR DE MENINAS AMAZÔNIDAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

PORTO VELHO/RO
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

L992g

Lyra, Ana Paula de Aquino Pereira

Geografia e sexualidade: o espaço e lugar de meninas Amazônidas no contexto da violência intrafamiliar./Ana Paula de Aquino Pereira Lyra. Porto Velho, Rondônia, 2015.
165 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientadora: Prof. Dr.ª Maria das Graças Silva Nascimento Silva

1.Geografia-gênero-sexualidade. 2. Violência sexual. 3. Incesto.4. Espaço e lugar. I. Silva, Maria das Graças Silva Nascimento. II. Título.

CDU: 91:343.55

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANA PAULA DE AQUINO PEREIRA LYRA

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** e constituída pelos examinadores **Prof. Dr. Josué da Costa Silva e Profa. Dra. Joseli Maria Silva,** reuniram-se no dia 14 de dezembro de 2015, às 9 horas na sala Rosa Ester Rossini, Bloco 1N, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, via SKYPE para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada **"Geografia e Sexualidade: O espaço e lugar de meninas Amazônidas no contexto da violência sexual intrafamiliar"** da mestranda **Ana Paula de Aquino Pereira Lyra,** matrícula 201310026. Após a explanação da mestranda e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. A candidata tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de defesa, conforme o que preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG.

Porto Velho, 14 de dezembro de 2015.

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/Presidente

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Joseli Maria Silva

Profa. Dra. Joseli Maria Silva
Examinadora Externa/Universidade Estadual de Ponta Grossa

Este documento tem validade de 90 (noventa) dias.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às meninas que tiveram sua
infância roubada pela violação de seus corpos...
Esquecidas enquanto Sujeitos de Direitos...

“A coragem é corretamente considerada a
primeira qualidade humana, porque é
a qualidade que garante todas as outras”.
(Winston Churchill).

AGRADECIMENTOS

“Somos como blocos de pedras nos quais o Escultor cria formas humanas. Os golpes do formão que doem tanto são os que nos tornam perfeitos para o Criador...”
(Filme Terra das Sombras)

Agradeço primeiramente ao autor da vida, ao grande Deus, Criador do universo, que nos deu habilidades através do conhecimentos para elaborar obras grandiosas e criar. Agradeço aos meus queridos familiares que contribuíram com a paciência, cuidado e amor. Em especial, ao meu amado esposo Igor Lyra que tanto me incentivou e fortaleceu-me nos momentos de angústia, demonstrando zelo, companheirismo, carinho e amor. Aos meus ilustres mestres do Programa, em especial minha orientadora,” Gracinha”, uma mulher maravilhosa, que me forneceu ferramentas do conhecimento geográfico e teve paciência nas orientações e na construção deste trabalho. Aos amigos e colegas que fizeram parte desta construção, a eles devo minha eterna gratidão, e, claro, minha admiração singular ao meu estimado Grupo de Pesquisa GEPGENERO, finalizo agradecendo ao apoio financeiro do CNPQ.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre a violência sexual intrafamiliar na região urbana de Porto Velho no estado de Rondônia. A violência contra a criança e adolescente perpassa todas as camadas sociedade, mas predomina nas classes mais vulneráveis socialmente, ela deixa sequelas profundas nas vítimas, que são na sua maioria do gênero feminino. O incesto, aqui tratado como o cerne da pesquisa, é uma invasão do corpo infanto-juvenil que aprisiona a vítima e deixa cicatrizes na alma, que dificilmente serão curadas. A presente dissertação teve a questão central, que impulsionou nossa pesquisa, como o espaço/lugar compõem o fenômeno da violência sexual intrafamiliar em Porto Velho-RO. Analisamos suas representações, os elementos de poder, relações de gênero e sua constituição no lugar/espaço. Esta pesquisa contextualiza a geografia das sexualidades e gênero, abordando a violência sexual infanto-juvenil, com enfoque nas reações incestogênicas. Com a abordagem fenomenológica a pesquisa buscou compreender a dinâmica da família incestogênica, mostrando os pactos de silêncio estabelecidos no espaço e lugar onde esta violação acontece e perpetua. A pesquisa teve como inferência teórica autores como Tuan, Silva, Ornat, Nascimento Silva, Azevedo, Guerra, dentre outros renomados. Utilizou-se como fonte de dados Relatórios Anuais e Estatísticos dos Serviços de Responsabilização Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente Nacional e de Porto Velho (DEPCA, CDCA/RO, CREAS, Disque 100 e SINAN). Além do referencial teórico utilizamos a observação participativa com relatos em diário de campo de vinte famílias atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, junto à equipe profissional psicossocial que atende crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nestas famílias selecionadas conseguimos observar de forma participativa apenas dez, em que analisamos as interações, os elementos de poder, as relações de gênero e a constituição dos lugares/espaços, sendo descrito os pontos de questionamento nesta pesquisa. Nos resultados contribuímos para uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre a violência de gênero contra crianças e adolescentes no núcleo familiar.

Palavras-Chaves: Família. Violência Sexual. Incesto. Espaço/Lugar. Gênero. Geografia das Sexualidades.

ABSTRACT

This dissertation deals with sexual violence within the family in the urban area of Porto Velho in Rondonia state. Violence against children and adolescents runs through all layers society, but predominates in the more vulnerable classes socially, it leaves deep consequences on the victims, who are mostly female. Incest, here treated as the research core is an invasion of childhood body that imprisons the victim and leaves scars on the soul, which are unlikely to be cured. This dissertation was the central issue, which boosted our research, as the space/place make up the phenomenon of sexual violence within the family in Porto Velho. Analyze their representations, the elements of power, gender relations and its constitution in place/space. This research contextualizes the geography of sexualities and gender, addressing child and adolescent sexual violence, focusing on incest reactions. With the phenomenological research aimed to understand the dynamics of incest family, showing silence pacts established in space and where this violation occurs and perpetuates. The research was theoretical inference authors like Tuan, Silva, Ornat, Nascimento Silva, Azevedo, Guerra, among other renowned. It was used as a data source and Annual Statistical Reports of Accountability Defense and Protection Services for Children and Adolescents National and Porto Velho (DEPCA, CDCA/RO, CREAS, Disque 100 and SINAN). In addition to the theoretical use participant observation to reports in daily twenty families in the field met Specialized Reference Center for Social Assistance CREAS, with the psychosocial professional team that serves children and adolescents victims of sexual violence. In these selected families can observe in a participatory manner only ten, where we analyze the interactions, the elements of power, gender relations and the constitution of the places / spaces, and described the questioning points this search. The results contribute to a critical and interdisciplinary reflection on gender violence against children and adolescents in the core family.

Key Words: Family. Sexual Violence. Incest. Space / Place. Genre. Geography of Sexualities.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01 - Síntese da Violência Doméstica Notificada 50
Quadro 02 - Violência Doméstica Divisão por Gênero 51
Quadro 03 - Violência Sexual Notificada - Divisão por Gênero 59
Quadro 04 - Violência Sexual Intrafamiliar Notificada 63
Quadro 05 - Características das Vítimas de Estrupo no Brasil 65
Quadro 06 - Densidade Demográfica dos Principais Munícipios 87
Quadro 07 - Características das Famílias Abusivas 113
Quadro 08 - Mitos e Realidades do Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar 118
Quadro 09 - Principais Indicadores da Violência Sexual 122
Quadro 10 - Compreendendo a Violência Intrafamiliar 129
Quadro 11 - Abuso Sexual Intrafamiliar - Maiores Incidências 130
Quadro 12 - Maior Incidência por Bairro 131
Quadro 13 - Denuncias de Violências - DEPCA/RO 132
Quadro 14 - Violência Sexual Notificada - Municípios de Rondônia 133
Quadro 15 - Levantamento Violência Sexual de Rondônia 134
Quadro 16 - Denúncias de Violências contra a Criança e ao Adolescente 134
Quadro 17 - Disque 100 - Agosto de 2014 - Principais Municípios de RO 136
Quadro 18 - Famílias Atendidas CREAS/PAEFI - Abuso Sexual Intrafamiliar .138

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Frequência da Agressão contra Mulher 44
Gráfico 02 - DEPCA Dados Comparativos 57
Gráfico 03 - Distribuição da População Por Sexo 88
Gráfico 04 - Abuso Sexual Atendidos no CREAS/PAEFI 129
Gráfico 05 - Casos de Abuso Sexual CREAS/PAEFI 135
Gráfico 06 - Notificação em Porto Velho 137

LISTAS DE ILUSTRAÇOES

Figura 01 - Organograma da Violência Doméstica Infanto-juvenil 49
Figura 02 - Ficha de Notificação Individual 53
Figura 03 - Mapa de Porto Velho por Regiões 83
Figura 04 - Mapa de Porto Velho por Bairros 86
Figura 05 - Mapa do Incesto por Bairros - Porto Velho 148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência
CAPS I	Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-Juvenil
CECOVI	Centro de Combate à Violência Infantil
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CDCA/RO	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Maria dos Anjos – Rondônia
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP	Código Penal
CRAS	Centro de Referencia de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEPCA	Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESCA	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
I CTCA	Primeiro Concelho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente
II CTCA	Segundo Concelho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JIJ	Juizado da Infância e Juventude
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MP	Ministério Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ORG	Organização não governamental
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e

	Indivíduos
SAVS	Serviço de Atendimento à Violência Sexual
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIPANI	Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância
UnB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I - OLHARES GEOGRAFICOS: GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA 21

1 ENTRELAÇANDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA GEOGRÁFICA 22
1.2 RECORTE DE GÊNERO: CONCEITOS EM DEBATE..... 28
1.3 GEOGRAFIA DAS SEXUALIDADES E A VIOLÊNCIA 33
1.4 REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA 37
1.5 A VIOLÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO 43
1.6 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTO-JUVENIL..... 46
1.7 MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR 54
1.7.1 Tipificação da Violência 58
1.7.1.1 Compreendendo a Violência Sexual 62

CAPÍTULO II - CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA 70

2 TECENDO CONCEITOS FENOMENOLÓGICOS 71
2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA VIOLÊNCIA 80
2.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PESQUISA 82
2.3. CAMPO DA PESQUISA: *O LOCUS* 88

CAPÍTULO III - ERA UMA VEZ... FAMÍLIAS E O INCESTO 93

3 A RELAÇÃO PARADOXAL DO INCESTO 94
3.1 AS INTERAÇÕES NA FAMÍLIA BRASILEIRA 101
3.2 VULNERABILIDADES DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS 103
3.3 ARRANJOS DAS FAMÍLIAS INCESTUOSAS 107
3.3.1 Perfil da Família Incestogênica 112
3.3.2 A Dinâmica do Incesto 116
3.4 AMARRAS DO PACTO DO SILÊNCIO 118
3.5 LAR... TOPOFILIAS E TOPOFOBIAS 124
3.6 DIALOGANDO COM OS RESULTADOS 128
3.6.1 Aplicando a Resiliência 148

CONSIDERAÇOES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 151
1 CONSIDERAÇÕES 151
1.2 RECOMENDAÇÕES 154
REFERÊNCIAS 155

APRESENTAÇÃO

Esta apresentação inicia-se com várias indagações. Primeiramente, como elucidar ao leitor um tema tão rico e com tantos tabus a desvendar, tantas singularidades em um cosmo cheio de subjetividades. Há várias inquietações quando analisamos inicialmente o tema que nos leva a inúmeras reflexões. Como apresentar para a academia a violência incestogênica dentro das ciências geográficas? Graças às inquietações, decidi encarar e me atrevi analisar o tema tendo um olhar acentuado no espaço e lugar onde, de fato, acontecem tais violações, compreendendo e analisando geograficamente a dimensão deste fenômeno.

Seria ousadia apresentar este fenômeno na geografia? Isto permeava meus pensamentos durante os anos de pesquisa, mas decidi buscar subsídios nos mestres conhecedores do tema: gênero e sexualidade e pude, com suavidade, expressar minhas ideias focadas no conhecimento geográfico mergulhando nas ciências sociais e humanas.

A construção desta dissertação perpassa por vários e longos caminhos. Um deles foi através da observação sistemática aos atendimentos nos últimos anos às meninas vítimas de violência sexual intrafamiliar em Porto Velho, local que trabalho como assistente social desde o ano de 2009. Outro caminho, importantíssimo, foi a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGENERO, que faço parte desde ano de 2012. O grupo me fez refletir sobre o que conhecia parcialmente na prática, mas faltava a teorização geográfica do fenômeno. Pude também, dialogar sobre as abordagens da geográfica e conhecer os trabalhos existe sobre o tema. Alicerçada nos materiais produzido pelo grupo, que já iniciou sua trajetória cientifica desde o ano de 2000, e luta por

direitos iguais entre mulheres e homens, e dá visibilidade às questões de gênero, analisei e escrevi sobre o meu fenômeno.

Aqui, ponderarei um pouco da minha trajetória como pesquisadora na área da violência sexual que se iniciou no ano de 2006, ainda no campo de estágio da graduação em Serviço Social. Como este tema é algo que nos intriga e incentiva a pesquisar, no ano de em 2008, fiz minha pesquisa monográfica com o tema “Pacto do Silêncio: Crianças Vitimizadas Sexualmente na Família", no município de Vilhena/RO. Posterior à formação profissional, em 2009 tive a oportunidade de vir para Porto Velho/RO, convidada para trabalhar em uma ONG que desenvolveu um projeto social com a finalidade de superar os danos ocasionados pela violência sexual através da musicoterapia e acompanhamento psicossocial denominado: “No Ritmo da Superação”.

Através dos atendimentos sociais realizados, o que mais me chamou a atenção foi o número elevado de vítimas do sexo feminino, e como essa violência se manifesta nos lares, no espaço construído e lugar habitado. Há um número significativo de caso de incesto, que perpetua por gerações nos lares, incidindo em uma prática transgeracional violativa. Com as categorias geográficas de espaço e lugar pude compreender um pouco deste fenômeno, utilizando os conceitos de Tuan. A análise geográfica permitiu adentrar no fenômeno e descrever a riqueza dos detalhes apresentados através da fenomenologia.

No ano de 2012, através da senhorita Rubia Martins, hoje mestre, a qual tem minha gratidão, tive a oportunidade de conhecer o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGENERO. Lá fui acolhida, iniciando minhas leituras e pesquisas, trazendo uma abordagem geográfica, sob a orientação de uma “Gracinha” de Mulher, a amável mentora Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

O caminho parecia longo e obscuro, mas consegui ir avante sem esmorecer. O passo mais significativo foi a aprovação no mestrado no ano de 2012 com o projeto de pesquisa intitulado: Geografia e Gênero: o Espaço e Lugar de Meninas Amazônidas no Contexto da Violência Doméstica e a Banalização do Corpo na comunidade Ribeirinha de Nazaré, Distrito de Porto Velho, à 120 quilômetros da capital, às margens do Rio Madeira. Com o GEPGENERO iniciei a observação de campo, o diálogo com a comunidade e a organização do trabalho através de fotos que mostravam o ser ribeirinho e o lugar. As observações na Comunidade

estenderam para o ano de 2013, sempre acompanhada pelo GEPGENERO. Uma das características mais marcantes deste grupo é o companheirismo e a solidariedade entre as pesquisadoras e os pesquisadores, que não medem esforços para auxiliar o outro, um grupo coeso e forte, reflexos de quem o criou - Gracinha.

No ano de 2014, a previsão era de que a pesquisa continuaria, agora sendo aplicada através de entrevistas *in loco*, mas infelizmente, alguns Distritos de Porto Velho foram acometidos por uma grande enchente, conhecida como "Cheia do Madeira". As comunidades ribeirinhas como São Carlos, Nazaré e Calama foram desoladas, sendo decretado estado de calamidade pública, assim como as casas foram condenadas pela Defesa Civil de Rondônia.

Esta situação gerou muita frustação, desespero, ansiedade e momentos angustiantes, mas era preciso tomar uma decisão. E por considerarmos também uma violação adentrarmos em um assunto tão delicado como Violência Sexual, enquanto as famílias estavam reconstruindo suas casas e resgatando da lama histórias e sonhos, optamos pela mudança de local dos nossos estudos, sendo escolhida a região urbana de Porto Velho. Daquela pequena comunidade de Nazaré, sobraram as lembranças de uma terra de contos e encantos. Estamos certos que, com a força do povo ribeirinho, guerreiros e por superarem vários transtornos, creio que reconstruirão a comunidade novamente. Este ano de 2015 diversas comunidades foram assoladas pela cheias, desta vez, menos agressiva, não sendo necessário que as famílias fossem obrigadas a deixar suas casas.

Infelizmente, estas são algumas das sequelas das "Grandes Obras[1]", que além de modificar nosso ecossistema, também deixaram marcas profundas em nossas meninas violadas sexualmente, tidas como objetos de desejo. Hoje, "mulheres", mães, prostitutas, corpos banalizados. Mais uma vez Rondônia sendo explorada em seus recursos "naturais" e "humanos", lamentável o que vivemos.

Na capital mudamos um pouco o foco da pesquisa que agora era intitulada como: "Geografia e Sexualidade: o Espaço e Lugar de Meninas Amazônidas[2] no Contexto da Violência Sexual Intrafamiliar". Nesta pesquisa abordaremos o espaço criado nas inter-relações incestogênicas e o lugar habitado, ou seja, o lar em que ocorre a violência e como se manifesta. Para subsidiar o trabalho foram coletados

---

[1] "Grandes Obras" refere-se às construções das hidrelétricas no município de Porto Velho, o que tem ocasionado grande impacto social e ambiental na região.

[2] A palavra "Amazônidas" foi elaborada (criada) pela autora para dar visibilidade às meninas vítimas de violência sexual, esquecidas nesta região Amazônica, onde vários direitos são violados.

dados dos anos de 2010 até 2014 e informações junto à Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente-DEPCA ao Banco de Dados do Disque 100, ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e outros órgãos de proteção.

Após a coleta desses dados, entre os anos de 2010 a 2014, selecionamos junto ao CREAS/PAEFI, órgão de atendimento às vítimas, vinte famílias que foram acolhidas pela equipe psicossocial, com caraterísticas semelhantes, para uma análise mais detalhada, com observação participativa e acompanhamento do caso. Das vinte famílias escolhemos dez casos para o relato da história de cada vítima e como estas interagem nas famílias.

O leitor apreciará o tema e adentrará um pouco mais na história destas meninas e suas percepções enquanto vítimas de quem confiavam. Convido-o a apreciar de perto esta dissertação que ressalta a violência sexual intrafamiliar na perspectiva geográfica, o que agregará conhecimentos ao seu intelecto.

INTRODUÇÃO

A geografia tem como compromisso refletir, entender e procurar explicar os fenômenos sociais que permeiam nosso cotidiano e nossas experiências que são inevitavelmente sempre espaciais. Nesta pesquisa apontaremos o espaço e o lugar de meninas violadas sexualmente por quem amam e confiam. O incesto será apresentado como um paradoxo nas relações sociais e familiares, e como se dá a construção de seus pactos de silêncio.

A pesquisa terá como inferência a violência sexual intrafamiliar dando ênfase ao incesto sofrido por meninas amazônidas que vivem em Porto Velho no estado de Rondônia, especificamente na região urbana. Casos de violência sexual chegam através dos meios de comunicação, entretanto, a posição de muitas pessoas permanece a mesma, como se fosse uma realidade distante e rara. O silêncio cerca essa questão, em que existe o medo das meninas em falar, e a surdez dos adultos e da sociedade em escutá-las.

Na construção deste trabalho foi realizada uma coleta de dados dos anos de 2010-2014, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI, executada pela equipe de referência em violência sexual infanto-juvenil em Porto Velho/RO que atua desde o ano de 2005. Este Centro Especializado tem como aporte a Política Nacional de Assistência Social (2004), gerido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Nesta construção, também utilizou-se dados estatísticos do Disque 100, da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Maria dos Anjos - CDCA/RO (em

parceria com a UNIR) que fazem parte da Rede Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual dos anos de 2010 até 2015.

Em conjunto com o CREAS/PAEFI, através da equipe profissional, especializada no atendimento às vítimas de violência sexual, conseguimos informações sobre as famílias incestogênicas e podemos ter acesso aos atendimentos dos casos escolhidos através da observação participativa, estes anotados em diário de campo. As interações foram apenas com dez famílias que permitiram a observação participativa junto à intervenção das profissionais, transcritas no diário de campo.

A problemática da violência sexual contra a criança e adolescente, do gênero feminino, vem tendo um tímido destaque, pois a maioria dessas vítimas permanece no anonimato devido ao medo da revelação e o desmoronamento do lar "tido" como perfeito tradicionalmente.

Esta violação é cercada pelo silêncio, sendo criado nestas relações pactos de cumplicidade na família ora acordados, ora impostos de forma imperativa pelo agressor. Sabemos que esta violação tem um gênero predominante, sendo o feminino na posição de vítima, e quando analisamos a autoria, o masculino. Além de ser uma violação contra a dignidade sexual feminina, também é uma violência de gênero, sendo o feminino caracterizado e estereotipado como "objeto de desejo/posse, frágil e indefeso".

Em virtude do predomínio do caráter intrafamiliar, bem como pelo domínio exercido e pelo poder de coação do agressor, na maioria homens, sobre as vítimas, poucos são os casos em que tais práticas são denunciadas, perpetuando por gerações os atos violentos.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o espaço/lugar que compõem o fenômeno da violência sexual intrafamiliar, os elementos de poder, as relações de gênero e a constituição geográfica enquanto espaço/lugar deste fenômeno em Porto Velho. Enfocando as interações incestogênicas e como ela se apresenta nesta porção da região amazônica.

A presente pesquisa teve com base e fundamentação teórica, diversos autores, dentre eles elencamos os principais: AZEVEDO (1995) GUERRA (2000) e BRAUN (2002), sobre a violência sexual, NASCIMENTO SILVA (2000), SILVA (2003) e ORNAT (2009), sobre gênero e sexualidade, YI-FU TUAN (1983), sobre o

espaço e lugar, DARDEL (2011) e YI-FU TUAN (2012) sobre fenomenologia, e GOMES (1996) e QUAINI (1983), que assinaram sobre a geografia humana.

Serão apresentados tópicos sobre a violência intrafamiliar contra a criança, as famílias incestogênica e seus pactos, o conceito de gênero e sexualidade, o espaço e lugar destas manifestações violativas.

No primeiro capítulo tem-se o referencial teórico sobre a geografia, gênero e sexualidade no contexto da violência. Será apresentada a tipologia da violência infanto-juvenil, sendo detalhadas as violações mais frequente, como a agressão física, psicológica, fatal e negligência. O enfoque será a violência sexual intrafamiliar.

A metodologia será apresentada no segundo capítulo, que trilhará os caminhos da pesquisa e como coletou-se as informações que contribuíram para a construção desta dissertação de mestrado. A fenomenologia foi utilizada para a compreensão e análise das manifestações e representações incestogênicas da violência sexual.

O terceiro capítulo apresentará a relação paradoxal do incesto, a dinâmica familiar, os emaranhados deste fenômeno violento que acomete nossas crianças e adolescentes, roubando-lhes a dignidade sexual. Em famílias vitimadas pelo incesto, ocorrem, na maioria das vezes, as Síndromes do Segredo que aprisiona a vítima ao agressor e, de forma adicionante, o qual o agressor, de forma descontrolada abusa cada vez mais da vítima e cria uma rede de outras vítimas para sua satisfação sexual. Os resultados e discussões serão apontados através de gráficos, tabelas e mapas acerca das intercorrências de violência sexual em Porto Velho e relatos sobre a dinâmica das vinte famílias selecionadas, com interações apenas em dez casos através da observação participativa.

Nesta perspectiva será abordado a categoria espaço e lugar, elaborado e conceituado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan para analisar a violência sexual de gênero, em que pese estudos de gênero e sexualidade ainda sejam apresentados com dificuldade no campo da geografia.

Com Tuan será desenvolvido as singularidades do espaço e do lugar onde acontece a violência sexual. O referido geógrafo adota um aspecto humanista ao conferir sentido ao lugar, atendo-se a perspectiva da afetividade que o indivíduo nutre e compreende o meio ambiente. Para Tuan a percepção se dá através dos

sentidos, de formar uma visão de mundo e de ter atitudes em relação ao ambiente encontrado.

Segundo Tuan (1983) sobre Espaço e o Lugar: *o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. (...) são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. (...)*

Dardel retrata que a construção do espaço provém dos lugares vividos e suas experiências destacando as intencionalidades e singularidades:

> "(...) o lugar seria um modo particular de relacionar as diversas experiências de espaço. Particular porque os lugares são singularizados ao atrair e ao concentrar nossas intenções. Ou seja, o significado do espaço, em particular do espaço vivido, provem dos lugares existenciais de nossa experiência imediata". (DARDEL, 2011.p.143).

Na construção deste trabalho quando tratamos sobre a Violência Doméstica Infanto-Juvenil utilizamos as autoras Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (2000), coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), instituto de pesquisa da Universidade de São Paulo, e Maria Amélia Azevedo (2009). Ambas especialistas na violência infanto-juvenil intrafamiliar no Brasil e vêm há anos pesquisando e escrevendo livros sobre o assunto.

O trabalho teve como escopo, pesquisar o espaço e o lugar da violência sexual intrafamiliar, apontando o incesto contra crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 05 a 18 anos na região urbana de Porto Velho/RO. Através da observação participativa, relatadas em diário de campo, acompanhou-se a atuação profissional no CREAS/PAEFI, com vinte famílias, o que será detalhado no desenrolar deste trabalho.

A pesquisa problematizou as seguintes questões: Como o espaço/lugar compõem o fenômeno da violência sexual intrafamiliar em Porto Velho-RO? Quais são os elementos de poder que envolvem a violência sexual intrafamiliar? Como as relações de gênero estabelecem as dinâmicas das famílias incestogênicas? Como se constituem os lugares/espaços das famílias que desenvolvem relações incestuosas? Questionamentos que serão esclarecidas neste trabalho.

CAPÍTULO I

OLHARES GEOGRÁFICOS:
GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA

1 ENTRELAÇANDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA GEOGRÁFICA

O presente capítulo trará conceitos importantes para a compreensão do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, entrelaçando gênero, sexualidade e geografia na contemporaneidade. A fundamentação teórica estará neste capítulo para o embasamento, construção e desenvolvimento desta pesquisa científica.

A abordagem sobre a violência sexual infanto-juvenil permite a reflexão geográfica das questões correlacionadas a gênero e sexualidade. Para a melhor compreensão utiliza-se a definição de Silva (2009); Ornat (2013) que mergulharam nas teorias de Scott (1990), McDowell (1993), Rose (1994), e Butler (2003).

Consoante aos autores citados pode-se verificar que o estudo de gênero permite compreender que não são apenas as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes esferas e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. Deste modo, gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem, e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana.

O conceito de gênero, ou relações sociais entre os sexos inaugura um novo patamar do conhecimento. Para Joan Scott (1990), gênero pautaria a percepção das diferenças entre os sexos, sendo constructo significante a demarcar relações de poder.

A cultura é construída permanentemente e há uma coo-determinação entre indivíduo e sociedade, tornando difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam suas características, pois as práticas estão encravadas nos gestos humanos.

Este conjunto gênero, sexualidade e geografia permite compreender que todos somos seres geográficos, fazemos e vivemos em espaços geográficos. Para tanto, se faz necessário a construção histórica desta trajetória na geografia moderna.

Debruçar sobre gênero e sexualidades nos leva a várias reflexões, nos traz à memória grandes conquistas, leis que somaram e que hoje, de “certa forma”, coíbem a violência contra a mulher, alvo ainda de muitas humilhações. Apesar das leis e normativas que intencionam coibir atos violentos, especialmente contra a mulher, observamos que no âmbito domiciliar ela ainda subsiste. Em geral, as

vítimas escolhidas pelo algoz são meninas, que, em razão da violência, não usufruem de uma vida saudável e não respeitando seus corpos.

Esta violação afeta a dignidade sexual infanto-juvenil, ou seja, o abuso sexual destrói o ser enquanto sujeito de direitos e deixa cicatrizes na alma que jamais serão apagadas ou esquecidas.

Para falar sobre este assunto na geográfica, necessário alocarmo-nos dentro do contexto histórico e entender como a geografia aceita dialogar e descrever sobre este fenômeno. Para tanto, será feita uma breve retrospectiva sobre o desenvolvimento geográfico desde a modernidade até a contemporaneidade.

Neste primeiro momento destaca-se Gomes (1996) que aponta como eixo central da questão a geografia e a modernidade, portanto saber, se a geografia é uma ciência, consiste, em um certo sentido, meditar sobre o caráter moderno desta disciplina. Assim se, a ideia de que a ciência de uma época se inscreve necessariamente na representação do mundo desta era e, ainda, que a geografia tem justamente como principal tarefa apresentar uma imagem renovada do mundo, parece evidente que a geografia e a modernidade estejam intimamente ligadas.

Gomes (1996) destaca que: *"ultrapassar a modernidade significa, assim, renunciar à estrutura das revoluções, à sua dinâmica; significa tomar consciência de que o novo é um discurso sobre as coisas que traz nele mesmo a crônica anunciada de seu envelhecimento".* Este estudo sugere que a forma do discurso esclareça também esta ordem do mundo, muitas vezes já pré-estabelecida por outras ciências.

A geografia é o domínio do saber que busca integrar natureza e cultura dentro de uma arena de interações, que esta tenha obtido êxito ou não em estabelecer relações necessárias, leis ou teorias. Gomes traz este questionamento: Que outra matéria moderna poderia reivindicar este papel e esta competência? *A filosofia se dedicou a esta tarefa durante séculos, além disso, tem origem nas questões colocadas pelos pré-socráticos sobre o que reuniria a dispersão.* Tratava-se da primeira grande aventura da razão como possibilidade de conferir uma ordem ao espetáculo da natureza em toda a sua multiplicidade.

No decorrer das décadas o entrelaçar da Geografia com o mundo moderno, seja através da ciência, da sociedade ou pelas diversas manifestações filosóficas. O que contribuiu para importantes debates na evolução do pensamento geográfico, evidenciando que a ciência geográfica está viva, seja em momento de crise da

ciência ou renovação. O que motiva avanços no pensamento e análises epistemológicas são as controvérsias postas na contemporaneidade.

O geógrafo Paul Claval (2011) contribuiu para este grande avanço e destaca a contemporaneidade das ciências geográficas e seu interesse pelo diversos saberes:

> "A geografia é uma velha dama que, pelas metamorfoses sucessivas, não para de rejuvenescer. Sua vocação é universal: trará da superfície terrestre em sua totalidade. Abraça os fatos naturais e tudo o que está relacionado à ação dos grupos sociais que progressivamente povoaram e humanizaram continentes, ilhas e arquipélagos". (2011, p.373).

A geografia tem como compromisso refletir, entender e procurar explicar os fenômenos sociais que permeiam nosso cotidiano. Esta faz parte dos saberes indispensável à toda sociedade e necessidades, às quais, esta responde, não mudam essencialmente assim que se torna científica. Trata-se sempre de se orientar, de localizar as observações e de acumular subsídios pertinentes sobre os lugares avultados.

De acordo com Claval (2011) Não é preciso ser um observador muito atento para perceber que muitos acadêmicos e profissionais da Geografia pouco refletem sobre sua trajetória histórica e as possibilidades que seu estudo pode ofertar para uma compreensão mais concreta da ciência geográfica.

A Geografia como ciência social possui em seu arcabouço um conjunto de categorias que expressam sua identidade ao discutir a ação humana no ato de modelar a superfície terrestre. O espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem constituem-se no resultado particularizado da atuação humana na transformação do planeta, este tipificado pela geografia. Diferentes conceitos e diversas formas de caracterizar este ato de mutação são produtos originários de cada visão particular de mundo, de cada universo expresso na peculiaridade de cada indivíduo como ser único, de culturas geradas em civilizações singulares.

As relações que estabelecem entre mulheres, homens e o seu ambiente sempre retiveram a atenção dos investigadores. Hoje, a natureza não é mais analisada como uma categoria externa à sociedade, mas integrada nas representações e nos valores do indivíduo. A geografia humana não se embaraça mais com o estudo das relações de mulheres e homens com o meio, mas lhe

confere sempre um lugar peculiar com um olhar singular para as experiências vividas.

A geografia humana não ignora as condições naturais, mas fala cada vez mais de mulheres e homens, de suas representações e de suas escolhas. Para Claval (2011), a geografia adquire novos contornos que permite navegar no conhecimento:

> (...) fazer geografia hoje é se debruçar sobre os desafios aos quais, a humanidade está confrontada, é exportar as mudanças de atitude que ela deve efetuar, é imaginar as novas normas das quais deve ao planeta e que os faz viver. É tentar ver qual sentido dar à existência num mundo livre de seus enclausuramentos tradicionais.(p.379)

Ser geógrafa e geógrafo não é somente coletar informações sobre os lugares, os meios, as paisagens, os eixos de comunicação ou os locais e apresentá-la nas coletâneas consultáveis pelos especialistas e/ou responsáveis por políticas públicas. O autor também versa sobre a “Nova Geografia” que começa a abandonar a preocupação com as relações do ser humano x ambiente, característica principal dos estudos geográficos do século XIX, para aprofundar as reflexões acerca dos sistemas econômicos, acerca da aplicabilidade dos apontamentos da economia nos estudos geográficos.

A geografia cultura é o campo da geografia humana que pesquisa os produtos e normas culturais e suas variações através dos espaços e dos lugares. Tendo o foco na descrição e análise de como as formas de linguagem, religião, artes, crenças, economia, governo, trabalho e outros fenômenos culturais variam ou permanecem constantes, de um lugar para outro e na explicação de como os humanos funcionam no espaço.

> A geográfica cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas. (SAUER, 2003.p.22).

Trazendo uma visão mais contemporânea das ciências geográficas temos a geógrafa Joseli Maria Silva e o geógrafo Marcio Jose Ornat e outros, os quais afirmam:

> [...] é um campo de saber/poder em que se estabelecem, por meio de disputas e tensionamentos, determinados conhecimentos legitimados pela comunidade científica em diferentes espaços e tempos. (SILVA, ORNAT; CHIMIN JUNIOR; ORG. 2013.p.85).

O campo tensionado da geografia permite a construção do saber de forma crítica e refletiva. A geografia contemporânea leva a ponderação de temas diversos, busca dialogar com outras ciências trazendo uma pluralidade aos fenômenos e suas espacialidades. É neste campo de tensão e crítica que conseguimos dar visibilidade a esta mulher vítima do silêncio e do medo.

As novas possibilidades da geografia em pesquisar horizontes jamais discutidos anteriormente por esta ciência e ainda mais recente de sermos capazes de discorrer sobre sexualidade, corpos, poder, amor, desejo e dor.

A moderna geografia não se assemelha à imagem envelhecida que grande parte da população ainda tem. Seu objetivo não é enumerar os lugares e situá-los em um simples mapa, já faz tempo que essas questões não se confrontam mais como problemas. Sua ambição é compreender o mundo, as mulheres e homens que nele habitam, suas representações, experiências, sentimentos, símbolos e conflitos.

Para QUAINI (1983):

> (...) quanto mais o geógrafo tradicional luta contra a filosofia, contra a ideologia em nome da concreticidade da sua pesquisa e da pretensa apoliticidade da ciência, fazendo-se, portanto um fetiche da objetividade científica, tanto mais sua pesquisa se revela impura, irremediavelmente poluída pelos preconceitos da praticidade imediata, isto é, de uma ideologia não avaliada criticamente.

O autor descreve o quanto é necessário as interlocuções com as outras ciências para a apreciação de pesquisas mais relevantes. Com o passar dos anos a geografia vem se desvencilhando gradativamente de seus preconceitos conceituais e metodológicos, trazendo discursões sobre diferentes áreas. Quaini descreve sobre o fetiche de uma pesquisa meramente física e a perca pela essência, afirmado que com o auxílio da filosofia, podemos dialogar com o “objeto” pesquisado.

Nas últimas décadas, a geografia teve momentos marcantes, dentre eles, elenca-se a teorização das categorias de análise, sendo dividida em cinco: espaço, lugar, paisagem, região e o território, que juntos, formam o espaço geográfico.

A geografia tem como objeto de estudo a dinâmica da sociedade e esse estudo se dá a partir de cinco conceitos (categorias) e cada um desses conceitos é modelado pela dinâmica da sociedade na superfície terrestre.

Nos anos efervescentes de 70, após muitos embates e transformações, o movimento da análise espacial, em pleno vigor, base da Nova Geografia, toma forma, reconstruindo a maneira de se entender e principalmente fazer geografia. A chamada Geografia Humana era dominada por abordagens behavioristas e funcionalista, que levaram muitos ao descontentamento com os rumos da ciência geográfica.

A geografia humanística tem como base os trabalhos de Tuan, Anne Buttimer, Edward Relp e possui a fenomenologia existencial como a filosofia subjacente que utiliza, como fundamento a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. Na geografia, quando pensamos na categoria de análise “Lugar”, tem-se que tal conceito possui destaque na corrente humanística, que chega a considerá-la como um das categorias mais importante da geografia, juntamente com o “Espaço”.

Os geógrafos humanistas defendem a necessidade de valorizar a experiência do indivíduo ou grupo na busca da compreensão da forma de sentir das pessoas em relação aos lugares. As noções de espaço e lugar surgem como muito importante para esta tendência geográfica.

O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual é integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o “centro de significância ou um foco de ação emocional do indivíduo”. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo. Em 1974, ao tentar estruturar o setor de estudos relacionados com a percepção, atitudes e valores ambientais, Yi-Fu Tuan propôs o termo Topofilia definindo o como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico” Quando pensamos no conceito de lugar, para a geografia, ele pode ser definido como o espaço percebido, aquele local em que temos familiaridade.

O geógrafo Yi-Fu Tuan (2012), buscando alternativas de abordagens, explica que a Geografia oferece esperança, pois a terra é o lar das pessoas, de mulheres e homens com suas singularidades. Referido autor causou grande impacto para a comunidade geográfica, quando subscreveu a obra Topofilia. Com tal publicação a Geografia Humanista ganha referência, e seus conceitos começam a difundidos. Tuan trouxe um novo olhar, abriu horizontes, aguçou a imaginação e

auxiliou no fortalecimento do pensamento humanista sobre o indivíduo e o ambiente, pensamento baseado nessa afeição e envolvimento com o lugar.

Para Tuan (1983) o lugar é segurança e o espaço liberdade, estes interligados. O primeiro representa estabilidade, o segundo movimento. Os espaços refletem a qualidade dos seus sentidos e sua mentalidade.

Balizados nos conceitos de Tuan sobre espaço e lugar, será apresentada a violência intrafamiliar infanto-juvenil e suas manifestações no gênero feminino. Além destas categorias de análise, as quais revelam a dinâmica da violência no espaço e lugar geográfico, observa-se que esta violação perpassa os conceitos de gênero e é notório que há uma escolha pelo feminino, vítima singular.

1.2 RECORTE DE GÊNERO: CONCEITOS EM DEBATE

A descrição sobre gênero aduz a construção de papéis que não compõem quadros monocromáticos, mas são instituídos de muitos tons aplicados sobre homens e mulheres, os quais ultrapassam etnia, crenças ou renda.

O conceito de “gênero”, enquanto construção social e palavra, foi mencionado pela primeira vez pelo estudioso Robert Stoller (1968). Porém a partir de 1975, através de um famoso artigo de Gayle Rubim, deu-se ênfase com mais clareza a seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero. Este conceito se estabelece na esfera social, diverso daquele do que é sexo, colocado no plano biológico.

> A categoria gênero provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como às culturas interpretam e organizam a diferença entre homens e mulheres (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000, p. 427).

A palavra gênero surgiu a partir dos movimentos feministas que tentava compreender como a sociedade vê o homem e a mulher e tinha por finalidade acabar com as desigualdades envolvendo os sexos. Gênero não se refere à diferença de sexo, e sim a um produto social ensinado, representado e transmitido ao longo das gerações. Dessa forma, pode-se dizer que gênero são as diferenças sociais e culturais estabelecidas em cada sociedade, em que se define qual o papel do homem e da mulher.

Para melhor compreensão de gênero, conforme Silva, que nos esclarece como uma construção social e cultural, que pode ser considerado:

> "é um agrupamento de ideias e opiniões que a sociedade constrói através de uma cultura do que é ser homem e do que é ser mulher. Tal conceito permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas". (SILVA, 2003, p.23)

Nas décadas de 70 e 80, a categoria gênero é introduzida nas academias, para demonstrar e sintetizar a desigualdade histórica e sociocultural existentes entre homens e mulheres, a qual ocorre tanto na esfera da vida privada como pública de ambos os sexos: a desigualdade alimentada a real imposição de papéis sociais diferenciados, construídos historicamente, incutidos por dominação e pela subordinação da mulher.

Outra definição de gênero é encontrada na visão de Teles e Melo (2003):

> O termo gênero pode ser entendido como um instrumento, como uma lente de aumento que facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens, que se deve à discriminação histórica contra as mulheres. (p.17)

Dessa forma, percebe-se que, não é anatomia que define o papel da mulher e do homem na sociedade, mas sim a cultura em que está inserida que determina o papel social da mulher e do homem, ou seja, o comportamento que se espera de cada um. Teles (2006, p.37) argumenta que "os estudos de gênero mostram o quanto o poder masculino tem subordinado a população feminina, de um modo geral e também indicam como se desenvolve essas relações sociais", criando assim as desigualdades entre os sexos: feminino e masculino.

Conforme a afirmação de Scott, "o gênero é um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990, p. 14). As relações desiguais geram uma assimetria, um jogo de disputas, um sujeito de direitos violando o direito do outro.

As mulheres, na antiguidade, eram consideradas parte do patrimônio da família, assim como os escravos, os móveis e os imóveis. Ao serem tratadas como propriedade dos homens, as mulheres perdem a autonomia, a liberdade e o direito

de controlar seu próprio corpo, sendo obrigadas a restringirem sua vida às necessidades exclusivas da família.

A Idade Média foi considerada período acentuadamente masculino, o homem tinha total poder sobre a mulher, ela era considerada como objeto, o casamento era um ato de compra em que o marido pagava ao pai para adquirir a mulher (TELES, 2006).

Cabe ressaltar que a mulher, neste período, não se valia de direito algum. Com a revolução francesa (1789), marco importante em que se lutou pelos direitos humanos, a mulher não foi contemplada, pois a égide dos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade só beneficiava e reconhecia o homem como cidadão possuidor de direito.

Décadas se passaram e a mulher permanecia no anonimato, sendo esquecida em seus direitos fundamentais, ficando em esquecimento na história. A mulher só começa a protagonizar após sua organização coletiva e, ganhando voz através do movimento feminista, começou a questionar os direitos violados, a priori, no campo do trabalho, e, posteriormente em várias esferas da sociedade. A conquista do voto também foi algo muito significativo para a mulher.

Quando avaliamos a discussão sobre questões e relações de gênero, algumas ideias são periódicas e consensuais a respeito da emergência desse debate no mundo. Especialmente, quando destacamos a importância do movimento feminista para a conscientização da mulher enquanto sujeito de direitos, ao levantar questões e denúncias sobre a inferiorização feminina nos vários setores da sociedade capitalista.

Contudo, no começo do modelo capitalista de produção, implantou-se a divisão sexual do trabalho e houve um aprofundamento das contradições entre os gêneros masculino e feminino. Mesmo em condições precárias e com uma remuneração inferior, esta mulher começou a ganhar formas de sujeito de direitos através de suas reinvindicações.

Essas questões estão determinando temas para vários estudos de gênero na Geografia, devido à importância de se fazer uma análise das relações de poder que provocaram e ainda provocam antagonismos entre homens e mulheres ao longo do tempo, quando analisado o espaço em que se concretizam tais relações. Essa reflexão geográfica pode nos revelar novos horizontes para o entendimento das práticas de gênero e das relações de poder.

Ao pensar-se os espaços contemporâneos, nos tem-se que o Movimento Feminista, com suas teorias e lutas, a partir de 1960, trouxe à tona o assunto das relações de desigualdade entre os homens e mulheres, por meio de uma conscientização mundial do problema, no âmbito da sociedade (CASTELLS, 2001). Lideranças feministas escreviam e denunciavam a opressão da mulher na sociedade e foi fundamental para o início da discussão sobre a necessidade de se pensar a problemática das desigualdades sexuais na sociedade capitalista.

A partir de 1970, as ideias feministas, apesar das suas inúmeras tendências, com características e abordagens convergentes e divergentes, começaram a se disseminar pelo mundo. Conforme esclarece Castells (2001), o que antes era ideologia com manifestações locais e com pioneiras (em sua maioria brancas, de classe média e alto nível educacional), tornou-se agora um conjunto de classes sociais e grupos étnicos, participando de lutas políticas e se organizando coletivamente.

Portanto, muitas foram as mulheres que se empenharam para se tornarem participantes ativas do poder político, na luta pela igualdade de condições e dignidade. Salientamos que, nos séculos XIX e XX as mulheres se manifestaram mais expressivamente pela luta por igualdades e por direitos, que duram até os dias atuais.

A geografia começa a se apropriar do assunto que envolve a desigualdade entre os gêneros, levantado pelo movimento feminista, e inicia apoiando a construção e embasamento teórico. No século XX, as ciências geográficas davam visibilidade as mulheres, categorizando a Geografia Feminista e, agora mais recente a Geografia de Gênero e Sexualidade.

Com a apropriação conceitual de Geografia de Gênero, na década de 80, no Reino Unido e nos Estados Unidos, foram criadas essa extensão, ligadas ao movimento feminista, que abordava assuntos como a desigualdade feminina, as relações entre indivíduos dos sexos masculino e feminino em cada área geográfica e a função da mulher na sociedade.

Também conhecida como Geografia Feminista, é considerada um subcampo da Geografia, sendo mais associado à Geografia Humana. Esse subcampo não se apresenta de forma unificada em termos de métodos e teorias, pelo contrário, sua designação tem sido reivindicada no plural "Geografias feministas", dada a diversidade de pensamentos que congregam esta vertente do pensamento

geográfico. Embora as geógrafas feministas tenham se tornado mais conhecidas nos anos 90, pode-se dizer que sua existência é datada nos anos 70, mas fruto do movimento feminista da década de 60.

A aliança realizada entre a abordagem marxista e a feminista que, por sua vez, pautava-se na ideia do patriarcado, fortaleceu este campo de abordagem que, posteriormente, foi amplamente criticado pelo desenvolvimento do conceito de gênero no campo feminista da Geografia. A noção de gênero foi concebida como construção social de papéis desenvolvidos por corpos de homens e mulheres e que, enquanto construção social, é também espacial, uma vez que sociedade e espaço são interdependentes.

Nos esboços de gênero, a geografia analisa como são delimitados e reproduzidos espacialmente os papéis masculino e feminino. Sem deixar de destacar que as relações cotidianas não se distanciam das relações de poder, tornando, o lugar de reprodução dos aspectos objetivos e subjetivos, geralmente local de dominação do homem sobre a mulher.

O conceito de gênero foi adotado pelas geógrafas feministas com a perspectiva crítica, a utilização da categoria mulher, em geral, associada à diferenciação sexual de corpos e analisada de forma isolada.

Conforme aponta Silva e Nabozny (2009):

> As relações de gênero se revelaram para nós importantes elementos para a compreensão da realidade socioespacial contemporânea, caracterizada por uma particular estruturação familiar, instituída nas relações de poder que estão, simultaneamente, nas esferas pública e privada (p.30).

O gênero é uma das facetas identitárias que está também intercedida por vários outros elementos. Nesse sentido, é importante destacar que as "Geografias Feministas" são caracterizadas por uma multiplicidade de abordagens e de métodos. Como pioneiras as geógrafas inglesas e norte-americanas foram essenciais na construção desta trajetória científica, entre elas, Janice Monk e Susan Hanson (1989), Liz Bondi (1990), Mona Domosh (1991), Linda McDowell e Doreen Massey (1993), Gillian Rose (1994). Esta, também expandida na Espanha, notadamente pelos trabalhos de Maria Dolors Garcia Ramón (1988) e Ana Sabaté Martínez (1992). (RAMÓN, 2008).

No Brasil, esta vertente ainda é pouco desenvolvida, embora haja vários trabalhos publicados desde os anos 80, destaque às contribuições sob o título Geografia Feminista de pesquisadoras(es) brasileiras(os) como: Rosa Ester Rossini (1993) , Sonia Alves Calió (1991), Susana Maria Veleda da Silva (1998), Joseli Maria Silva (2003), Marcio José Ornat (2007), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (2000). Assim, em cada espacialidade, as chamadas Geografias Feministas apresentam diferentes características e são variadas as formas de aceitação dessa abordagem pelas correntes majoritárias da ciência geográfica.

Nos países anglo-saxões, entretanto, as Geografias Feministas conquistaram respeitabilidade no campo científico, já nos países Latino-americanos ainda há entraves à sua expansão.

Em “Geografias Malditas, os organizadores: Silva, Ornat e Chimin Júnior retratam o desinteresse da geografia brasileira em tratar assuntos polêmicos e que perpassam nosso cotidiano, conforme relato abaixo:

> A maneira como a historiografia da geografia brasileira se faz, tanto em seu processo de produção como de circulação, tem omitido a discussão de algumas importantes vertentes do pensamento geográfico. Entre elas estão às geografias feministas e *queer.* Tal omissão não se deve à ignorância, mas, sobretudo, ao desprezo que estas formas de imaginação geográfica provocam no meio acadêmico brasileiro. (2013, p.85).

Esta omissão se dá pelo fato de tratarmos certos assuntos como tabus, intocáveis, e isto interfere na forma de ação e interação com a pesquisa. A ciência geográfica é mais conhecida pela parte física que trata da terra, rios, planícies e esquece-se a pluralidade desta ciência que estuda o ser humano habitante deste planeta, seus costumes, seus espaços, lugares, comportamentos, dentre outros. Alguns distintos acreditam que ela está ligada apenas a ciências da terra. Nota-se o desconhecimento da sociedade da ontologia geográfica, que, quando analisada cuidadosamente, traz vertentes riquíssimas sobre o indivíduo e seus espaços construídos.

1.3 GEOGRAFIA DAS SEXUALIDADES E A VIOLÊNCIA

Entrar no campo das sexualidades implica lidar como tabus e vários mitos entre os sexos (feminino e masculino), principalmente quando falamos de atos

violentos que invadem o corpo e violam direitos sexuais. Na contemporaneidade, a geografia teve um desenvolvimento maior do que meramente marcar pontos nos mapas (geografia física), no nosso entendimento perpassa as dimensões físicas. Hoje, conseguimos enxergar o humano dentro desta espera global. Podemos ver e descrever os sentimentos, os símbolos e as espacialidades construídas e reconstruídas.

Ao descrever sobre a sexualidade dentro da geografia, lembramos da luta travada pelas geógrafas militantes nos primórdios e mais recente batalha das contemporâneas. Falar sobre assunto que infelizmente, ainda não é aceito plenamente pelos geógrafos, implica em ser alvo de atos violentos de forma simbólica como expressam os autores:

> A violência que sofremos não é apenas simbólica, de sorrisos de canto de boca, de desmerecimento de nossas pesquisas, mas ela também é material, quando pareceres negativos sobre nossos artigos não apontam fraquezas metodológicas e epistemológicas, formulando, ao invés disso, opiniões subjetivas dando conta de que nossos textos representam um discurso de heresia no santificado mundo da ciência geográfica. (SILVA, ORNAT, CHIMIN JUNIOR, 2013, p 21,).

Para a melhor compreensão, balizados em diversos autores, sexualidade é a necessidade de receber e expressar afeto e contato, que todas as pessoas têm e que traz sensações prazerosas e gostosas para cada um. Assim, sexualidade não é apenas sexo. É o toque, o abraço, o gesto, a palavra que transmite prazer entre pessoas e que temos desde antes de nascer, na barriga da mãe, quando bebês e durante toda a vida.

No conceito da geografia da sexualidade, observa-se que são os estudos que apontam as diferentes formas de expressão de afeto de mulheres e homens, e suas representações nos espaços vividos, os quais constroem e recriam espacialidade distinta.

A sexualidade é uma área legítima e significativa de investigação geográfica, abrangendo diversas áreas, desde a geografia cultural, social e feminista, até à geografia política e econômica.

Os primeiros trabalhos na área de geografia sobre sexualidades, e especificamente os que abordaram temas relacionados com a homossexualidade, centraram-se no mapeamento de “guetos gay” e bairros nas cidades ocidentais contemporâneas. Na década de 1990, surgiu um número significativo de estudos

sobre sexualidades e espaço com uma abordagem positiva, utilizando métodos etnográficos e integrando perspectivas de lésbicas e gays.

Como marco, temos a obra “Mapping desire: geographies of sexualities” de David Bell e Gill Valentine (1995), na investigação geográfica sobre sexualidades. Este é o primeiro livro para explorar sexualidades a partir de uma perspectiva geográfica. A natureza do lugar e noções de espaço é de crescente centralidade da teoria cultural e social. A relação entre espaço e sexualidades, componentes materiais e simbólicos do espaço e as formas pelas quais o espaço é produzido são ilustrados em contextos específicos como bairros urbanos, zonas rurais, ilhas de fantasia e a casa.

Trabalhar a sexualidade na geografia permite-nos fazer uma abordagem sobre as espacialidades que esta represente em cada manifestação de gênero. E fazendo um pequeno estudando notamos um rápido desenvolvimento dos trabalhos que abordam da espacialidade da sexualidade, balizados nas teorias de Jon Binnie e Gill Valentine (1999), este demonstram o afirmação de um enfoque na geografia de língua inglesa, chamada geografia da sexualidade. (SILVA; ORNAT, 2011).

No Brasil este processo tem sido lento e ainda discriminado por muitos geógrafos sendo algo sem importância como expressa o geógrafo ORNAT (2008):

> As temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade têm sido objeto de interesse da Geografia em vários países, a partir da existência tanto de disciplinas nos cursos de graduação como de um conjunto de publicações bem conhecidas dos geógrafos humanos. Entretanto, no Brasil essas discussões não têm ganhado a importância necessária, mostrando-se desde a pequena publicação geográfica em periódicos, de eventos organizados privilegiando tal temática e o reduzido número de geógrafos com linhas ou projetos de pesquisa que tenham por objetivo compreender as temáticas de gênero e sexualidade a partir da sua espacialidade. (p.309).

Observa-se que essas questões extremamente relevantes à geografia têm ficado em segundo plano, ou sendo trocados por temas ditos “relevantes”. A geografia da sexualidade trata de tabus e temas intocáveis que relatam a crueldade e a discriminação de grupos esquecidos e desprezados pela sociedade, igualados a escória na sociedade.

No campo da geografia o tema foi destacado recentemente por pesquisadores (as), dentre eles (as) a geógrafa Joseli Maria Silva, que aborda questões de gênero e sexualidade: *“A abordagem da sexualidade no campo da*

geografia superou uma série de preconceitos associados ao tema, e de modo inclusivo no próprio campo feminista". (SILVA, 2009).

A geógrafa Joseli Maria Silva e o geógrafo Márcio José Ornat descrevem:

> (...) as análises da geografia brasileira, no âmbito dos programas de pós-graduação, têm tratado a relação *sexualidade-corpo-território* como elementos periféricos. (...) alguns temas não têm sido levados em consideração pelas ciências geográficas, como por exemplo a sexualidade, a travesti, a travestilidade, o gay, a lésbica, a homossexualidade e a prostituição, temas de menor importância nas reflexões envolvendo espaço e sociedade. (SILVA; ORNAT, 2011).

É importante notar que os conteúdos geográficos permitem a construção de um instrumento fundamental para a compreensão e análise de uma dimensão macrossocial das questões relativas à sexualidade e suas correlações com o meio.

Costa (2012) descreve abaixo a visão da geógrafa Joseli, que afirma sobre as correlações de gênero, geografia e sexualidade:

> [...] os estudos de mulheres pobres, prostitutas, travestis, meninas exploradas sexualmente e meninos de periferias urbanas envolvidos em infrações [...], definitivamente, não têm relevância nos estudos realizados na ciência geográfica brasileira". [...] "é a partir da atuação e das plurilocalidades desses grupos sobre o território que se realizam as contínuas transformações sócioespaciais. [...] as espacialidades desses grupos sociais vivenciados através das categorias de gênero, raça e classe ainda são vistas como irrelevantes e poucos são os geógrafos (as) que se interessam por realizar pesquisas nesse âmbito, provando que a geografia brasileira ainda tem um longo caminho a percorrer para que as temáticas feministas obtenham relevância em sua metodologia e epistemologia. (COSTA, 2012, p.16)

Como cita a autora, ainda há dentro da geografia várias barreiras quando se fala dos grupos excluídos socialmente. Apesar de décadas de produção científica sobre gênero, muitos pesquisadores não se atentaram para a sistematização da violência, (também campo das sexualidades), em algum desses grupos, dentre eles destaco o grupo formado por criança e adolescentes. É importante observarmos que, apesar da escassa produção científica sobre gênero e sexualidades no Brasil, não implica sua ausência, ou que não tenha viés geográfico a ser explorado. O que falta é um olhar mais singular para o assunto.

A geografia é categorizada como ciência humana, que dialoga e interage com diversas ciências e seus saberes. Ela se interessa por todos os mundos, seus habitantes e comportamentos. Vive na busca por novos horizontes a serem

explorados. Sendo uma ciência plural, que estuda os espaços habitáveis e criados pelo indivíduo, pesquisa comportamentos, costumes e tradições, neste abordará o espaço e o lugar da violência sexual contra o gênero feminino.

1.4 REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência pode ter várias definições, mas todas convergem na quebra dos direitos universais, um desrespeito ao direito do outro e uma violação contra a dignidade humana. A violência implica na busca de eliminar os obstáculos que se opõem ao próprio exercício do poder, mediante o controle da relação obtido através do uso da força.

A palavra "violência" origina-se do latim *violentia* que significa o ato de violentar abusivamente contra o direito natural, exercendo constrangimento sobre determinada pessoa para obrigá-la a praticar algo contra sua vontade. Veronese e Costa (2006, p.27) referem que "a palavra violência vem do termo latino *"vis"*, que significa força. Assim, violência é abuso da força, usar de violência é agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra sua vontade, empregando a força ou a intimidação".

Abramovay apresenta a violência como um fenômeno multifacetado:

> [...] que não atinge somente a integridade física, mas também a integridade psíquica, emocional e simbólica de indivíduos ou grupos, nas diversas esferas sociais, seja no espaço publico, seja no espaço privado". (2000, p. 22).

Entende-se por violência toda ação ou efeito de violentar, de aplicar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força. No aspecto jurídico, o constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem, coação.

A Organização Mundial da Saúde - OMS define a violência como "a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis". Os especialistas asseguram que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que mera constatação de que a violência é a imposição de dor, agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido.

Vale pontuar, dados estatísticos, quanto à violência de gênero no mundo, conforme os dados sistematizados pela Organização não Governamental - ONG

Compromisso e Atitude em um estudo sobre os “multipaíses”, conduzido pela Organização Mundial da Saúde - OMS sobre a saúde da mulher e violência doméstica em 10 países, principalmente aqueles em desenvolvimento, constatou-se que, nas mulheres com idade entre 15 a 49 anos: em 15% das mulheres no Japão e 70% das mulheres na Etiópia e no Peru relataram violência física e /ou sexual por um parceiro íntimo; entre 0,3% e 11,5% das mulheres relataram ter sofrido violência sexual por um homem que não o parceiro; a primeira experiência sexual para muitas mulheres foi relatada como forçada - 24% na zona rural do Peru, 28% na Tanzânia, 30% na área rural de Bangladesh e 40% na África do Sul.

Em Rondônia, observa-se que desde a sua colonização vários crimes permanecem velados e dizimam várias pessoas. Dentre eles destacamos a violência contra a mulher (inicialmente nos seringais e garimpos), por profissionais do sexo, o qual, eram tidas como objetos dos seringalistas, donos das terras. Como ressalta a geógrafa Maria das Graças Silva Nascimento Silva (2000):

> (...) a participação da mulher nos seringais dava-se de várias formas. A mais comum era a prostituição gerenciada pelo o próprio seringalista que oferecia mulheres para acompanhar seringueiros solteiros nas colocações. Sendo empregada do barracão, tornava-se companheira do seringueiro que não podia maltratá-la. Se sofresse maus tratos, retornava ao barracão para servir outro seringueiro. Questões relacionadas à prostituição estavam vinculadas com o objetivo do seringalista em não ocupar os seringueiros com serviços domésticos, tendo que dedicar-se exclusivamente ao corte da seringa (p.78-79).

Consoante, a OMS, em estudos internacionais, mostraram que a violência contra a mulher é muito mais grave e generalizada do que se imaginavam anteriormente ou pudessem mensurar. Após examinar uma série de estudos realizados em 35 países, em 1999 a OMS constatou que entre 10% e 52% das mulheres foram agredidas fisicamente pelo parceiro em algum momento de sua vida, e entre 10% e 30% haviam sido também vítima de violência sexual por parte do parceiro íntimo. Entre 10% e 27% das mulheres relataram ter sido abusadas sexualmente, quando crianças ou adultas. Estas são mulheres que ousaram relatar sobre tal violação, mas é notório que a maioria não reconhece ser violada ou não denunciam o ocorrido.

> “A violência não se resume às delinquências e ao homicídio, é o ato mais hediondo nas relações sociais, pois ele efetiva o egocentrismo do ser humano: o aniquilamento do outro.” (MINAYO, 2006, p.117).

A violência vem fazendo parte da acentuada mudança no perfil de morbimortalidade[3] nacional nos últimos 35 anos, quando as doenças infecciosas deram lugar às enfermidades crônicas e degenerativas e aos agravos típicos dos estilos de vida. No entanto, apesar da indiscutível evidência dos dados nacionais sobre o impacto desse problema social na qualidade de vida da população brasileira, ainda é escassa a consciência da sociedade sobre a gravidade da situação.

O fenômeno da violência na contemporaneidade passa a ser uma questão de saúde pública, o qual deve ser enfrentada pelos poderes públicos e sociedade civil. O caso da violência é exemplar para entender a transição que junta questões sociais e problemas de saúde. Violência não é um problema médico típico, é, fundamentalmente, um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade. Por ser um fenômeno complexo e multicausal que atinge muitas as pessoas e as afeta emocionalmente, a violência foge a qualquer conceituação precisa e cabal.

A violência, em muitas esferas da sociedade, foi tratada como natural e corriqueira, principalmente em muitos lares. Assim, para mudar essa naturalização da violência, é preciso atuar, intervir, inclusive, denunciar e punir quando for o caso. As conquistas do movimento feminista, dos movimentos em prol da cidadania das crianças e dos adolescentes, dos movimentos dos negros e dos homossexuais estão aí para evidenciar que é possível “desnaturalizar” as formas de reprodução da dominação, de subordinação e dos agravos provenientes desses fenômenos.

É o caso da violência de gênero (sobretudo do homem contra a mulher), que se fundamenta nos papéis diferenciados por idade (dos adultos contra as crianças e contra os idosos), e das diferentes formas de discriminação de “raças” (dos brancos contra os negros, de outros grupos contra os judeus e atualmente contra os árabes). Infelizmente, essas modalidades de expressão através de atos violentos permanecem “naturalizadas”: é como se, ao cometê-las, as pessoas julgassem que

[3] Para o Ministério da Saúde refere-se ao impacto das doenças e das mortes que incorrem em uma sociedade. Morbimortalidade é um conceito complexo que provém da ciência médica e que combina dois subconceitos como a morbilidade e a mortalidade. Podemos começar explicando que a morbilidade é a presença de um determinado tipo de doença em uma população. A mortalidade, por sua vez, é a estatística sobre as mortes em uma população. Assim, ambos os subconceitos podem ser entendidos com a ideia de morbimortalidade, mais específica, significa em outras palavras, aquelas doenças causadas de morte em determinadas populações, espaços e tempos.

estão fazendo algo normal. Os tipos de relação anteriormente citados atravessam todas as classes e os segmentos sociais.

Destarte, a violência de gênero pode ser entendida com uma relação de poder de dominação do homem sobre a mulher. Isso ocorre devido os papéis impostos às mulheres e aos homens, ao longo da história e reforçados pelo patriarcado[4] e sua ideologia.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a violência de gênero deve ser entendida e tratada como uma questão de um desenvolvimento egoísta e uma construção sociocultural e do ser humano. Como ressalta Corrêa:

> A violência de gênero surge das diferenças ou desigualdades dando a ideia de superioridade dos homens entre as mulheres, responsável pela dominação masculina, instituída socialmente. Esta dominação concedeu os homens privilégios e vantagens materiais e culturais, à custa da opressão das mulheres e supressão de seus direitos, dando origem a violência de gênero. (2011, p. 212).

Nesta ótica, tal fato leva o homem a acreditar ser superior à mulher e controlar, subjugar, humilhar e agredi-la de várias formas. Assim, a violência de gênero pode ser compreendida como violência contra a mulher, expressão que veio à tona pelo movimento feminista nos anos 70, devido a mulher ser o principal alvo da violência.

Em suma, a introdução da categoria gênero é fundamental para perceber as relações de violência no espaço familiar, uma vez que esta possibilita compreender os papéis socialmente pré-definidos para homens e mulheres, como responsáveis das relações hierárquicas desiguais.

As estatísticas apontam que a violência contra a mulher é maior do que a contra o homem. Em geral os homens que batem nas mulheres o fazem entre “quatro paredes”, para que não sejam vistos por parentes, amigos, familiares e colegas de trabalho. A maioria dos casos de violência doméstica acontece nas classes sociais mais baixas, na classe média e na alta também há casos. Mas as mulheres denunciam menos por vergonha e medo de exporem sua família.

---

[4] Patriarcado: consiste em um modo de organização sociocultural qual o domínio dos homens estrutura totalidade das relações sociais que se estendem desde a família e atributos até a comunidade, sociedade e o estado e no qual a perspectivas de gênero domina o modo de perceber, de construir e administrar a realidade social e determina um precisa divisão de papeis “masculino” e “feminino” (CANTERA, 2007, p.23).

As principais vítimas da violência doméstica são crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Geralmente os agressores são homens adultos (marido, pais, vizinhos, filhos mais velhos), mas também, há mulheres adultas (mães, babás, vizinhas, filhas mais velhas) em um número reduzido.

A violência pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar e ocorre tanto nas grandes cidades como no meio rural, sem limites, e advém das relações entre pais, mães e outros responsáveis pela família. Esse tipo de violência pode ser estrutural, isto é, ocasionada por carências sociais como o desemprego, excesso de filhos, ameaças da autoridade, carência familiar, criança indesejada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA assegura em seu artigo 18: *"É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de todo e qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".*

As ocorrências de maus-tratos contra pessoas com mais de 60 anos situam-se dentro de casa em metade delas, e os agressores são parentes ou companheiros. Os idosos, que representam atualmente cerca de 10% da população brasileira, e também são vítimas invisíveis da violência dentro de casa. Sendo o autor, pessoa acima de qualquer suspeita.

Entre as várias formas de expressão da violência estão a física, a sexual, a psicológica e a negligência. A primeira consiste no uso intencional, não acidental da força, através de agressões, tapas, murros, maus tratos e espancamentos. A violência sexual é vista como um abuso do poderio exercido sobre determinada vítima sem seu consentimento como carícias indesejadas, incesto, exploração sexual, exibicionismo, pornografias infantis e estupro. A violência psicológica é caracterizada por desrespeito, verbalização inadequada, humilhação, ofensas, intimidações, traição, ameaças de morte e de abandono emocional e material, resultando em sofrimento mental. Por fim, temos a negligência como uma forma de omitir o atendimento das necessidades básicas do indivíduo.

A violência é universal e atinge todas as classes sociais, veja o relato a seguir: "Na Presidência dos Estados Unidos, tivemos um filho que viu sua mãe ser espancada e abusada em casa. Devido ao costume da época, essa mãe não pôde proteger-se nem denunciar. O espancamento só cessou quando Bill confrontou o padrasto". O contido depoimento da primeira-dama americana, Hillary Clinton, no salão nobre do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, em Washington, por

ocasião da Conferência sobre Violência Doméstica na América Latina e Caribe, pegou a plateia de surpresa. Não cabia, naquele plenário, detalhar as agressões domésticas que marcaram a infância do presidente Bill Clinton, mas tampouco cabe, nos dias de hoje, varrê-las de sua biografia. "A solidão é parte da vergonha, que é parte do silêncio", alertou Hillary.

A violência afeta todas as camadas da sociedade e perpassa por todos os lares nos diversos hemisférios do nosso universo.

De acordo com a doutora Marcela Lagade, autora mexicana que luta há vários anos contra o Feminicídio[5]:

> Una ínfima parte visible de la violencia contra niñas y mujeres, sucede como culminación de una situación caracterizada por la violencia reiterada y sistemática de los derechos humanos. Su común denominador es el género: niñas y mujeres son violentadas con crueldad por el único hecho de ser mujeres y sólo en algunos casos son asesinadas como culminación de dicha violencia pública o privada (LAGARDE, 2003, p.7)

A violência infelizmente tem um gênero predominante no mundo, conforme descrito acima, os crimes contra a mulher perpassa as fronteiras. O Feminicídio tem sido o término de muitas mulheres, que permanecem isoladas na esfera privada sem a proteção dos órgãos de justiça. No México, por exemplo, ainda não há delegacias especializadas para atendimento a estas vítimas. Meninas e mulheres são cruelmente abusadas pelo simples fato de ser mulher. A violência fatal também pode ser o desfecho desses casos de violações domiciliares.

A violência adquiriu formas e conteúdos diversos em distintas sociedades e contextos históricos. É um fenômeno que transcende ao tempo e ao espaço geográfico. Assalta diferentes culturas e classes sociais, ainda que seu impacto possa ser sentido com maior potência nos grupos considerados vulneráveis e em países periféricos ao desenvolvimento capitalista mundial.

---

[5] Feminicídio: significa a perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino, classificado como um crime hediondo no Brasil. Este crime se configura quando é comprovada as causas do assassinato, devendo este ser exclusivamente por questões de gênero, ou seja, quando uma mulher é morta simplesmente por ser mulher.

1.5 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, as estatísticas demonstram que a igualdade de direitos não é suficiente para que a justiça assegure a equidade esperada entre homens, mulheres, negros, brancos e índios. A dificuldade está na desigualdade social e econômica, cujas implicações levam à prática da violência doméstica e outras violações aos direitos essenciais. Tal desigualdade está impressa nos dados socioeconômicos da sociedade brasileira.

À luz de indicadores raciais e éticos e de gênero, essas diferenças ganham novos contornos e as desigualdades são ampliadas, sobretudo quando se observa a situação de grupos historicamente excluídos. Diante desse cenário, para que ocorra a efetivação da justiça social, torna-se necessário conciliar o princípio universalista da igualdade de direitos com o prestígio das necessidades específicas de grupos historicamente excluídos e culturalmente discriminados.

A violência doméstica é um dos mais graves problemas a serem enfrentados pela sociedade contemporânea. É uma forma de violência que não obedece a fronteiras, princípios ou leis. Acontece diariamente no Brasil e em outros países apesar de existirem inúmeros mecanismos constitucionais de amparo aos direitos humanos. Embora a Constituição Federal de 1988, tenham incluso entre seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, o direito penal e processual penal pátrio ainda inquieta-se em demasia com o crime e com o criminoso, deixando de lado quem mais precisa de assistência e apoio: a vítima.

A Vitimologia[6] contemporânea tem apresentado propostas para assegurar o direito fundamental à vida, à integridade física e à dignidade da vítima penal. Exemplos disso são os programas de assistência às vítimas de crimes, mudanças legislativas que valorizem a atuação da vítima na justiça criminal e a criação de instrumentos jurídicos que assegurem a reparação do dano, no plano civil e penal.

As estatísticas sobre o perfil dos vitimados por violência são eloquentes a respeito do maior grau de insegurança doméstica para a população feminina, a porcentagem de mulheres atacadas por parentes e conhecidos é expressivamente maior do que aquela agredida por estranhos (esta tendência se inverte no caso masculino). Na maioria dos casos, o lugar da ocorrência é a residência da vítima.

---

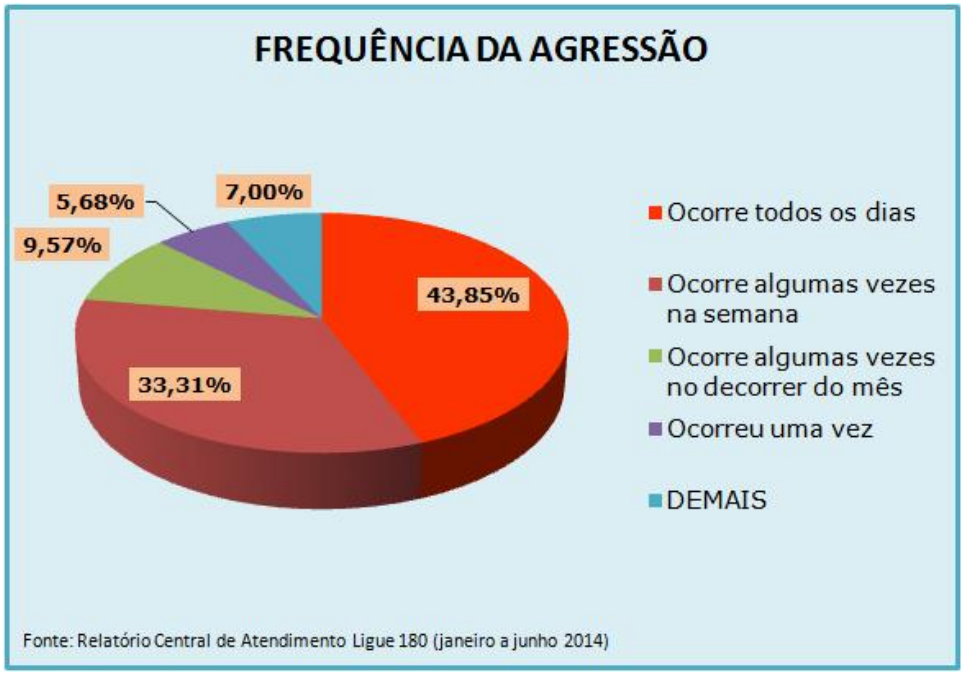
[6] Vitimologia(termo jurídico) - é conceituado como o estudo da vítima em seus diversos planos. A vitima é estudada sob um aspecto amplo e integral (social, psicológico, jurídico e econômico).

No plano internacional, o Brasil é parte signatária de tratados e convenções internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos. Isso não impede a existência de violações que precisam ser prevenidas e reprimidas mediante a ação ordenada do Poder Público.

Os números alarmantes relativos à violência doméstica levaram a OMS a reconhecer a gravidade que o fenômeno representa para a saúde pública e recomendar a necessidade de efetivação de campanhas nacionais de alerta e prevenção.

O gráfico abaixo mostra a frequência da violência e como esta perpetua no âmbito doméstico. Nota-se neste gráfico que a violação contra a mulher ocorre com frequência e não há dia específico para a ocorrência deste fenômeno.

Gráfico 01: Frequência da Agressão contra Mulher



Fonte: Relatório Central de Atendimento Ligue 180 (2014)

Embora atos de violência doméstica no Brasil aconteçam cotidianamente e em todas as esferas da vida social, sejam pública (assédio moral e sexual) ou privada (violência doméstica), as práticas que adquiriram maior visibilidade social são aquelas que incidem dentro de casa. A violência doméstica é um fenômeno cruel que afeta mulheres, crianças e idosos com sérias sequelas não só para o seu pleno desenvolvimento, mas também comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos.

No Brasil, o maior número de casos que são notificados, ou seja, que chegam a ser denunciados, referem-se às violências do tipo físico, sexual e negligência (principalmente material), sendo que a violência psicológica é raramente mencionada em relatórios de notificações.

De acordo com Kaplan; Sadock (1993), Passetti (1999), Ballone; Ortolani (2005) e Azevedo; Guerra (2009, 2011), e as estatísticas nacionais revelam as seguintes características da violência doméstica no Brasil:

- Os maiores agredidos são as crianças, geralmente de zero a três anos de idade;
- As formas comumente denunciadas são a negligência (material) e a violência física;
- Os maiores agressores são: o pai, a mãe e o padrasto;
- Geralmente quem denuncia é a mãe, seguida de denunciantes anônimos e familiares;
- A família é a maior responsável nos casos de violência sexual, portanto, famílias incestuosas;
- A violência física é praticada principalmente pela mãe, seguida do pai;
- A maioria dos casos envolvendo violência física é acompanhada de negligência;
- O agressor sexual é principalmente o pai, seguido do padrasto;
- O agressor psicológico é primeiro o pai, seguido da mãe;
- A negligência é praticada principalmente pela mãe, seguida do pai;
- A grande maioria das vítimas de violência doméstica é do gênero feminino;
- Crianças prematuras ou com algum tipo de deficiência têm maior probabilidade de se tornarem vítimas.

A violência doméstica deixa marcas profundas que dificilmente são apagadas ou esquecidas, principalmente em países como o Brasil, pois a justiça, para esses casos, ainda é pouco eficaz e muitos agressores permanecem impunes e praticando os mesmos crimes. O Brasil ainda caminha a passos lentos na busca de soluções para encarar o problema.

Infelizmente, alguns fatores contribuem para o aumento da impunidade: 1) Por ocorrer no seio familiar, esse é um tipo de violência que é dificilmente é diagnosticada; 2) Não existem estatísticas oficiais precisas para demonstrarem as

causas do problema, as políticas públicas desenvolvidas até agora têm se mostrado insuficientes para evitar ou minimizar o sofrimento das vítimas da violência e 3) A legislação brasileira ainda se preocupa demasiadamente com o réu em detrimento da vítima.

1.6 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTO-JUVENIL

A definição de Criança e Adolescente, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) em seu Artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes resulta de atos ou omissões praticados por pais, parente ou responsável, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica. Implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças têm de serem tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO; GUERRA. 1995).

O Brasil começou a manifestar uma consciência maior sobre a questão da violência contra a criança e adolescente no âmbito das relações familiares, somente nas décadas de 60 e 70. Os primeiros casos avaliados pareciam apontar para fatos isolados, cometidos por famílias de baixa renda, por “mães desequilibradas” e “pais alcoólatras”. No entanto, a vivência comprovou que casos não eram tão raros e que os agressores achavam-se por todas as camadas e grupos sociais.

A coleta e solidificação dos dados sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças no Brasil ainda é um processo em construção. O LACRI, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, vem realizando pesquisas sobre a ocorrência desse tipo de violência no país. Essas investigações têm indicado que, 03 entre 10 crianças, de 0 a 12 anos, sofrem diariamente algum tipo de violência dentro do lar. O número de casos não notificados, no entanto, será maior ou menor conforme seja mais ou menos amplo o pacto do silêncio que participam profissionais, vizinhos, familiares e até a própria vítima.

A violação doméstica cria pactos de conivência e perpetuação dos atos violentos. Neste pacto de silêncio, os membros da família, mais especificamente

aqueles que teriam o dever e a possibilidade de proteger a criança, paralisam e agem como se estivessem aliados ao agente agressor, desconsiderando os sinais dados pela vítima, mesmo quando há queixa explícita ou quando as marcas da agressão são notórias. São muitas as “justificativas” para a ocorrência desse fenômeno. Internamente à família, existe o medo pela própria vida, à atualização de vivências passadas e o medo de desamparo financeiro ou emocional leva ao conformismo da violência.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, violência e acidentes constituem o primeiro fator mais importante de mortalidade no Brasil, correspondendo a 59% na faixa etária de 5 a 19. As agressões ocupam o primeiro lugar nas estatísticas, sendo responsáveis por 40% do total de óbitos. Estudos apontam que grande parte dos casos de violência ocorre dentro do ambiente familiar, tendo como principais agressores o pai ou a mãe.

Em média, 18 mil crianças são vítimas de violência doméstica por dia no Brasil. Os dados, apresentados pela Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância - SIPANI, representam 12% das 55,6 milhões de crianças menores de 14 anos. O perigo está mais próximo do que se imagina. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, mostram que 80% das agressões físicas contra crianças e adolescentes foram causadas por parentes próximos. Ainda de acordo com o UNICEF, de hora em hora morre uma criança queimada, torturada ou espancada pelos próprios pais.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu artigo 5º:

> “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

A violência é todo ato ou omissão e pode ser classificada em duas formas: comissiva (ações) - marcas pelo corpo, quebraduras, queimaduras ou na forma omissiva (omissão) - falta de cuidados, desprezo, irresponsabilidade.

A violência doméstica pode ser explícita ou velada, praticada dentro de casa (lar) e/ou ambiente doméstico (onde os membros estão), usualmente entre familiares. Inclui diversas práticas, como a violência físicas, psicológica, o abuso

sexual de crianças e adolescentes, violência contra a mulher, maus-tratos contra idosos, e a violência sexual conjugal.

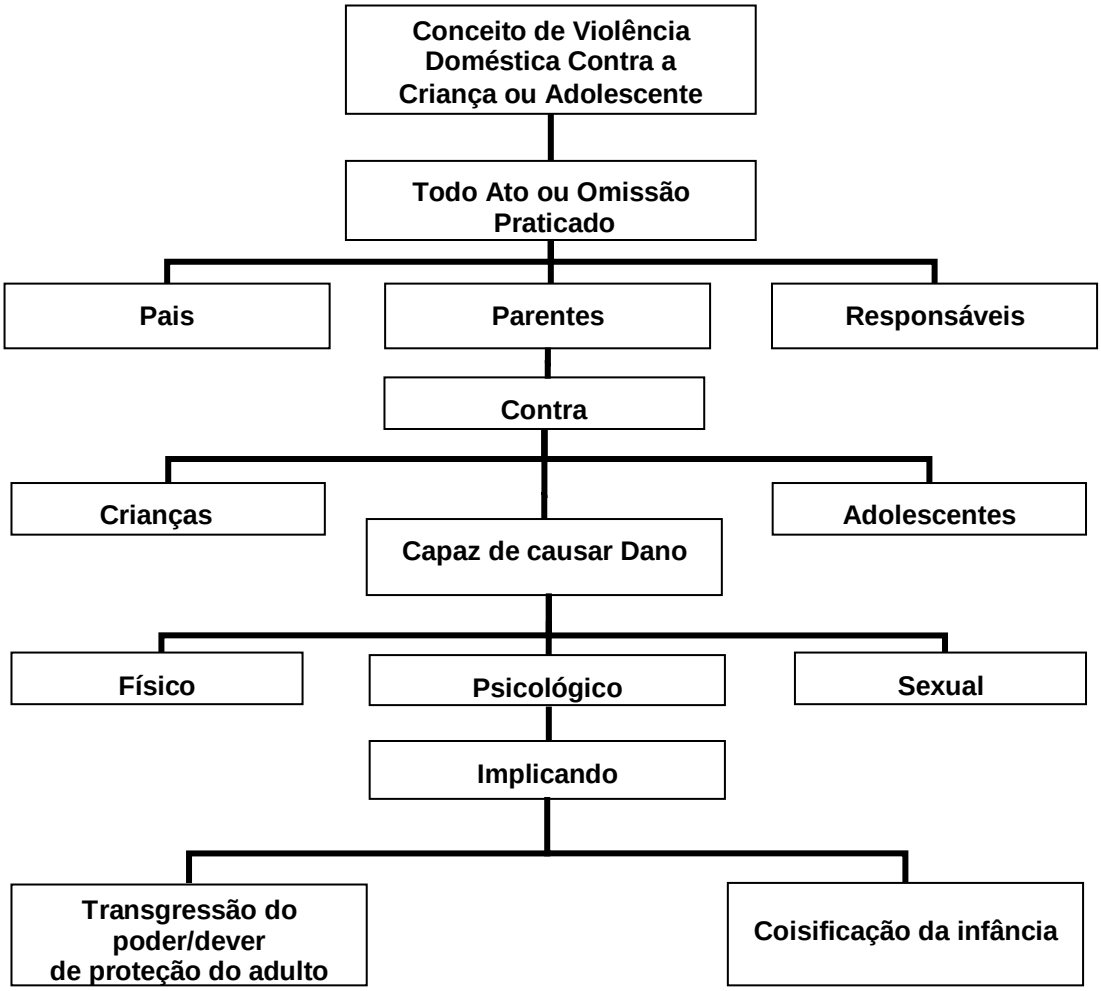
O Brasil, ainda, integra o contingente de países que não mantêm estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica infantil, assim como não realiza estudos sistemáticos sobre incidência e prevalência do fenômeno. Essa carência de dados empíricos pode explicar a veiculação - em publicações internacionais - de informações questionáveis, como a que considera ser a violência doméstica sexual, a mais notificada em nosso país. Considerando o tradicional "complô de silêncio", que sempre cercou essa modalidade de violência doméstica no Brasil e no mundo, julga-se necessário começar a investigar tal questão de modo mais sistemático no país.

De acordo com o CECOVI, outras causas para a agressão são: ver a criança e o adolescente como um objeto de sua propriedade; a projeção de cansaço e problemas pessoais nos filhos; fanatismo religioso e problemas psicológicos e psiquiátricos.

A seguir no organograma da violência doméstica é possível compreender os abusos de muitos familiares, por se acharem superiores às crianças e aos adolescentes em seu poder. Há nestas relações doentias uma disputa quanto à dominação através da violência. Aqui não se está desmerecendo os limites e as exortações necessárias para a formação do caráter infanto-juvenil, pois nesta fase de desenvolvimento necessitam de auxílio, mas a crítica é aos atos violentos que deixam sequelas e cicatrizes na alma. A exemplo, destaca-se a tortura psicológica e a violência sexual, sendo as mais graves violações e que, muitas vezes, vêm acompanhadas de outas violações e permanecem escondidas por muitos anos, sendo revelada apenas na vida adulta. Muitos adultos têm essas vítimas como objetos que podem ser manipuladas e maltratadas a seu bel-prazer.

Veja como se dá a Violência Doméstica Infanto-juvenil, conforme Azevedo e Guerra (2000), demonstrado no organograma a seguir, adotado pelo CECOVI.

Figura 01: Organograma da Violência Doméstica Infanto-juvenil



Fonte: CECOVI (2009). Org. Lyra (2015)

A transgressão do poder/dever do adulto é, acima de tudo, uma relação desigual de poder, que o mais forte subjuga e abusa do mais fraco (violência doméstica). Devido ao seu “completo” desenvolvimento físico e emocional, o adulto tem o poder de proteger a criança (pessoa com condições especiais de desenvolvimento). Quando essa relação (Adulto e Criança) acontece dentro do ambiente familiar, além de ter o poder de proteção, o adulto passa a ter o dever de exercer essa proteção.

A “Coisificação” da Criança ou Adolescente é uma das características mais marcantes do agressor de violência doméstica, portanto ele enxerga a vítima, não como um sujeito de direitos, mas sim como um objeto que lhe pertence, e que existe para executar todas as suas vontades e ordens.

Apresentaremos a seguir, um quadro de notificações da violência doméstica no Brasil do ano de 2000 a 2007, dados sintetizados pelo Laboratório de Estudos da Criança - LACRI, instituto de pesquisa da Universidade de São Paulo - Brasil.

Quadro 01: Síntese da Violência Doméstica Notificada

Ano	Modalidade de VDCA* - Incidência Pesquisada											
	Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		Violência Fatal		Total de casos notificados	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
2.000	4.330	38,9%	978	8,8%	1.493	13,4%	4.205	37,7%	135	1,2%	11.141	100,0%
2.001	6.675	32,9%	1.723	8,5%	3.893	19,2%	7.713	38,1%	257	1,3%	20.261	100,0%
2.002	5.721	35,8%	1.728	10,8%	2.685	16,8%	5.798	36,3%	42	0,3%	15.974	100,0%
2.003	6.497	31,3%	2.599	12,5%	2.952	14,2%	8.687	41,9%	22	0,1%	20.757	100,0%
2.004	6.066	31,0%	2.573	13,2%	3.097	15,8%	7.799	39,9%	17	0,1%	19.552	100,0%
2.005	5.109	26,5%	2.731	14,2%	3.633	18,9%	7.740	40,2%	32	0,2%	19.245	100,0%
2.006	4.954	26,7%	2.456	13,2%	3.501	18,9%	7.617	41,1%	17	0,1%	18.545	100,0%
2.007	2.940	25,1%	1.057	9,0%	2.285	19,5%	5.422	46,3%	10	0,1%	11.714	100,0%
Total	**49.481**	**31,0%**	**17.482**	**10,9%**	**26.590**	**16,6%**	**65.669**	**41,1%**	**532**	**0,3%**	**159.754**	**100,0%**

Fonte: Ponta do ICEBERG - LACRI. Org. Lyra (2014)
* Violência Doméstica Contra a Criança e Adolescentes.

Os dados apontam que, de 2000 a 2007, o ano que mais teve notificações da violência doméstica contra a criança foi no ano de 2003, com 20.757 casos; a violência física teve sua maior notificação em 2001, com 6.675 casos; a violência sexual em 2005, com 2.731; a violência psicológica que quase não é notificada teve seu maior numero no ano de 2001, com 3.893; a negligência teve sua maior notificação em 2003, com 8.687 casos e a violência fatal teve seus dados maiores em 2001, com 257 casos notificados. Nestes sete anos observamos uma instabilidade quando aos números de notificações há anos que existem mais notificação e outros que regridem a exemplo do ano de 2007 com o menor número de casos. Consideramos que estes dados infelizmente não expressam o todo da violência, muitos casos não são comunicados a nenhum órgão de proteção a criança e adolescente, permanecendo velados os atos violentos no domicílio.

A maioria da sociedade opta por não se envolver com assunto que envolva a violência doméstica, preferindo o anonimato. No quadro, observa-se uma queda nas notificações e denúncia, mas sabe-se que o número é grande de casos que não chegam aos órgãos competentes. O que ocorre é a cumplicidade de alguns

profissionais, a família, vizinhos, agressores e vítimas. A violência doméstica existe há muitos anos, mas não é notificada, permanecendo veladas vítimas e suas famílias. O medo de destruição da família perfeita é grande, imperando o muro do silêncio, não havendo a denúncia.

Conforme Vicente Faleiros, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, cerca de 70% das denúncias de agressão física contra crianças foi praticado pela própria mãe, sendo o abuso sexual normalmente praticado pelo pai ou padrasto[7].

Destacamos que o LACRI infelizmente funcionou até o ano de 2009, atualmente, o Laboratório não faz mais essa sistematização da incidência de violências infanto-juvenil, que era coordenado pelo Instituto de Psicologia da USP. Por este motivo, não apresentamos no quadro dados mais contemporâneos.

O quadro nº 02 relata a violência doméstica e as notificações no ano de 2013 feitas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, o qual apontou como maior número do sexo feminino, sendo o mais violado nas relações familiares. O total para este gênero no Brasil foram 126.709 casos enquanto o masculino, com um número bem inferior de 63.636 notificações.

Quadro 02: Violência Doméstica Divisão por Gênero

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS -SINAN Frequência por Sexo segundo UF - Notificação - Período: 2013				
UF - Notificação	**Ignorado**	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
TOTAL / BRASIL	**106**	**63.636**	**126.709**	**190.451**
Rondônia	**-**	**57**	**273**	**330**
Acre	**-**	**121**	**876**	**997**
Amazonas	**-**	**984**	**3.254**	**4.238**
Roraima	**-**	**187**	**527**	**714**
Para	**-**	**545**	**2.915**	**3.460**
Amapá	**-**	**197**	**270**	**467**
Tocantins	**-**	**628**	**1.296**	**1.924**

Fonte: Site do SINAN (2015). Org. Lyra (2015)

[7] CECRIA - Centro de Referência, Estudos Ações sobre a Criança e Adolescente.

Verificamos no quadro apresentado que os estado do Amazonas e Para a frequência de casos notificados é bem expressiva se comparados a toda região Norte, sendo Amazonas com 4.238 e Para com 3.460 casos. Este sistema de notificação é alimentado apenas se a vítima compareceu a uma unidade de saúde e foi constatada a violação por um profissional, sendo preenchida a Ficha de Notificação.

Como vimos no quadro 02 sobre o Norte, os estados que se destacaram quanto notificação da violência foram: Amazonas em primeiro, Pará em segundo e Tocantins em terceiro. Rondônia permanece em último lugar, com apenas 330 casos, demonstrando que há poucos notificados neste sistema. Em pesquisas empíricas, que se observa, é que existe um número elevado de casos, porém sem a devida notificações ou denúncias[8], pelo medo, muitas vítimas permanecem no anonimato.

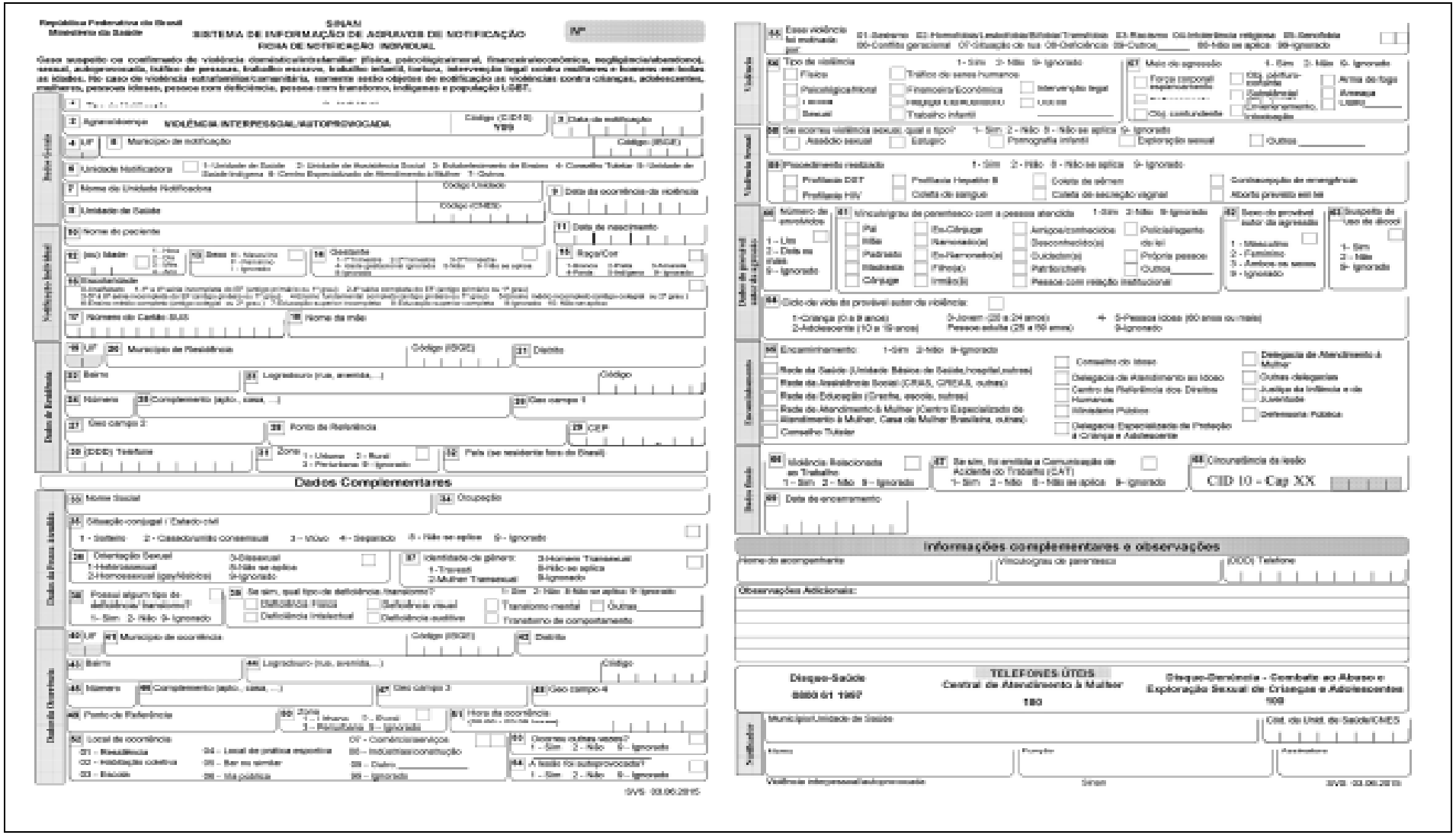
O SINAN é um sistema alimentado pela Secretaria de Saúde através das notificações da violência que passaram por algum atendimento clínico. Muitos casos passam pela Secretaria de Saúde (Unidades de Pronto Atendimento) e infelizmente não são notificados. Na tentativa de solucionar estes impasses, a Secretaria Nacional de Saúde tem dialogado recentemente com outras secretarias para o preenchimento também desta notificação, como mecanismo de controle e para tentar refrear atos violentos. Nem todos os casos deixam marcas ou sequelas físicas, e muitas vítimas não buscam as unidades de saúde, porque não existem sinais visíveis, e vivem anos na obscuridade, sendo revitimadas cotidianamente.

Posteriormente veremos o modelo da Ficha de Notificação que são encontradas nas unidades de saúde em todo o país e devem ser preenchidas por qualquer profissional que identifique algum tipo de violência interpessoal ou autoprovocada.

---

[8] Notificação: efeito de levar a alguém o conhecimento de um ato ilegal, para ciência de uma instituição pública, podendo ou não tornar-se uma denúncia de fato. Denúncia: é uma tentativa de levar a conhecimento público ou da autoridade competente um determinado fato ilegal. Para imputação de crime ou de ação demeritória revelada à autoridade competente, para iniciar um processo de investigação criminal.

Figura 02: Ficha de Notificação Individual



Fonte: Site do SINAN (2015). Org. Lyra (2015)

Esta ficha de notificação é uma forma de coletar dados para a fomentação de Políticas Públicas e o principal motivo é a transformação deste instrumento em um mecanismo importante para denúncia e apuração de crimes de natureza sexual dentre outros. Sendo mais um mecanismo para coibir a violência infanto-juvenil.

De uma década para cá, aumentaram as notificações da violência infanto-juvenil, devido às inúmeras campanhas pela sensibilização da sociedade e aprovação de leis mais severas quanto a omissão de profissionais e das instituições públicas. Outro ponto importante, é a manutenção do anonimato do denunciante que de certa forma protege o autor da denúncia. Por fim tem-se a recente criação de Delegacias Especializadas para o atendimento das vítimas.

1.7 MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência perpassa todas as classes sociais e ultrapassa gerações, perpetuando na família de forma velada, sendo manifestada muitas vezes apenas quando o indivíduo atinge a idade adulta com uma compreensão melhor do mundo. Várias famílias internalizam atos violentos como prática normal entre os membros e, infelizmente neste processo, as práticas incestuosas também são perpassadas e potencializadas pelo segredo da família.

Infelizmente existem algumas “crenças” poderosas que fundamentam e perpetuam a violência no interior dos lares: “que o homem é o chefe, o dono e sabe o que é bom ou ruim para todos, mas ele se exclui do julgamento dos demais; que a criança, para ser educada, precisa ser castigada e punida pelo pai, pela mãe e pelos seus substitutos; que a mulher é domínio e posse do homem; que os idosos, por não produzirem mais bens e serviços materiais e frequentemente demandarem cuidados, são inúteis, pesos mortos e descartáveis”.

A violência intrafamiliar se perpetua pela indiferença de muitos e pelo não envolvimento da sociedade em questões ditas familiares. Entendemos que quando há a violência (ou suspeita), devemos, sim, intervir através dos órgãos de proteção para o cerceamento destes atos.

Saffiotti nos esclarece algumas definições no contexto da violência intrafamiliar:

> [...] Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais

> frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. [...] A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a família, podendo também atingir pessoas que, não pertencem à família, vivem parcial ou integral, no domicílio do agressor [...] (SAFFIOTI, 1999, p.83).

Diferente do que muitos compreendem a violência intrafamiliar pode acontecer em qualquer lugar, não apenas dentro da residência, o que a define são os laços de consanguinidade ou de afetividade entre vítima e agressor. Que tenha relações parentais ou considerações afetivas nestes elos fraternais. Esta violação geralmente acontece dentro dos lares, e neste lugar cria-se pactos de silêncio e perpetuação.

No Brasil, desde o período colonial, as crianças e adolescentes não eram vistos como sujeitos de direitos e, por isso, eram vítimas das mais diversas formas de violência. Onde há uma forma desigual de poder é instaurada uma relação assimétrica entre homens e mulheres, representa por todo o ato e omissão praticada por pais, parentes ou responsáveis, sendo capaz de causar danos físicos, sexual ou psicológico à vitima.

O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico que a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. Assim, a violência doméstica se diferenciaria da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico.

A violência, em suas mais distintas formas de expressão, sempre esteve presente na história infanto-juvenil, embora pareça ser um problema contemporâneo, ela é o fruto de um processo histórico que colocou-a em lugar de pouca atenção e visibilidade, tanto no âmbito da família como da sociedade e do poder público.

Observamos que a violência intrafamiliar sempre esteve presente no contexto da sociedade, entretanto, apenas nas últimas décadas começou a ser colocada em debate e sofrer intervenções mais incisivas dos órgãos de proteção.

A criança e o adolescente estão sujeitos a toda forma de violência, e essa parece cada vez mais assolar a existência humana. A cada dia a violência toma proporções maiores, afetando a sociedade como um todo, grupos ou famílias e, ainda, o indivíduo isoladamente (BRAUN, 2002).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma violência interpessoal e subjetiva, ou seja, um abuso do poder dos pais ou responsáveis, os

quais fazem a vítima se reduzir a uma condição de objeto, concretizando uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto sujeitos protagonistas de sua história.

A violência que ocorre dentro das casas é chamada por muitos de violência doméstica. Nesse caso o foco da análise e da compreensão é o espaço do lar. Neste texto, o conceito de violência é tratado como fruto e consequência de relações. Por isso, dá-se preferência ao termo intrafamiliar que é mais abrangente. Na prática, violência doméstica e violência intrafamiliar se referem ao mesmo problema. Ambos os termos dizem respeito aos conflitos familiares transformados em intolerância, abusos e opressão. Ambos os conceitos dizem respeito a esse fenômeno universal que tem séculos de história, formando uma cultura que se expressa em usos, costumes, atitudes, negligências e atos. O termo “intrafamiliar” foca os laços de afetividade não o lugar da violência.

A violência intrafamiliar tem muitas manifestações, mas as mais comuns, sobretudo no Brasil, são as que submetem a mulher, as crianças e os idosos ao pai, ao marido e ao provedor ou, ainda, colocam crianças e jovens sob o domínio - e não sob a proteção - dos adultos.

De acordo com Minayo (2005) a violência intrafamiliar se constitui de toda a ação ou omissão que afete o bem estar, a integridade física, psicológica, ou a liberdade e o direito ao desenvolvimento saudável e pode ser acontecer dentro ou fora de casa por algum integrante da família, abrangendo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e de relação de poder.

Cabe destacar que esta modalidade de violência agrava e difere pelos laços de afetividade, não importa o local da violação e sim a interação afetiva entre vítima e agressor.

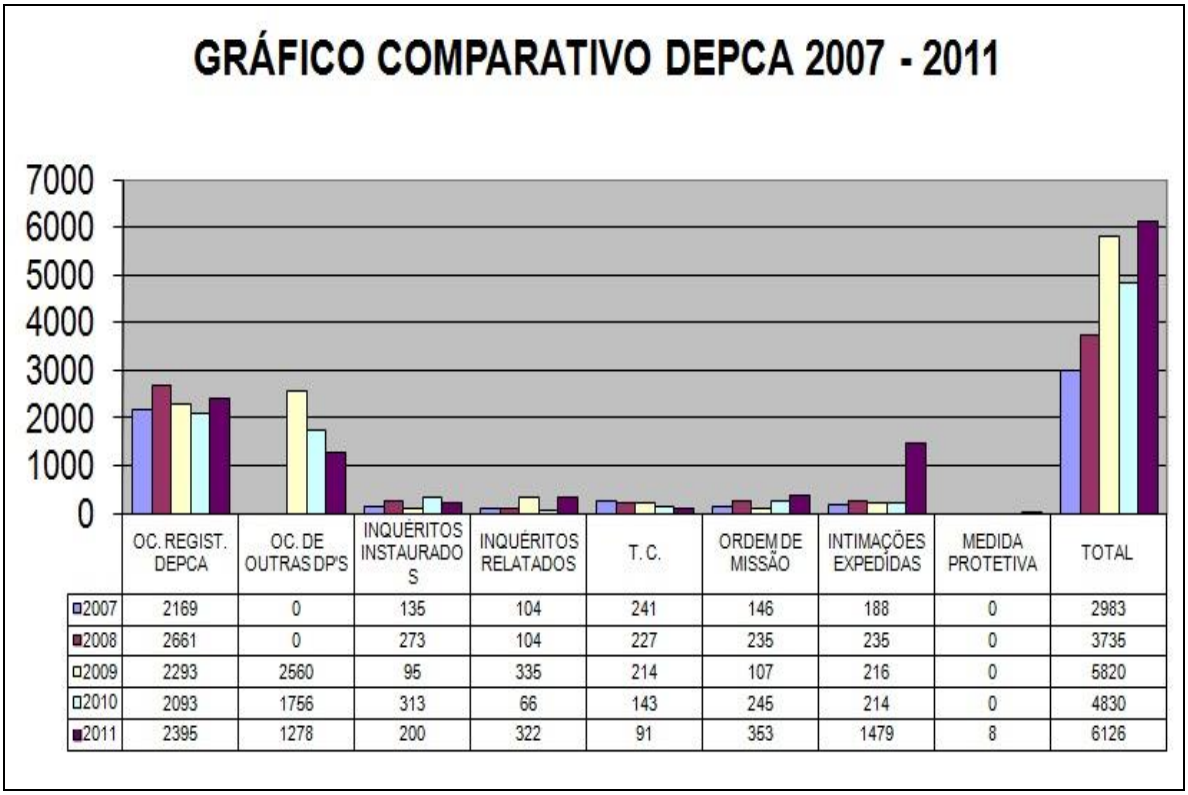
> A violência intrafamiliar, em suas diferentes manifestações se destaca por sua universalidade, sendo praticada em todas as culturas, sociedades, religiões e classes sociais, embora sua ocorrência seja mais evidente nas classes sociais empobrecidas, tendo em vista os diversos processos de exclusão social e/ou de inclusão social precária que vivenciam, que decorrem de aspectos como a pobreza, o desemprego, o não acesso às políticas públicas, dentro outros direitos que não lhes são garantidos, o que acaba contribuindo para a vulnerabilidade da família e desproteção dos membros que as constituem principalmente as crianças (AZAMBUJA 2011, p.25).

Nesse contexto, verifica-se que a violência permanece nas famílias mais vulneráveis, com pouca renda, em que a pobreza e o desemprego contribuem para a precarização das relações afetivas familiar. Assinamos que apenas essas classes chegam ao poder público para intervenções, as classes média e alta permanecem no anonimato, não havendo assim como mensurar a ocorrência nestas classes. Sabe-se que tal violação acontece, mas dificilmente são notificadas.

A violência intrafamiliar tem uma evolução gradual, podendo a criança ser vítima de uma lesão muito grave decorrente dos maus-tratos dentro do ambiente doméstico, quase sem exceção, já vinha sofrendo agressões anteriores de porte mais leve, que, entretanto, foram evoluindo para uma intensidade mais severa, podendo, em alguns casos, evoluindo ao óbito.

Em Porto Velho, contamos com o trabalho da delegacia especializa (DEPCA) que auxilia no processo de apuração dos fatos através da investigação. Abaixo temos um gráfico dos anos referidos para comparação dos dados.

Gráfico 02: DEPCA -Dados Comparativos



	OC. REGIST. DEPCA	OC. DE OUTRAS DP'S	INQUÉRITOS INSTAURADOS	INQUÉRITOS RELATADOS	T. C.	ORDEM DE MISSÃO	INTIMAÇÕES EXPEDIDAS	MEDIDA PROTETIVA	TOTAL
2007	2169	0	135	104	241	146	188	0	2983
2008	2661	0	273	104	227	235	235	0	3735
2009	2293	2560	95	335	214	107	216	0	5820
2010	2093	1756	313	66	143	245	214	0	4830
2011	2395	1278	200	322	91	353	1479	8	6126

Fonte: ASCOM/PC-RO. Org. Lyra (2014)

Consoante ao gráfico supracitado, nos anos elencados foram instaurados inquéritos de 1456 casos e 1282 inquéritos relatados, totalizando 2738 em fase de

investigação. Os casos apresentados como Inquéritos Relatados são os que foram concluídos e estão prontos para ser enviado ao Ministério Público para os trâmites necessários para a condenação do agressor. Os instaurados permanecem abertos, aguardando as investigações concluírem. A Delegacia Especializada trabalha com um número reduzido de policiais para a investigação e ainda não há plantão de vinte quatro horas. Nos finais de semana e feriados, os casos são encaminhados à Central de Polícia, que muitas vezes não dá a devida atenção aos casos.

O gráfico apresenta as comparações entre os anos de 2007 até 2011, das ocorrências registradas há destaque para o ano de 2008, com 2661 ocorrências de outras delegacias, no ano de 2009 com 2560. Quanto aos inquéritos instaurados 313 em 2010 e relatados com 335 em 2009.

Os órgãos de responsabilização na tentativa de proteger as vítimas, muitas vezes, acabam por violar direitos, sendo revitimadas pela rede de atendimento primária. Sabe-se que o processo investigativo é muito demorado e, muitas vítimas, após a revelação da violência, voltam para suas casas na companhia do agressor. Lamentavelmente, percebe-se que em nosso estado crianças e adolescente não são prioridades, apresar de termos leis que versam sobre o assunto.

1.7.1 Tipificação da Violência

As violências contra a infância e adolescência são inúmeras tendo diversas modalidades, as quais serão apresentadas neste tópico. Na ocorrência destas violações contra a criança e ao adolescente, seus direitos são assegurados pelos órgãos de proteção, defesa e responsabilização, dentre eles destacamos o importante papel do conselho tutelar para a efetivação desses direitos.

Com a vigência do Estatuto da Criança e do adolescente, as notificações e os registros de maus-tratos envolvendo violência física, psicológica e sexual, praticados contra a criança e adolescente, devem ser comunicados ao Conselho Tutelar. Estas notificações aos órgãos de proteção são tentativas para coibir e/ou minimizar os atos violentos. Pelo estatuto, os profissionais competentes obrigatoriamente devem comunicar ao Conselho Tutelar os respectivos casos de violência - suspeita ou confirmação, os quais são responsáveis pela apuração dos fatos e encaminhamento às Delegacias Especializadas e Ministério Público para o cumprimento da lei e aplicação de medidas cabíveis ao caso.

Azambuja contribui afirmando:

> A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais da área da saúde e da educação tem trazido à tona casos de violência que antes ficavam na clandestinidade, impedindo que seus índices fossem conhecidos e que medidas de atendimento fossem aplicadas com intuito de proteger a criança (AZAMBUJA 2011, p,19).

O papel do Sistema Único de Saúde - SUS tem sido fundamental para a notificação da violência. Por ser obrigação legal e agora pela compreensão do tema, os profissionais têm feito a comunicação aos órgãos competentes, que verificarão os fatos, cabendo-lhes a investigação pelos trâmites judiciários.

No quadro nº 03 verifica-se que a notificação da violência sexual prevalece com o maior número do gênero feminino. Na região norte o estado que tem os números elevados, ficando em primeiro lugar, é o Amazonas. O Pará ficou em segundo lugar, no ano de 2014 podendo ser constatado no quadro abaixo. Neste ano novamente confirmamos que a violência doméstica é predominante contra o gênero feminino com 62.921 notificações.

Quadro 03: Violência Sexual Notificada - Divisão por Gênero

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS - SINAN Frequência por Sexo segundo UF Notificação - Período: 2014				
UF Notificação	Ignorado	Masculino	Feminino	Total
TOTAL / BRASIL	**72**	**33.830**	**62.921**	**96.823**
Rondônia	-	42	108	150
Acre	-	49	425	474
Amazonas	-	403	950	1.353
Roraima	-	106	354	460
Para	3	218	900	1.121
Amapá	-	103	117	220
Tocantins	-	362	911	1.273

Fonte: Site do SINAN, (2015). Org. Lyra. (2015)

Observamos nos dados supracitados que no Brasil a diferença entre homens e mulheres é praticamente o dobro, confirmando uma relação desigual e cruel contra

o sexo feminino no ambiente doméstico. Na região Norte, o estado Rondônia ficou em último lugar, mas infelizmente quando ponderarmos pelo viés da naturalização da violência doméstica os dados é alarmante, pois há uma cumplicidade (agressor x vítima). Apontamos que muitos casos não são notificados, neste estado porque ainda impera a lei do mais forte e do "coronelismo[9]". No Pará e Tocantins a diferença entre os gênero é gritante sendo mais que o triplo.

A seguir detalharemos as violências mais conhecidas e praticadas contra a criança e adolescente, dentre elas descreveremos a física, a fatal, a psicológica, a negligência e a sexual. Esta última enfocada com maior proeminência posteriormente, pois é o marco de nossas pesquisas.

A **Violência Física** é toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal. Ela ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas (hemorragia, fraturas), externas (cortes, hemorragias, feridas) ou ambas. Tipos de Violência Física mais conhecidas são Lesões Corporais, Vias de Fato.

A **Violência Fatal** é aquela praticada em família contra filhos ou filhas, crianças ou adolescentes, cuja consequência acaba sendo a morte. Tem sido denominada, impropriamente, de infanticídio (quando a vítima é um bebê em suas primeiras horas de vida), assassinato Infantil (homicídio de crianças no lar ou fora dele), ou filicídio (morte dos filhos praticada por pais consanguíneos ou por afinidade).

Resultados da violência conforme BRAUN (2002) é o parricídio/matricídio[10] que como forma de acabar com a violência em casa, exterminando o agressor quando um pai abusa de seu filho até a morte, a criança se torna a última vítima, silenciada para sempre. Quando uma criança mata seu pai, entretanto, nós observamos a verdadeira face obscura do abuso infantil, a criança vítima transformada em agressora e a violência fechando o seu círculo.

---

[9] Na origem da palavra é a prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República 1889-1930 e que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local. Hoje este conceito, vêm arraigado no machismo, potencializando a desigualdade de gênero e fazendo fomentar a violência contra a mulher.

[10] Parricídio é o filho que atenta contra a vida de seu pai ou ascendente, praticando assim o homicídio. Matricídio consiste no ato de uma pessoa matar sua própria mãe.

A **Negligência** consiste numa omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, de prover educação e supervisão adequadas, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle.

A Negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos, observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças ou adolescentes, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, as crianças são muitas vezes deixadas sozinhas por diversos dias. A literatura registra entre esses pais, um consumo elevado de drogas, de álcool, uma presença significativa de desordens severas de personalidade. Recentemente, o termo vem sendo ampliado para incorporar a chamada supervisão perigosa.

A **Violência Psicológica** constitui toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança para atender às necessidades psíquicas dos adultos. Todas essas formas de maus-tratos psicológicos causam danos ao desenvolvimento e ao crescimento biopsicossocial da criança, podendo provocar efeitos muito deletérios na formação de sua personalidade e na sua forma de encarar a vida.

Esta violação pode causar sofrimento psíquico e interferir negativamente no processo de construção da identidade da criança. Toda forma de violência contra a criança envolve a violência psicológica, pois o sofrimento atinge sua autoestima e prejudica seu desenvolvimento e estrutura da personalidade. Em muitos casos a violência psicológica acontece de modo isolado, sem relacionar com as outras formas de violência, tornando-se muito difícil de ser identificada, pois não deixa sinais visíveis.

Esse é o tipo de violência da qual menos se fala, embora seja um dos modos mais comuns de dominação dos pais sobre os filhos. Por isso mesmo raramente é registrado nas instituições que atendem a população infanto-juvenil.

1.7.1.1 Compreendendo a Violência Sexual

A violência sexual configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré (AZEVEDO; GUERRA. 1995).

O abuso sexual envolve contato sexual entre uma criança e um adulto ou pessoa significativamente mais velha e poderosa. As crianças, pelo seu estágio de desenvolvimento, não são capazes de entender o contato sexual ou resistir a ele, e podem ser dependentes emocionalmente do ofensor.

A definição mais utilizada no Brasil sobre o abuso sexual é a de Monteiro, Abreu, Phebo (1997):

> "Situação em que uma criança ou adolescente é usada para gratificação sexual de um adulto, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, 'voyeurismo', pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física" (p.7).

Esta definição vem considerar a classificação diversa de respostas sexualmente agressivas, explicando que é possível haver abuso sexual sem contato físico, como no caso do voyeurismo ou exibicionismo.

O abuso sexual abrange qualquer toque ou carícia imprópria, incluindo comportamentos como incesto, molestamento, estupro, contato oral-genital e carícia nos seios e genitais. Além do contato sexual, a violência pode incluir outros comportamentos abusivos como estimular verbalmente de modo impróprio uma criança, fotografar uma criança ou adolescente de modo pornográfico ou mostrar-lhe esse tipo de fotos, expor uma criança à pornografia ou atividade sexual de adultos.

A violência sexual perpassa por todas as classes sociais, sendo esta desvendada muitas vezes apenas na vida adulta, pelo medo, vergonha e ameaças sofridas pelas vítimas. Neste observamos um processo, muitas vezes, transgeracional e intrafamiliar formando um muro de silêncio, uma prisão para a vítima.

A apresentação dos dados no quadro a seguir são até o ano de 2007, não há dados atualizados, pois no ano de 2009 o LACRI parou de alimentar o Banco de Dados, que era coordenado pela USP, como dito anteriormente.

O quadro nº 04 apresenta notificações da violência sexual no Brasil do ano de 1996 a 2007, dados sintetizados pelo LACRI, instituto de pesquisa da Universidade de São Paulo.

Quadro 04: Violência Sexual Intrafamiliar Notificada

Ano	Violência Sexual						Total	
	Masculina		Feminina		Sem Info			
1.996	8	8,4%	68	71,6%	19	20,0%	95	100,0%
1.997	7	2,2%	80	25,4%	228	72,4%	315	100,0%
1.998	18	3,1%	174	30,1%	386	66,8%	578	100,0%
1.999	113	17,4%	536	82,6%	0	0,0%	649	100,0%
2.000	192	19,6%	786	80,4%	0	0,0%	978	100,0%
2.001	350	20,3%	1.373	79,7%	0	0,0%	1.723	100,0%
2.002	326	18,9%	1.402	81,1%	0	0,0%	1.728	100,0%
2.003	522	20,1%	2.077	79,9%	0	0,0%	2.599	100,0%
2.004	589	22,9%	1.984	77,1%	0	0,0%	2.573	100,0%
2.005	602	22,0%	2.129	78,0%	0	0,0%	2.731	100,0%
2.006	677	27,6%	1.779	72,4%	0	0,0%	2.456	100,0%
2.007	251	23,7%	806	76,3%	0	0,0%	1.057	100,0%
Total	**3.655**	**20,9%**	**13.194**	**75,5%**	**633**	**3,6%**	**17.482**	**100,0%**

Fonte: Ponta do ICEBERG - LACRI. Org. Lyra (2015)

Nota-se no quadro nº 04, que a violência sexual está ligada diretamente à questão de gênero, o total de notificações da violência sexual foram 17.482 casos nos doze anos apresentados.

A violência sexual é predominante contra o sexo feminino, sendo alarmante a disparidade entre o sexo masculino e feminino, o total de notificações de 1996 ao ano de 2007 do sexo masculino foram de 3.655 casos, representando 20,9%, e do sexo feminino 13.194 casos notificados, apontando 75,5% dos atendimentos. Sabemos que infelizmente estes dados representam “uma gota no oceano”, pois há muitos casos que não chegam ao conhecimento dos profissionais competentes permanecendo na obscuridade. Pelas estimativas, quando consideramos os casos de abuso sexual, observamos que quando um caso é notificado conseguimos identificar mais uma, até três vítimas do mesmo agressor que não denunciaram, e quando tratamos de exploração sexual os casos multiplicam, pois é uma rede de

meninas exploradas. Como exemplo aqui em Porto Velho, fruto da operação Rio Preto da Policia Federal, foram encontradas no local, vinte e duas garotas, destas apenas uma foi para os órgãos competentes (forçada pela genitora), umas se perderam pelos caminhos da “burocracia” e outras “sumiram” por não acreditarem na justiça.

A violência sexual é muito cruel, principalmente contra nossas adolescentes que perdem a estima pelo seu corpo, o tratando como objeto de troca e barganha. A cada ano cresce a impunidade diante destas violações sexuais contra nossas adolescentes, principalmente se tiverem acima de 15 anos, pois há um julgamento equivocado que ato foi consentido e esquecem as inúmeras estratégias de conquista e sedução que o agressor sexual utiliza para aprisionar sua vítima.

Na definição do abuso sexual devem ser considerados os seguintes fatores: a intenção do autor, os efeitos do ato sobre a vítima, a avaliação do ato por parte de um observador, além da fonte das normas que orientaram a avaliação do fato. Há a necessidade de se distinguir os atos praticados para estímulo sexual do agressor e outros simplesmente para transmitir sentimentos de afeto.

> A violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder entre os personagens do crime. Dominação de gênero, classe social e faixa etária sob o ponto de vista histórico e cultural contribuem para a manifestação de abusadores e exploradores (VIVARTA, 2003, p.27).

Essas correlações de forças contribuem para a violação dos direitos das crianças e adolescentes, vítimas desses agressores. Em alguns casos diz respeito à importância ou significado que a vítima atribui ao autor da violência sexual antes de ele se mostrar como agressor.

O abuso sexual predominantemente ocorre no espaço doméstico, tendo como principais agressores, o pai, o padrasto, ou ainda pessoas conhecidas que participam do cotidiano da vítima. A dificuldade de quantificação da violência sexual acentua-se pelo encobrimento do fato nos tabus culturais, nas relações de poder estabelecidas entre os membros das famílias e na discriminação das vítimas consideradas como culpadas pelo acontecimento.

O quadro nº 05 mostra algumas características das vítimas de violência sexual, dados sistematizados em 2011 pelo Ministério da Saúde e viabilizado pelo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA em 2014 através do estudo sobre Vítimas de Estrupo no Brasil.

Quadro 05: Características das Vítimas de Estrupo no Brasil

Variáveis	Todos (n=12.087)	Crianças (n=6.132)	Adolescentes (n=2.340)	Adultos (n= 3.615)
Sexo				
Feminino	88,5%	81,2%	93,6%	97,5%
Masculino	11,5%	18,8%	6,4%	2,5%
Faixa Etária				
Crianças (até 13 anos)	50,7%	1,0%	0,0%	0,0%
Adolescentes (entre 14 e 17 anos)	19,4%	0,0%	1,0%	0,0%
Adultos (18 anos ou mais)	29,9%	0,0%	0,0%	1,0%
Cor/Raça	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Branca	38,6%	35,4%	37,0%	45,2%
Preta	9,4%	9,0%	8,8%	10,6%
Amarela	0,9%	0,8%	1,2%	0,9%
Parda	41,8%	44,1%	44,8%	35,8%
Indígena	0,7%	0,9%	0,5%	0,4%
Ignorada	8,7%	9,9%	7,7%	7,3%
Escolaridade				
Analfabeto	1,2%	0,5%	1,1%	2,6%
1a a 4a série incompleta do EF	14,8%	21,7%	6,3%	8,0%
4a série completa EF	5,3%	5,9%	6,0%	3,6%
5a a 8a série incompleta	24,5%	25,4%	37,6%	14,3%
Ensino fundamental completo	4,7%	1,7%	8,2%	7,7%
Ensino médio incompleto	7,9%	1,2%	20,6%	11,4%
Ensino médio completo	6,6%	0,2%	3,4%	20,1%
Educação superior incompleta	2,1%	0,0%	0,4%	6,9%
Educação superior completa	1,3%	0,0%	0,1%	4,5%
Educação: Ignorada	14,3%	9,9%	16,1%	20,9%
Educação: Não se aplica	17,3%	33,4%	0,1%	0,1%
Estado Civil				
Solteiro	52,3%	87,9%	57,7%	0,6%
Casado/união consensual	9,2%	1,3%	4,7%	25,8%
Viúvo	0,9%	0,0%	0,0%	2,8%
Separado	2,4%	0,1%	0,1%	8,0%
Estado Civil: Não se aplica	31,8%	60,5%	4,0%	0,7%
Ignorado	3,4%	2,6%	3,4%	5,0%
Presença de transtorno físico ou mental				
Sim	7,9%	4,7%	9,3%	12,2%
Não	83,1%	85,8%	82,3%	79,0%
Não se Aplica	0,2%	0,4%	0,0%	0,0%
Relações sexuais				
Só com pessoas do sexo oposto	36,30%	15,20%	45,60%	67,10%
Só com pessoas do mesmo sexo ou com homens e mulheres	1,80%	0,80%	2,10%	3,50%
Não se Aplica	41,90%	70,40%	20,80%	5,90%
Ignorado	20,00%	13,60%	31,50%	23,50%

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

Fonte: IPEA, 2014. Org. Lyra (2015).

O quadro demostra algumas peculiaridades da violência sexual no ano de 2011, o maior gênero violado é o feminino, a idade predominante abaixo de 13 anos, a cor parda e a escolaridade de 5ª a 8ª incompletos. Podemos considerar que violência sexual tem perpetuado em meninas (crianças e pré-adolescentes) pardas, ainda em processo de formação escolar no Brasil.

No campo da responsabilização do crime vemos que até recentemente os crimes de violência sexual eram classificados, no campo Jurídico e Penal, como Atentado Violento ao Pudor (Art.214-C.P) e Estupro (Art.213-C.P). Todavia, com a

reformulação de partes significativas do Código Penal - CP ocorrida em agosto de 2009, inclusive modificando a tipificação de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a dignidade sexual da pessoa”, procedeu-se a revogação do crime de Atentado Violento ao Pudor cuja redação, com algumas modificações, foi incluída no crime de Estupro. Nesse mesmo movimento foi acrescentado ao Código Penal o crime de Estupro de Vulnerável, que diz respeito ao agravamento de tal violência quando praticada com crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos.

Notamos que a principal mudança foi à junção do crime de estupro com atentado violento ao pudor, com isso, todo e qualquer ato libidinoso se transforma em estupro. O artigo 213, traz o nome “estupro” para qualquer ato libidinoso que seja praticado através de violência ou grave ameaça, por isso, qualquer pessoa pode ser sujeito passivo ou ativo de um crime de estupro. O referido artigo foi acrescido de dois parágrafos que somaram ao crime duas qualificadoras; se o crime for cometido contra maior de 14 anos e menor de 18 anos e/ou resulta lesão grave, e se resulta em morte.

Foram feitas também, modificações consideráveis nos artigos 215 e 261-A, o artigo 216 foi revogado, tendo sua redação agregada ao artigo 215. No artigo 216-A trata de assedio sexual, outras importantes mudanças, foram os artigos 217-A, 218, 218-A e 218-B, que se referem, respectivamente, aos crimes de estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante a presença de criança ou adolescente e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, já visando o aumento dos crimes sexuais contra crianças.

> “Estupro - Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos”.
>
> “Violação sexual mediante fraude - Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos”.
>
> “Estupro de vulnerável - Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos”.
>
> “Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente - Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos”.

Para adolescentes de 15 a 18 há vários embates na interpretação da lei, notamos que na primeira leitura, temos a sensação de que é mais amenizada/branda na responsabilização dos agressores. Abaixo de 14 anos são tidos como mais vulneráveis. E ainda infelizmente muitos interpretam, erroneamente, a vítima como conivente. Quanto à caracterização do crime sexual, veemente, afirmamos que a prática sexual com crianças e adolescentes de 0 até 18 anos incompletos, praticado por um (a) agressor (a) com maturidade sexual, ou se adolescente com cinco anos de diferença é crime contra a dignidade sexual do indivíduo. Quanto ao julgamento para aplicação das penalidades cabíveis, isto cabe ao Juizado da Infância e Juventude de cada cidade, onde acontecerá a violação.

Quanto a Pedofilia, faremos alguns esclarecimentos sobre o uso muitas vezes equivocado. O termo pedofilia etimologicamente origina-se do grego *pados* (criança) e *filia* (atração, amizade, afeição, preferência), significando, assim, atração por criança(s).

A pedofilia, hoje é categorizada como uma parafilia, ou seja, um distúrbio de preferência sexual, relacionado à escolha do objeto sexual. Sendo caracterizada por anseios, fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns e causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Nem todos os agressores são pedófilos, pois este é atraído pelo infante, seja um adolescente com essas características ou ainda não desenvolvido sexualmente.

Outro tipo de agressor, e é o mais comum no Brasil são os ditos agressores sexuais. Estes, não se sentem atraídos e/ou despertados sexualmente por crianças, eles aproveitam oportunidades, mas em sua maioria são despertados pelos corpos juvenis em formação e/ou já formados (feminino x masculino).

O Centro de Combate à Violência Infantil - CECOVI tipifica a violência sexual contra a criança em duas formas distintas, o abuso com contato físico e sem contato físico, veja a seguir as definições:

- Abuso Sexual sem Contato Físico

✓ Assédio sexual caracteriza por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agressor sobre a vítima, que é ameaçada ou chantageada pelo agressor.

✓ Abuso sexual verbal pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou chocá-la. Telefonemas obscenos a maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino.

✓ Apresentação forçada de imagens pornográficas, a vítima é exposta às imagens de cunho pornográfico. A tentativa do abusador é tentar obter alguma vantagem sexual.

✓ Exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar em frente a crianças ou dentro do campo de visão deles. A intenção, neste caso, é chocar a vítima. A experiência é assustadora e traumática para as crianças.

✓ Voyeurismo é a excitação sexual conseguida mediante a visualização dos órgãos genitais da criança. A experiência pode perturbar e assustar a criança.

- Abuso Sexual com Contato Físico

✓ Estrupo de Vulnerável é um atentado violento, que consiste em constranger alguém, utilizando violência ou ameaça, podendo ser masturbações e/ou toque em partes íntimas, sexo anal, oral e vaginal. Dessa categoria devem fazer parte todos os tipos e formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes em que há o toque com fins sexuais. Do ponto de vista legal, é considerado crime hediondo, inafiançável, devendo a pena ser cumprida em regime fechado.

Ainda em conformidade como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) tal fenômeno assume uma dimensão preocupante no Brasil, tendo em vista não apenas as suas consequências, de curto e longo prazo, sobre as vítimas, mas sobre a sociedade em geral. Além das perdas de produtividade, a violência que nasce, sobretudo, dentro dos lares, reforça um padrão de aprendizado, que é compartilhado nas ruas.

Balizados no IPEA, estimamos que, a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Na falta de uma base de dados que nos permitisse aprofundar a análise sobre esse fenômeno no país e que fosse representativa de toda a população.

Nos registros do SINAN, verificamos que 89% das vítimas são do sexo feminino, possuem em geral baixa escolaridade, sendo que as crianças e adolescentes representam mais de 70% das vítimas. Em 50% dos incidentes totais envolvendo menores, há um histórico de estupros anteriores. Trata-se de dados alarmantes, pois se sabe que o estupro, além das mazelas de curto prazo, gera

consequências de longo prazo, como diversos transtornos, incluindo depressão, fobias, ansiedade, uso de drogas ilícitas, tentativas de suicídio e síndrome de estresse pós-traumático. Tal fato, ocorrendo exatamente na fase da formação individual e da autoestima, pode ter efeitos devastadores sobre a sociabilidade e sobre a vida dessas pessoas.

Este capítulo desenvolveu as teorias referentes ao gênero, sexualidade e o conhecimento geográfico, para a compreensão do fenômeno da violência sexual incestogênica sofrida por crianças e adolescentes em seus lares. Os conceitos de gênero foram trazidos para a compreensão que a violação sexual infanto-juvenil predomina no sexo feminino, sendo este estereotipado e menosprezado em uma relação assimétrica de poder. Esta relação está pautada nas disputas e desigualdades em que homens se acham superiores às mulheres, gerando grandes conflitos de gênero que perduram gerações. Por pensamentos assim, de que a mulher é meramente um objeto de prazer e posse, acontecem às violações dos corpos e pela falta de respeito aos direitos sexuais. Destacamos também como a violência sexual esta intimamente ligada a outros tipos de violações como a negligência, a tortura psicológica e as agressões físicas.

CAPÍTULO II

CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA

2 TECENDO CONCEITOS FENOMENOLÓGICOS

Neste capítulo veremos a construção metodológica da pesquisa através dos métodos fenomenológicos aplicados para análise dos conteúdos observáveis. Apresentaremos a localização geográfica da pesquisa onde as famílias incestogênicas foram acompanhadas através da observação participante transcritas em diário de campo. Através da abordagem metodológica do fenômeno podemos descrevê-los de forma sistemática e pormenorizada.

A produção do conhecimento científico perpassa pela crítica da razão, nos faz refletir sobre o empírico, o não mensurável, nos conduz a lugares distintos habitados por mulheres e homens, conhecer suas espacialidades, seus sentimentos e experiências.

Por ser dinâmica e mutável, a humanidade nos traz indagações imensuráveis, mas que podem ser exploradas através de métodos científicos que nos possibilitam organizar e sistematizar mecanismos para conhecer os fenômenos apresentados pelos indivíduos.

> "A crítica da razão leva necessariamente à ciência, o uso dogmático da razão sem critica leva a afirmações sem fundamentos, a que podem ser contra postas outras afirmações aparentes, o que conduz ao ceticismo". (KANT, 2009, p.11).

Esta ciência também não pode ter uma distância excessiva, porque não se ocupa dos objetos da razão, cuja diversidade é infinita, mas simplesmente da razão mesma, de enigmas que nascem unicamente do seu seio e que se lhe apresentam, não pela natureza das coisas que diferem dela, senão pela sua própria.

Sobre a crítica da razão pura, não podemos denominar teoria a essa investigação, mas tão somente crítica transcendental, pois sua finalidade é a retificação de nosso conhecimento. A filosofia transcendental é a ideia de uma ciência para a qual a crítica da razão pura fará o plano total. Ela é a filosofia da razão genuinamente especulativa.

Justamente nesses conhecimentos, que transcendem ao mundo sensível, que a experiência não pode servir de guia nem de retificação, incidem as averiguações de nossa razão, e por seu fim muito mais sublime a tudo quanto à experiência pode apreender no mundo dos fenômenos; investigações tão importantes que, abandoná-

las por insuficiência, revela pouco apreço ou indiferença, razão pela qual tudo intentamos para fazê-las, ainda que as incidissem ao erro.

> Se buscarmos ainda compreender os fenômenos humanos, principalmente aqueles relacionados com as sensações individuais, muitas vezes ficamos órfãos das ciências e suas explicações quantitativas e teoréticas. Assim, logo de início percebe-se a complexidade envolvida nesse entendimento, mesmo porque, não é possível extrair uma realidade universal dos fatos, devido à subjetividade da vida humana e as diferentes formas de sensações envolvidas nos experimentos. De tal maneira que é impossível obter, através de experimentos cartesianos clássicos, explicações das relações humanas. Dessa forma, entendemos que a ciência tradicional dificilmente nos traz respostas satisfatórias aos comportamentos e sentimentos do homem [mulher] com seu espaço. (ALMEIDA, 2011,p. 44) [grifo nosso].

O geógrafo Almeida, supracitado, nos traz à reflexão de como a ciência meramente fria não nos dá respostas aos fenômenos vivenciados por mulheres e homens em seu habitat. As espacialidades experenciadas pelo indivíduo não podem ser medidas, apenas explicadas e descritas por métodos que nos permitem dialogar.

O método fenomenológico desvenda mundos distintos e permite-nos mergulhar em oceanos insondáveis, jamais navegáveis. Ele apresenta-se como fértil contribuição às pesquisas sobre a mulher e o homem, sua consciência, e suas relações com o espaço e o lugar.

A palavra Fenomenologia vem do grego *phainesthai*, significa aquilo que se apresenta ou que se mostra e *logos* - explicação, estudo, portanto, etimologicamente o termo Fenomenologia quer dizer “discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo”. Também podemos dizer que significa o estudo dos fenômenos, mais precisamente, dos fenômenos que surgem à consciência de quem os percebem, pois, o fenômeno não é o objeto em si, independente, fora do sujeito, mas sim o objeto tal qual se apresenta e é percebido na nossa consciência.

A fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, é transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre ali, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo para dar-lhe enfim, um estatuto filosófico.

Conforme o Dicionário de Filosofia, quanto a Fenomenologia aprimorada no século XX, filosofia desenvolvida por Husserl e alguns de seus seguidores. O termo

já vinha sendo usado desde a metade do século XVIII, tendo recebido um sentido técnico definido nas obras tanto de Kant como Hegel, mas não é hoje em dia usado para referir-se a uma posição filosófica homogênica.

> A fenomenologia é de fato o estudo das essências, mas ela tenta também trazer de volta as essências para dentro da existência. É uma filosofia transcendental, interessada somente naquilo que está "deixado para trás" depois de realizada a redução fenomenológica, mas ela leva em conta também que o mundo já está lá antes que a reflexão tenha início. Para alguns filósofos a fenomenologia é uma especulação a respeito da subjetividade transcendental, ao passo que para outros ela é um método para abordar a existência concreta. (AUDI, 2011,p.330)

Este método e metodologia buscam compreender a essência das coisas, dos sujeitos e as experiências vividas, é um método passível à interpretação de fatos não mensuráveis, nem quantificáveis, buscando a singularidade de cada indivíduo.

O mundo para o fenomenologista é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Este se encontra amarrado num passado e direcionado para um futuro, é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente individual. Os sujeitos, uma vez conscientes do mundo vivido na experiência particular, devem apreender os horizontes partilhados do mundo de outras pessoas e sociedade como um todo.

O termo 'fenomenologia' significa em primeiro lugar e principalmente uma concepção metódica, Thevenaz sustenta, a respeito deste método, que, uma vez que, tendo sido originariamente desenvolvido para uma finalidade muito particular e limitada, acabou se tornando capaz de expandir-se em formas tão diversas e variadas, ele manifesta uma verdade e um poder de renovação que encerram fecundidade excepcional. (AUDI, 2011, p.330).

Notamos que a fenomenologia enquanto método vem se renovando com o passar dos anos buscando a contemporaneidade dos sujeitos e suas novas experiências. Expande-se e reconstruindo para compreender a singularidade e pluralidade de cada fenômeno de forma coletiva e totalitária.

Para Spósito (2004) o método fenomenológico-hermenêutico, constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral. Nas pesquisas fenomenológico-hermenêuticas são usadas técnicas qualitativas, a pesquisa é participante, há entrevistas, relatos de vivência,

observação, interesse em desvendar as características do objeto, preocupação com a interpretação da realidade pela óptica teórica do pesquisador, que analisa a individualidade do fenômeno e o interpreta.

> Os fenômenos que encontramos em nossa experiência individual são tão variados, tão complexos e contraditórios, que mal conseguimos desemaranhá-los. O homem [a mulher] não deve ser estudado em sua vida individual, mas em sua vida política e social. (CASSIRER, 2005, p.107) [grifo nosso].

Cassirer descreve inspirado em Platão, sobre os fenômenos da vida cotidiana e suas interpretações isoladas e infrutíferas. O ser humano dever ser analisado em sua totalidade respeitando a singularidade de cada sujeito pesquisado.

> A ciência significa abstração, e a abstração é sempre um empobrecimento da realidade. As formas das coisas, tais como descritas pelos conceitos científicos, tentem cada vez mais a tornar-se meras formulas, e estas são de uma simplicidade surpreendente. (CASSIRER, 2005, p.108).

O autor pontua que a humanidade não poderia começar com o pensamento abstrato ou com uma linguagem racional. Tinha de passar pela era da linguagem simbólica do mito e poesia. As primeiras nações não pensavam por conceitos, mas por imagens poéticas, falavam por fábulas e escreviam em hieróglifos.

Nas décadas de 80 e 90, cresce uma nova tendência nos estudos da geografia em todo mundo (estudos culturais e fenomenológicos). Balizadas na fenomenologia, na experiência pessoal vivida pelas noções de espaço e lugar, esta corrente também pode ser definida como filosofia das essências", e sua origem moderna surge com Edmund Husserl. Encontramos esse debate na obra Topofilia de Yi-Fu Tuan, que discute o conceito sobre a ótica da percepção. O termo título da obra é definido como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, considerando a percepção, as atitudes e valores envolvidos na relação entre mulheres e homens e o meio ambiente.

No campo da geografia humanística temos como pioneiro o geógrafo canadense Edward Relph (1970), que aborda o método fenomenológico, firmados nas teorias de Eric Dardel (1990), e também alguns filósofos como Edmund Husserl (1990), isto na década de 70, que enfatizava a importância da utilização deste método para renovar a disciplina, rejeitado por muitos geógrafos exceto por Sauer.

Posteriormente, Yi-Fu Tuan (1971) começa a utilizar conceitos fenomenológicos em seus escritos geográficos.

As bases fenomenológicas da Geografia também surgem como forma de reação à ciência racionalista. Propõe uma interdisciplinaridade nas áreas do conhecimento, especialmente entre Geografia, Filosofia e Sociologia. A Geografia Fenomenológica está pautada na percepção, considerando o mundo vivido e a subjetividade, que é de suma importância para a compreensão do espaço.

A ideia central da fenomenologia está pautada no conceito de "intencionalidade" em que a psique sempre está conduzida para algo. A "intenção" significa a tendência para algo, ela orienta o objeto, dessa forma o conhecimento só é possível se tiver atraído por um objeto. As ideias fenomenológicas tiveram seus representantes na França, Inglaterra e na Alemanha, de acordo com Eliseu Spósito (2004).

A Fenomenologia parte do estudo do fenômeno tal como este é percebido e vivido pela subjetividade que experenciou o fenômeno em questão, por esta razão, se diz que a pesquisa fenomenológica é a pesquisa do vivido e dos seus significados, Amatuzzi (1996), pois acessa o mundo interno do indivíduo (seu mundo de significados pessoais) e trabalha com o saber da experiência vivida, explorando o significado desta experiência para a pessoa que a vivenciou.

> Na pesquisa fenomenológica, é necessário deixar o fenômeno se manifestar por si através do sujeito que o experenciou, pois "as situações que alguém vivencia não têm, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido, para quem as experiência". (FORGHIERI, 1993, p. 57).

Para Forghieri, o pesquisador deve observar a manifestação dos fenômenos e quem os vivenciou. Tais experiências produzem um significado e relevância científica para ser descrito e estudado, respeitando cada ação e cada percepção do indivíduo dentro de suas espacialidades.

A Fenomenologia apresenta-se como uma escola de pensamento filosófico e também como método de pesquisa nas ciências humanas. O autor Edmund Husserl (1859-1938), filósofo tcheco que se aprofundou na Alemanha, é considerado o pai da Fenomenologia, portanto esta surgiu no campo da Filosofia.

No estudo Fenomenológico, ninguém melhor do que o próprio indivíduo que viveu o fenômeno para nos dizer a respeito dele e da sua experiência com ele, a

partir de um “voltar-se” à sua própria vivência. Neste discurso manifesta a experiência existencial do sujeito, e a pesquisa fenomenológica buscará na sua fala elementos para a apreensão e compreensão da sua experiência vivida.

O método fenomenológico nos proporciona novos caminhos, novos sentidos, novas experiências, procurando descrever os fenômenos assim como eles se inscrevem no espaço e no lugar.

A intenção da fenomenologia não é explicar, mas sim descrever os fenômenos da experiência imediata, sendo que estes fenômenos incluem de forma literal qualquer coisa experimentada, seja a existência, contato interpessoal, o lugar, o ruído, Relph (1979). Para que os fenômenos sejam descritos com veracidade é necessário despir-se de todos os preconceitos, colocando-se desta forma, no lugar daquele que está experienciando determinado fenômeno.

A fenomenologia deixa o fenômeno “falar” sem pressupostos que o antecedem. Parte da compreensão da vivência do sujeito da história, sem definições preestabelecidas, exaltando a compreensão da vida experimentada. Descrevendo a experiência e não analisando e explicando o porquê dos acontecimentos. As ideias básicas colocadas dentro da pesquisa a respeito de um fenômeno são esclarecidas com a busca sobre seus significados de valores, crenças, ações do grupo que pensam e agem diante a sua consciência, intuição e intencionalidade no cotidiano.

A complexa relação entre o Homem, a Mulher e o Meio Ambiente, enquanto espaço de vida e enquanto espaço de compreensão do próprio indivíduo, pode ser estudada com base nas contribuições teórico-metodológicas produzidas contemporaneamente pela Filosofia, a partir da Fenomenologia.

A Fenomenologia, embora possuindo raízes mais antigas nos filósofos alemães Immanuel Kant (1724-1804) e Friedrich Hegel (1770-1831), tem no igualmente filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938) o seu criador. Esse é um movimento filosófico erigido ao final do século XIX, pautado na busca da superação dicotômica existente entre o racionalismo e o empirismo, entre o sujeito e o objeto. Isso ocorre sob a afirmação de que toda consciência é intencional, o que demonstra a inviabilidade da afirmação dos racionalistas positivistas de que “não há pura consciência separada do mundo”. Para a Fenomenologia toda consciência tende para o mundo, toda consciência é consciência de alguma coisa que nos chama a atenção (SILVEIRA; UEDA, 1995).

Em contraponto ao positivismo e sua pretensa objetividade e neutralidade científica, a Fenomenologia de Husserl possibilita a retomada de uma abordagem mais humanizada na ciência, estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto, Homem e Mulher, e o mundo, considerando-os polos inseparáveis, sob dois traços fundamentais: identificar o fenômeno e sua essência.

Segundo Dardel, este método orienta e norteia o conhecimento para a construção de uma ciência das essências.

> "Umas das tarefas a que se propôs com a fenomenologia foi a de definir leis eidéticas que orientassem o conhecimento empírico, oferecendo, como alternativa à ciência positivista, a constituição de ciências eidéticas, ou ciência das essências, definidas por ontologias regionais". (DARDEL, 2011.p.148).

A fenomenologia preocupa-se em analisar os aspectos essenciais dos objetos da consciência, através da supressão de todos os preconceitos que um indivíduo possa ter sobre a natureza dos objetos, como os provenientes da perspectiva científica, naturalista e do senso comum. Preocupando-se em verificar a apreensão das essências, pela percepção e intuição das pessoas, a fenomenologia utiliza como fundamental a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. Desta maneira, contrapõe-se às observações de base empírica, pois não se interessa pelo objeto nem pelo sujeito.

> Na fenomenologia o processo eidético e o processo experimental não estão ligados por relacionamentos de sucessão. As essências só podem ser visadas a partir da experiência do fato, e o fato só pode ser tratado considerando-se a visão das essências. Há um relacionamento dialético entre os processos, ou melhor, holístico. (DARDEL, 2011.p.149).

Posteriormente, Tuan (1971), se dedica a entender as interfaces do indivíduo com o Meio Ambiente, considera percepção como a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como também a atividade proposital na qual, certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados. Conforme o geógrafo, muito do que é percebido tem valor, na definição de significado para as pessoas, de acordo com os seus interesses, necessidades, cosmovisões e experiências vividas.

A mente, de maneira seletiva, destaca um conjunto de estímulos que fornecem a percepção pela qual são formados pensamentos e imagens. Há

consciência somente dos aspectos ou das informações que nos chamam a atenção. Nesse momento, a nossa inteligência/consciência atribui significado ao que está sendo percebido de acordo com as nossas vivências e experiências, como advoga Yi-Fu Tuan, mas também de acordo com as nossas emoções, intuições, sensibilidades, desejos, humor, expectativas presentes e futuras, formação familiar e profissional, contexto sociocultural e paradigmático, dentre outros.

O geógrafo Tuan (1983) também faz uma reflexão sobre as múltiplas maneiras pelas quais as pessoas sentem, pensam e agem nos espaços e nos lugares, tendo a experiência como item proeminente na construção da realidade.

Assim, o espaço é algo aberto, livre, amplo, vulnerável, desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva. Não há no espaço padrões estabelecidos que revelem algo, ou seja, é como se o mesmo fosse uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. Por outro lado, o lugar é algo fechado, íntimo, seguro e humanizado, pois representa um mundo com significado para quem o erige e o vive. O lugar é a dimensão do mundo vivido e das experiências diárias dos sujeitos, como também é um espaço carregado de valores simbólicos que possui importância para indivíduos e coletividades.

Frisa-se que a leitura fenomenológica de Tuan acerca das experiências diante dos espaços e lugares, valoriza o indivíduo enquanto sujeito qualitativo e subjetivo, mas em perene interação com o meio que o cerca, logo, o destaca também como um sujeito cognitivo, afetivo e intersubjetivo.

Os aportes fenomenológicos auxiliam na compreensão deste mundo vivido, na compreensão de que espaço e tempo se vinculam na experiência de vida de agentes sociais em determinado espaço.

Após uma abordagem fenomenológica se torna possível uma melhor forma de observar e analisar o espaço vivido dessas vítimas. Para melhor discernimento, a respeito da utilização deste como aporte metodológico, é necessário o conhecimento a respeito do conceito fenomenológico, para isso nos embasamos em Tuan.

Com a fenomenologia tivemos a possibilidade de observar e compreender os lugares e os espaços construído a partir da visão de mundo e das experiências vividas, neste caso, meninas vítimas de violência sexual, o qual tivemos acesso a suas historias e suas experiências através da observação participativa com relatos em diário de campo.

Como principal instrumento metodológico, para a coleta de informações sobre o histórico das vítimas, utilizamos a Observação Participativa com relatos em Diário de Campo. Estas ferramentas foram essenciais para a abordagem dos sujeitos pesquisados.

O método da observação participante é muito utilizado nos estudos antropológicos e, nos últimos anos, tem ganhado ênfase nos estudos geográficos, com destaque para a Geografia Cultural. Através dele a Geografia tem-se dedicado a numerosos estudos que contemplam sujeitos sociais em seus mais variados aspectos. A observação participante, assim como a História Oral, vem preencher as lacunas existentes no que tange aos recursos metodológicos de coleta de dados na Geografia Humana.

A observação participante não tem normas fixas e espera do pesquisador (a) certo grau de improvisação perante as situações que vão surgindo. Entretanto, ela é um método que exige, de quem a está praticando, a utilização de todos os seus sentidos para identificar e registrar determinados fatos que ocorrem na realidade. Para Winkin (1998), a etnografia[11], que pode ser utilizada como sinônimo de observação participante é, ao mesmo tempo, “uma arte e uma disciplina científica” que consiste em “saber ler”, “saber estar”- consigo e com os outros - e “saber escrever”. Ou seja, a etnografia convida a desenvolver três competências básicas: “arte de ver, arte de ser, arte de escrever” (WINKIN, 1998, p. 132).

Este método vai exigir do pesquisador (a) uma vivência mais efetiva com o grupo estudado. Ele requer uma participação junto ao cotidiano desses sujeitos, por um determinado período. Conforme Winkin (1998), para que se pratique e se utilize a Observação Participante é preciso escolher um campo, podendo ser um lugar público, mas que permita ao pesquisador fazer várias “idas e vindas” e, assim, coletar informações e dados relativos ao trabalho.

Um ponto interessante apontado por Vianna (2007), diz respeito a prática da Observação Participativa, podendo ela ser aberta ou oculta. Na primeira delas, o observador é identificado e os sujeitos sabem que estão sendo observados. Na segunda, existe um sigilo sobre o observador e ele age como os demais sujeitos.

---

[11] A Etnografia é uma técnica consagrada nas pesquisas em ciências sociais, especialmente na antropologia. Implica em tentar entender as pessoas, não suas personalidades, aspectos psicológicos ou movimentos sociais, mas as pessoas como seres embutidos em redes de significados.

Em nossa pesquisa, usamos a primeira delas, pois ponderamos a mais indicada e com uma posição ética mais coerente diante dos sujeitos envolvidos.

Para o registro das informações feitas a campo utilizamos o diário de campo, sendo este um instrumento importante utilizado na trajetória do trabalho. De acordo com Winkin (1998), nele deve ser registrado tudo aquilo que foi vivenciado e observado em campo.

No diário de campo são anotadas todas as emoções vividas durante a observação, à relação com os sujeitos pesquisados, anseios, expectativas, dúvidas. Anotamos tudo o que consideramos importante ou mesmo inútil, pois no desenrolar do trabalho, poderia em algum momento, servir. Nossas reflexões foram descritas graças às anotações feitas no diário de campo.

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA VIOLÊNCIA

A presente pesquisa tem como caminho o método fenomenológico, que permite navegar pelos diversos mundos, conhecendo seus habitantes, vivenciando suas vidas e sentindo suas experiências através da observação participante. Para compreendermos a dinâmica da violência sexual intrafamiliar o método utilizado foi a fenomenologia, que nos fornece mecanismos de análises das manifestações deste fenômeno no espaço vivido e no lugar habitado.

A autora Sandra Lencione (1999), relata sobre a fenomenologia, e descreve que:

> "acima de tudo, é preciso ressaltar que a fenomenologia consiste num método e numa forma de pensar, nos quais a 'intencionalidade da consciência' é considerada chave" porque a "consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental", procurando romper "a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador" e firmando-se "uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo que a Nova Geografia havia feito desaparecer com seus modelos teóricos". Com essa perspectiva, o espaço vivido, como "revelador das práticas sociais" passa a ser a referencia central, colocando-se o lugar no centro da análise. (p.150)

Com a fenomenologia o pesquisador pode dialogar com o sujeito e analisar a intencionalidade através do meio e do espaço vivido. Analisar o espaço vivido pelas vítimas e o lugar da violência nos permite aprofundar nos pactos estabelecidos entre os sujeitos. A dinâmica da família incestogênica pode ser analisada à luz de

mecanismos fenomenológicos, em que a subjetividade é observada e considerada um elemento importante para a discursão cientifica.

Utilizamos a ideia central da fenomenologia, pautada no conceito de “intencionalidade” que a mente sempre está dirigida para algo. A “intenção” significa a tendência para algo, ela orienta o objeto, dessa forma, o conhecimento só é possível se tiver atraído por um objeto.

A proposta de usar esse enfoque está relacionada com valorização do sujeito, não visto mais como objeto. A pesquisa busca o subjetivo e a valorização do mundo vivido, o qual relaciona a experiência de cada menina de forma diferenciada e subjetiva. Desse modo elas dão o significado às coisas e transmitem suas representações de mundo. A fenomenologia sempre irá passar pelas vivências que são únicas e singulares.

As famílias separadas para observação apresentam formas distintas de aceitação ou repulsa da violação sofrida pela vítima. Espaços estes que podem ser observados através da fenomenologia. Neste lar, através das falas, podemos adentrar e entender a dinâmica e as formas de sobrevivência. O lugar da habitação, muitas vezes, representa insegurança, rejeição e hostilidade.

A escolha pela Fenomenologia se deu, pois, seu método permite pôr em evidência esta menina/mulher vitimada; suas relações com o mundo e a correlação entre eles, instaurando o caráter dialogal e de acolhimento do outro, em suas opiniões, conceitos e emoções, procurando colocar-se em sua perspectiva para compreender e ver como ela vê, sente ou pensa. Este método possibilita a descrição do fenômeno vivenciado, da experiência vivida que pode ser desvelada mediante o discurso que surge a partir de uma ou mais questões para estimular o outro a falar, a descrever o fenômeno vivido.

A violência deve ser analisada de forma metodológica e singular, pois apresenta diversas manifestações para investigação. Esta deve ser estudada de forma sistemática. Tal fenômeno perpassa por diversas esferas da sociedade e dever ser desvendado através de pesquisas e denúncias.

O espaço geográfico é resultado de inter-relações, construído por meio de interações. É a esfera que possibilita a existência da multiplicidade. Por ser um produto social múltiplo, ele pode ser analisado a partir de inúmeros recortes grupais e escalas espaço-temporais. (SILVA; ORNAT, 2011).

As interações e interlocuções no universo nos permite a construção do ser

enquanto sujeito, em que este é formatado pelos múltiplos meios de convivência. Nas famílias violentas esta interação com o meio é cerceada pelos agressores e por outros membros da família, como forma de esconder e perpetuar a violência.

A compreensão deste espaço violento habitado, nos permite interagir com as vítimas e entender a singularidade de cada sujeito, como elas manifestam, e se há superações quanto aos danos provocados.

Um dos pontos importantes da observação participante, e que podemos experienciar na prática, é a possibilidade do pesquisador poder testar hipóteses, criando situações que não surgiriam por si só. Por meio dela, além de ser possível observar comportamentos, também conseguimos ver diferentes opiniões, atitudes, sentimentos etc.

A família incestogênica vive em um emaranhado de sentimentos, desejos e comportamentos difíceis de serem compreendidos, mas a fenomenologia nos permitirá adentrar de forma sutil, e compreender a simbologia deste espaço vivido e do lugar em que manifesta esta violência.

2.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PESQUISA

A pesquisa se desenvolveu na conhecida região amazônica do país, com um clima tropical regido apenas pelo Inverso (tempo chuvoso) e pelo Verão (tempo de seca), termos utilizados nesta região. Estamos, precisamente, localizados na parte oeste da Região Norte do Brasil, o Estado de Rondônia encontra-se em área abrangida pela Amazônia Ocidental. A maior parte do território do Estado de Rondônia encontra-se incluída no Planalto Sul-Amazônico, uma das parcelas do Planalto Central Brasileiro.

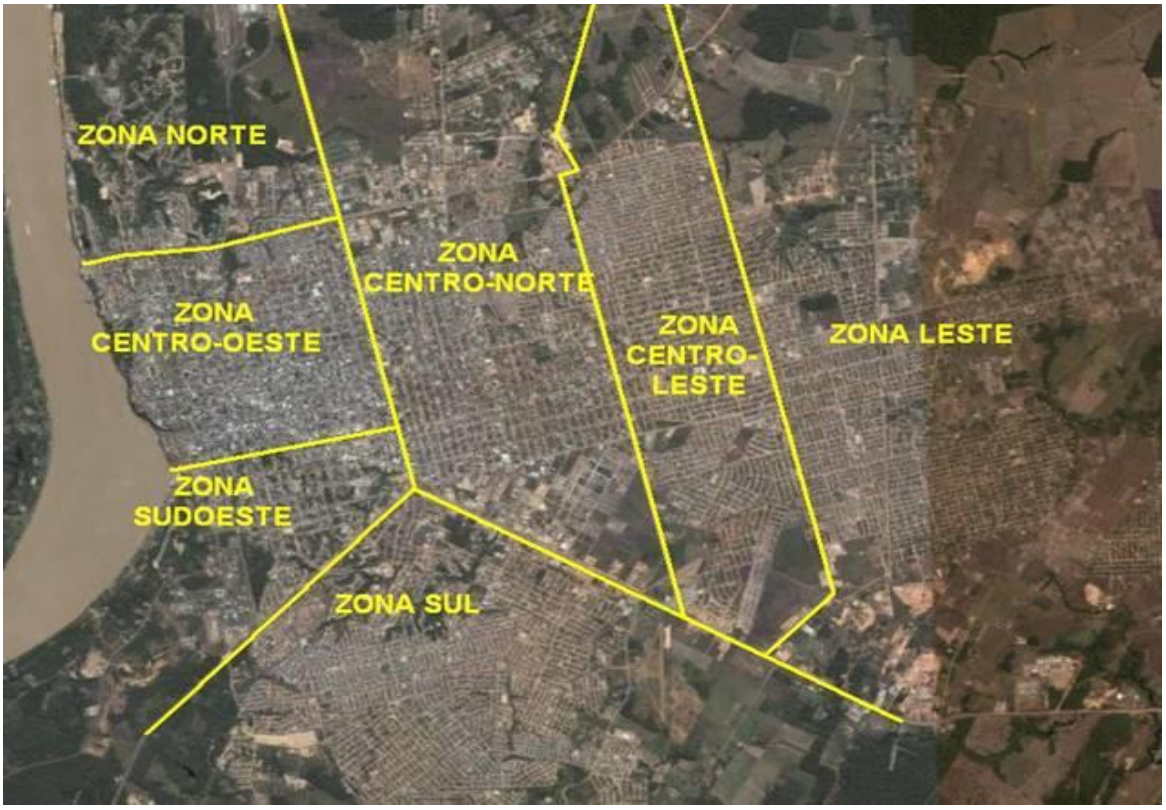
Na figura nº 03, a seguir, temos a localização geográfica de Porto Velho, sendo escolhida a região urbana desta capital para delimitação da pesquisa. A capital é dividida por zonas urbanas, totalizando sete regiões, Norte, Centro-Oeste, Sudoeste, Sul, Centro-Norte, Centro-Leste e Leste.

Em Porto Velho as Zonas mais distinguidas e noticiadas são apenas quatro (Norte, Sul, Leste e Central), a região mais periférica e com grandes porções de “invasões”, áreas insalubres e de difícil acesso é a Zona Leste. Esta infelizmente é responsável, por vários homicídios, latrocínios, disputas por territórios, confronto por drogas, sendo a mais conhecida e ao mesmo tempo esquecida pelo poder público.

Conforme análise da pesquisa, observamos que na Zona Leste desta capital predominam os casos de violência doméstica, em especial destacamos a sexual investida contra mulheres, crianças e adolescentes. Na tabulação dos dados coletados confirmamos que as vítimas de violência sexual estão predominantemente na Zona Leste desta Capital.

A figura abaixo mostra a divisão por zonas e observamos que a Leste é a mais extensa e também populosa foi a ultima a ser habitada e ainda esta em processo de urbanização, o poder público não dá o suporte necessário a esta população. As vítimas elencadas nesta pesquisa em sua maioria são desta região e não são violadas apenas sexualmente, mas são violadas cotidianamente em seus direitos sociais em sua dignidade enquanto sujeitos de direitos.

Figura 03: Mapa de Porto Velho - Divisão por Regiões



Fonte: Google Mapas (2015). Org. Pereira Lyra (2015)

Para compreensão da historicidade de Porto Velho, explicaremos um pouco de sua colonização. Com a chegada dos trabalhadores e o desenvolvimento, a pequena vila de Santo Antônio da Madeira, situada à 7 quilômetros ao sul do Porto Madeira, ao passar dos anos foi gradualmente se transferindo para as proximidades da nova estação central. Nascia, então, a cidade de Porto Velho.

A primeira versão é de que o nome, Porto Velho, se deu em função de um antigo agricultor que morava nas proximidades do local, chamado "Velho Pimentel", o qual tinha um pequeno porto onde as embarcações que se destinavam à Vila de Santo Antônio atracavam. Era o "Porto do Velho", e, portanto, mais tarde "Porto Velho". A segunda hipótese é a de um ponto de apoio e estratégico deixado pelo Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai, quando essa fronteira se encontrava desguarnecida. A guerra acabou e o ponto logístico ficou, restando apenas a denominação "Porto Velho".

Em 2 de outubro de 1914, Porto Velho era conhecida político-administrativamente como Município e em 13 de setembro de 1943 como capital do novo Território Federal do Guaporé, que mais tarde, em 17 de fevereiro de 1956, passava a se chamar de Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido da Silva Rondon.

A cidade de Porto Velho começou seu processo migratório nos anos 50, com a descoberta de cassiterita nos seringais e de ouro no Rio Madeira. Mas, não parou por aí, nos anos 70 o governo federal decidiu abrir nova fronteira agrícola no então Território Federal de Rondônia, fazendo com que a região passasse a se desenvolver e com que sua população de migrantes aumentasse.

A cidade é formada por uma mistura de culturas e sotaques diferentes, oriundos de várias cidades do país, que ao passar dos anos vêm crescendo cada vez mais.

Nas últimas décadas, a região norte vem sofrendo uma ocupação e sendo explorada descontroladamente, que influenciam no intenso processo de migração ocorrido ali, em particular em alguns polos e cidades, como o caso das capitais dos estados, nas regiões chamadas de “províncias minerais” e nas cidades de implantação dos grandes projetos, como Porto Velho, Itaituba, Carajás, Tucuruí, Serra Pelada e outros. Contudo, este fluxo migratório não foi acompanhado pelo desenvolvimento econômico, político, social e administrativo dessas localidades.

> O viver da sociedade capitalista se impõe como verdadeiro e natural diminuindo e massacrando as formas diferentes de viver, corroendo e destruindo a história e a identidade do povo amazônida. Sem uma identidade, um povo perde suas raízes, perde a sua historia, fica a mercê das imposições que o estabelecido hegemonicamente delega para ele. (MACIEL, 2002, p.129).

A Floresta Amazônica é um dos cenários mais famosos do mundo, mas quem olhar de perto vai ver que esse paraíso tropical apresenta uma realidade cruel. Crianças e adolescentes vulneráveis socialmente, diariamente são vítimas da violência sexual. Em Rondônia as informações permanecem obscuras, mas sabemos da existência desse fenômeno. Os crimes de violência sexual contra mulher são mais comuns do que se imagina.

Com a implantação das Usinas Hidrelétricas iniciou um crescimento desordenado, uma migração desenfreada, que trouxe em seu “bojo” várias mazelas sociais, como o aumento de aglomerados de casebres de madeira cobertos de palha, sem organização e infraestrutura, violência interpessoal, acidentes de trânsito, sendo um verdadeiro caos nas políticas públicas.

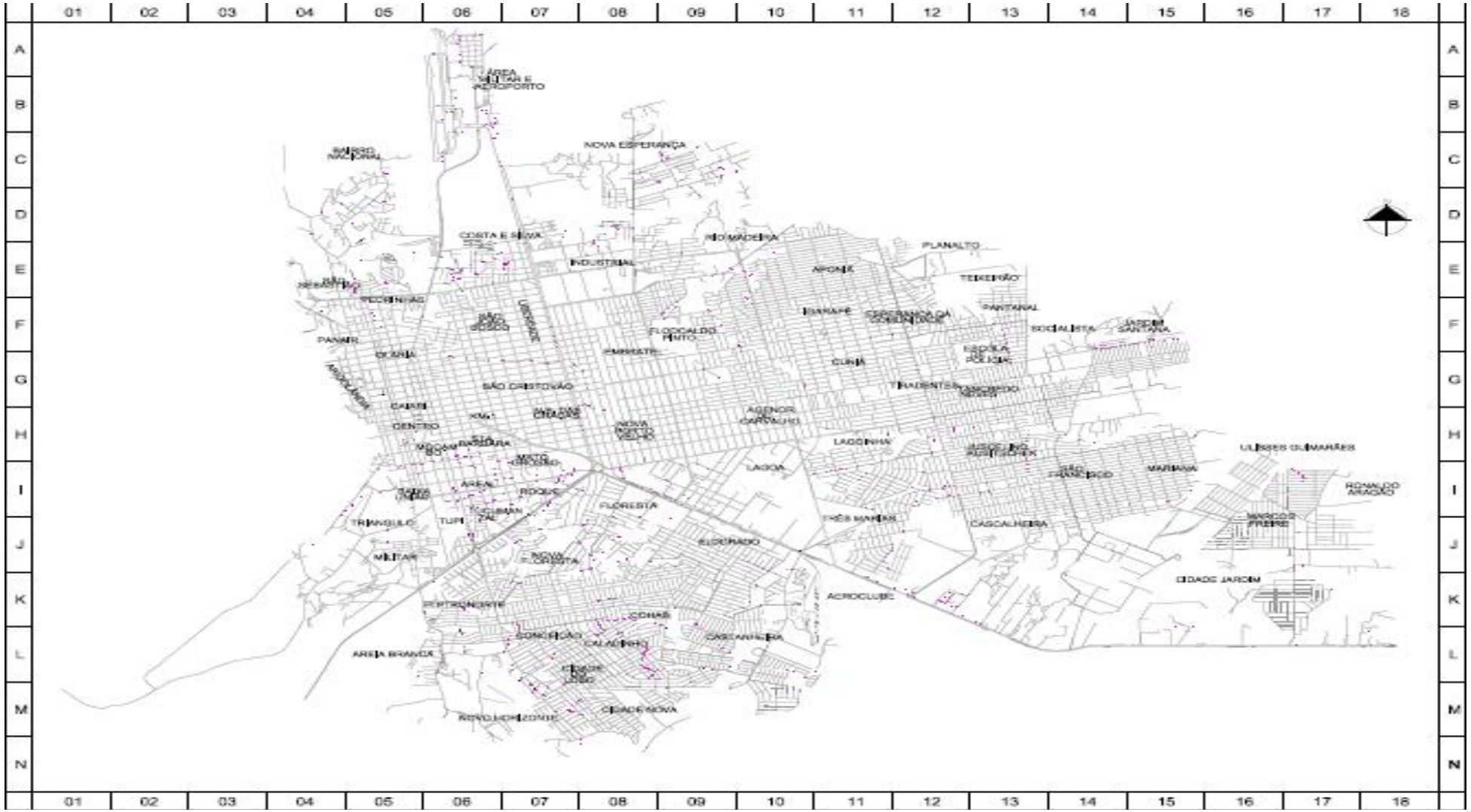
O Município de Porto Velho se limita ao norte, noroeste e nordeste com o Estado do Amazonas; a sudeste com os municípios de Cujubim, Machadinho e Candeias do Jamari; a leste com os municípios de Candeias do Jamari e Alto Paraíso; ao sul com os municípios de Campo Novo e Nova Mamoré; e a oeste com o estado do Acre e com a República da Bolívia. Além do perímetro urbano, o município abrange outros distritos como: Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã, Abunã, Mutum - Paraná, Jaci-Paraná, São Carlos, Nazaré, Calama e Demarcação.

Em consequência desse crescimento populacional, de 2008 a 2011, a população de Porto Velho passou a conviver com sistema de saúde e educação precários, além do crescimento da violência. Houve um aumento significativo de adolescentes vítimas de violência sexual.

A seguir temos a figura 04 com o mapa das divisões de Porto Velho por Bairros, neste não são apresentadas as “invasões”, pois ainda não são regiões legalizadas pela prefeitura. Mensuramos que há quatro invasões nas zonas urbanas, estas já com territórios habitados por um número expressivo de migrantes, sem saneamento adequado, energia elétrica e água potável.

Como podemos observar no mapa, Porto Velho é uma região bem extensa, sendo aqui apresentada apenas a região urbana, mas sabemos que é composta pela zona rural, pelos Distritos e Assentamentos. A região urbana esta dividida em 68 bairros protocolados junto à prefeitura.

Figura 04: Mapa de Porto Velho por Bairros



Fonte: SOUZA; AZEVEDO (2014). Org. Lyra (2015)

Porto Velho apresenta um misto de culturas nortistas, nordestinas e manauara. Tem características de capital, mas traz várias singularidades do interior de Rondônia, neste modo de vida rudimentar esconde algumas violações contra a mulher, dentre elas pontuamos a violência sexual que está baseada no uso de força arbitrária e coerciva ou indução da vontade[12], esta com a finalidade de causar danos e saciar o prazer do agressor através da dor da vítima, em uma relação assimétrica de poder (o macho viril superior à fêmea).

Essa violência de acordo com Azevedo; Guerra (1990), "decorre de uma forma de lidar com a desigualdade nas quais as diferenças são transformadas em relação entre superiores e inferiores ou em que o mais fraco é tratado enquanto coisa". Frutos desta relação assimétrica de poder, temos a violência de gênero.

A coleta de dados se deu no estado de Rondônia, em Porto Velho, no Centro de Referência da Assistência Social que atende Crianças, Adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias.

O quadro nº 6 apresenta a densidade demográfica dos principais municípios de Rondônia através do censo de 2010. Em Porto Velho a população tanto na região urbano como na sede municipal a diferença é pouca, sendo 390.733 e 369.361 consecutivamente. A área total de Porto Velho 34096,4 km², tendo como unidade territorial por km²/Hab 12,57.

Quadro 06: Densidade Demográfica dos Principais Munícipios

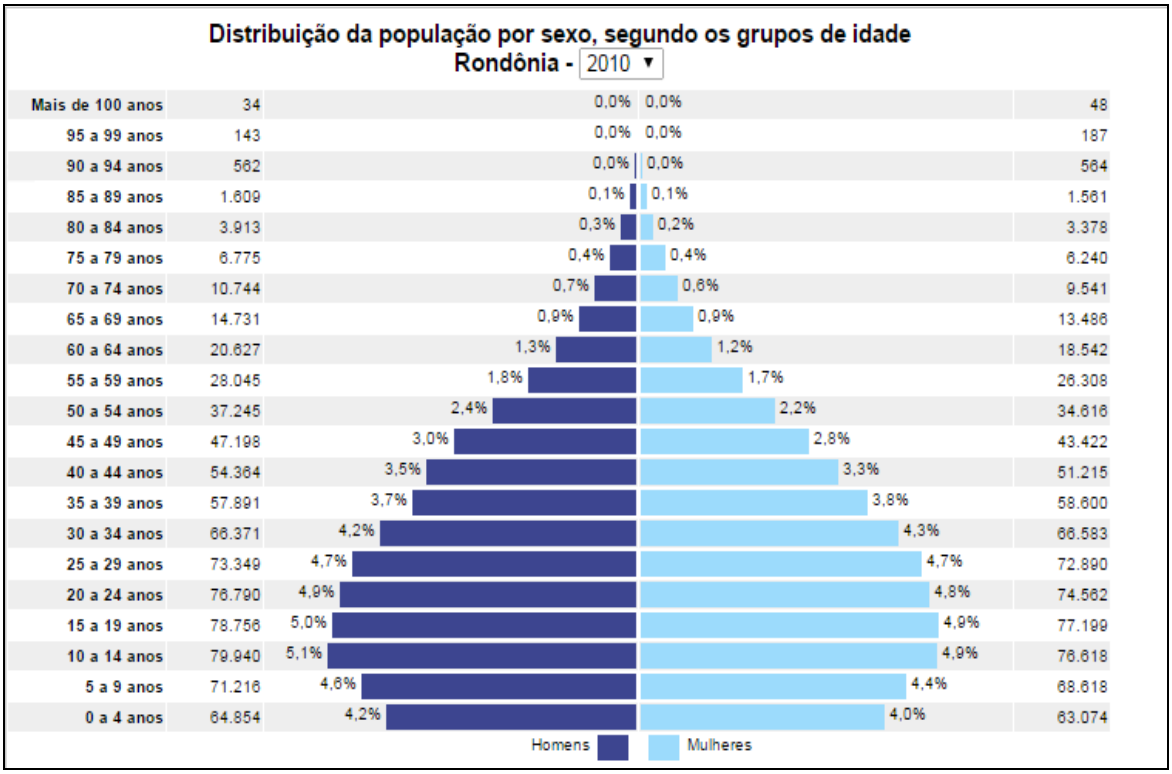
Município	Total	Urbana	Urbana na sede municipal	Total percentual	Urbana percentual	Urbana na sede municipal percentual	Área Total Km2	Densidade demográfica da unidade territorial Hab/Km2
Porto Velho	428.527	390.733	369.361	100,00%	91,00%	86,00%	34096,4	12,57
Ji-Paraná	116.610	104.858	103.470	100,00%	89,00%	88,00%	6896,7	16,91
Ariquemes	90.353	76.525	76.525	100,00%	84,00%	84,00%	4426,6	20,41
Vilhena	76.202	72.218	72.218	100,00%	94,00%	94,00%	11519,0	6,62
Cacoal	78.574	61.921	59.613	100,00%	78,00%	75,00%	3792,8	20,72

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Org. Pereira Lyra. (2015)

[12] A Indução da Vontade, geralmente é feita através de presentes, promessas e concessões de privilégios. É importante ressaltar que mesmo não existindo uma violência real, a violência presumida subsiste. A criança não pode ser considerada culpada em hipótese alguma. A culpabilidade deverá sempre recair sobre a pessoa do adulto que tem o dever e o poder de proteger a criança. (Centro de Combate à Violência Infantil - CECOVI, 2008).

Quanto à distribuição por gênero conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no quadro abaixo, números são similares e/ou equivalentes nos anos de 2010 entre homens e mulheres. Dados mais recentes e confiáveis não foram localizados. Sabemos através de pesquisas empíricas que nos anos posteriores (2011, 2012, 2013) em Rondônia, especificamente, a cidade de Porto Velho, teve um aumento populacional gigantesco, e a disparidade entre os sexos foi notória. Devido à construção das Usinas Hidrelétricas os números de homens amentaram significativamente, estes, trabalhadores na construção civil.

Gráfico 03: Distribuição da População Por Sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Assinalamos que devido à falta de sistematização dos dados não temos números precisos dessa disparidade entre os sexos nos anos de construção das Usinas Nas políticas públicas de atendimentos notamos esse aumento visivelmente.

2.3 CAMPO DA PESQUISA: *O LOCUS*

A pesquisa foi através de Referenciais Teóricos, utilizamos Relatos Anuais e Estatísticos dos Serviços e Observação em campo de forma participativa no Centro

de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, junto a equipe de referencia no atendimento às vítimas de violência sexual infanto-juvenil em Porto Velho.

Tivemos a contribuição de tabelas do Disque 100, Relatórios Estatísticos da DEPCA, Relatório do CDCA/RO e do CREAS/PAEFI, neste tivemos a oportunidade de acompanhar 20 famílias acometidas pela violência sexual intrafamiliar através da observação participação.

Para a compreensão do *Locus* detalharemos o seu funcionamento e alocação. O serviço de atendimento às vítimas de violência sexual está inserido na Política de Assistência Social, dentro da Proteção Especial de Media Complexidade dentro do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, com a metodologia do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI.

A Política Nacional de Assistência Social é uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco e/ou vulnerabilidade social.

Dentro desta Política Pública há o serviço do CREAS, que de acordo a definição expressa na Lei Nº 12.435/2011, o a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em *lócus* de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos - PAEFI é um serviço de apoio dentro do CREAS que faz a orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Cada violação tem sua equipe especifica dentro do PAEFI, tais dados foram coletados com a equipe de referência em violência sexual composta atualmente por dois psicólogos e uma assistente social.

O CREAS realização de atendimentos assistenciais destinadas às famílias e indivíduos que se encontra em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias

psicoativas, cumprimento de medidas sócioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A Proteção Social Especial tem por direção proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingência pessoais e sociais, de modo que ampliem a sua capacidade para enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social; monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais.

Esta deve garantir acolhimento e expandir atenções socioassistênciais à famílias e indivíduos para proporcionar a reconstrução de vínculos sociais e transmitir um maior grau de independência individual e social. Possibilitando a defesa da dignidade e os direitos humanos e monitoramento a ocorrência dos riscos e do seu agravamento (MDS- Guia de Orientação-CREAS).

Os serviços de proteção especializam-se por níveis de complexidade hierarquizados de acordo com especialização exigida na ação e se distinguem, entre serviços de proteção social de média complexidade e de alta complexidade. Tais serviços devem ser oferecidos de forma continuada a cidadãos e famílias em situação de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e infringências aos direitos humanos e sociais.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, integrante do sistema Único de Assistência Social - SUAS, constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e atendimento técnicos especializados para proteção imediata às crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos. As crianças e adolescentes em situação de violência, assim como suas famílias, que se encontram em posição de extrema vulnerabilidade e fragilidade social.

Essas ações devem ser desenvolvidas tendo como referência das garantias constitucionais, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e o

Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, cujos conteúdos preconizam a proteção social e a defesa de diretos, a prevenção de riscos, a mobilização da sociedade e desenvolvimento do protagonismo social.

O CREAS realiza seu trabalho nas situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus-tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidade, prestando atendimento prioritário a crianças, adolescentes e suas famílias.

O Município de Porto Velho deu um passo importante na implantação do Programa Sentinela no ano 2002, atualmente conhecido com SAVS/PAEFI (Serviço de Atendimento à Violência Sexual) garantindo o atendimento psicológico e social às vítimas e à família, fortalecendo a rede municipal de serviços conquistando parcerias importantes, oportunizando informações à comunidade, divulgando os canais receptores de denúncias, garantindo o acesso das vítimas a serviços, configurando assim, a efetividade de ações especializadas de defesa, atendimento e proteção às crianças e adolescentes como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Diante do crescimento desse fenômeno o Programa de Enfrentamento à Violência Sexual foi implantado no CREAS com atuação na proteção especial e promoção de direitos de crianças e adolescentes e, requer uma resposta ampla e articulada para a proteção social especial, em que deve afiançar acolhimento e desenvolver atenções socioassistenciais às famílias e indivíduos para possibilitar a reconstrução de vínculos sociais e conquistar maior grau de independência individual e social (MDS, Guia de orientação nº 1- CREAS).

No CREAS/PAEFI com a equipe de referência no atendimento à violência sexual infanto-juvenil, observamos os atendimentos realizados as vítimas e suas famílias, e acesso ao banco de dados do serviço para a coleta dos dados quantitativos em Porto Velho. Nos anos de 2010 a 2014 foram coletadas junto ao CREAS/PAEFI dados quanto aos números de crianças e adolescente atendidas. No ano de 2013 e 2014 já conseguimos dados mais detalhados quanto ao gênero, localização por bairro e vínculo com o agressor.

Como universo da pesquisa formam os anos de 2010 até 2014, que selecionamos 20 famílias para uma análise mais detalhada e observação

participativa. Destas construímos um quadro (p.135) com as principais semelhanças entre as vítimas, como: cor, idade, vínculo com o agressor, renda, escolaridade e com quem reside. Neste conseguimos analisar que na região urbana de Porto Velho, as vítimas têm uma cor predominante (parda), são de baixa renda e o padrasto é maior agressor sexual.

Nos resultados apresentaremos este quadro com nomes fictícios que elucidam qualidades e características de mulheres visando o sigilo e anonimato das vítimas. Relataremos parte da história de algumas dessas meninas para a compreensão da dinâmica e interação familiar após a revelação do incesto.

As famílias selecionadas foram por serem casos considerados graves e em alguns lares permanece a convivência com o agressor. As faixas etárias foram de 05 a 18 anos, idade quando houve a **revelação** e iniciaram as intervenções profissionais. No quadro há casos em que quando aconteceu já houve a verbalização e cessou a violação sexual, mas estes são raros, a maioria predominante foi na infância ou pré-adolescência e apenas revelaram na adolescência. Destacamos, também, que algumas meninas chegaram ao serviço de atendimento após alguns meses ou anos após a revelação da violência sexual devido à morosidade dos serviços públicos.

A proposta inicial foi analisar e descrever as interações e dinâmica familiar das vítimas nestas 20 famílias, previamente selecionada, porém conseguimos observar de forma participativa apenas uma pequena amostra de 10 casos, sendo descrito os pontos importantes e observáveis em diário de campo, como as questões como o espaço/lugar compõem o fenômeno da violência sexual intrafamiliar em Porto Velho-RO? Quais são os elementos de poder que envolvem a violência sexual intrafamiliar? Como as relações de gênero estabelecem as dinâmicas das famílias incestogênicas? Como se constituem os lugares/espaços das famílias que desenvolvem relações incestuosas?

Este capítulo descreveu os caminhos desta jornada e esboçou o lugar onde a pesquisa foi aplicada. A pesquisa não tem expressão cientifica se não seguir um método para balizar e coordenar suas etapas. Neste demostramos que a fenomenologia, como abordagem metodológica, permitiu descrever e analisar o fenômeno da violência sexual observando de forma qualitativa, respeitando suas subjetividades.

CAPÍTULO III

ERA UMA VEZ... FAMÍLIAS E O INCESTO

"Quando um homem usa sexualmente uma menina está lhe passando uma forte mensagem sobre o mundo: que ela só é importante por causa de sua sexualidade, que os homens querem que as meninas deem sexo e que os relacionamentos são insuficientes sem sexo. Está dizendo que ela pode usar sua sexualidade como forma de chamar a atenção e conseguir o afeto que necessita, que o sexo é um instrumento".

3 FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO PARADOXAL

O presente capítulo apresentará o contexto teórico sobre a violência incestogênica, suas as representações e dinâmica, os elementos de poder entre os gêneros, as fases críticas desta violência e como se constituem no espaço/lugar. Os resultados coletados, nesta pesquisa, serão explanados através de quadros, gráficos, mapas e concluiremos com as vinte famílias selecionadas, dano enfoque no relato das dez famílias vitimadas.

Contar a história da construção social da família não é uma tarefa fácil, sabemos que dela provém quem somos como vivemos e vemos o mundo. Ela já passou por várias estruturações e permanece viva, extremamente necessária para a formação do indivíduo.

Quando analisamos o contexto sócio histórico e espacial da família, pensamos em alguns paradoxos, aquela que protege e empodera seus membros e outra que viola, agride e menospreza. Tratar do lado ruim da história nem sempre é algo prazeroso, mas necessário. É notório que existem famílias que guardam inúmeros segredos, questões proibidas e práticas que perpetuam por gerações. Neste ponto gostaríamos de literalmente invadir esse espaço familiar e expor os “ditos” relacionamentos incestuosos, um fenômeno velado que precisa de nossas intervenções.

O incesto pode ser designado como o mau uso da sexualidade, independentemente de se tratar de um abuso de uma pessoa em relação à outra (adulto x criança/adolescente).

> O julgamento do que é bom ou mau baseia-se em códigos com regras socialmente compartilhadas e sustentadas, que, por sua vez, servem de base para a organização social, mas também para a organização psíquica dos indivíduos. Neste sentido, uma relação incestuosa, por exemplo, adquire uma conotação de algo inadequado, ou seja, abusivo. (FAIMAN, 2004, p.35)

A ocorrência do incesto nas famílias é a manifestação de uma falha quanto a eficácias de nossas normas sociais, e evidencia a ineficácia quanto à proteção de crianças e adolescentes no núcleo familiar.

Falando sobre o contexto histórico temos o autor Philippe Ariès (2006) em sua obra “História Social da Criança e da Família” que retrata a construção social da

família e o seu despertar para os sentimentos fraternos, principalmente pelas crianças que não eram diferenciadas dos adultos. As crianças participavam de toda vida dos adultos, seus jogos, suas bebedices e seus amores. Não eram separadas pela singularidade do ser infantil. Os adolescentes nem eram citados, conceito este criado apenas no século XX.

A percepção da infância foi uma mudança social e histórica, e, segundo Ariès (2006), surgiu apenas por volta do século XIII, em que durante muito tempo o sentimento de amor pelas crianças foram despercebidos e sufocados, até mesmo pelos seus pais em que a família se caracteriza e, pelo modo específico de viver entre as gerações e os parentescos.

Tuan, em conformidade com Ariès, Aurelius e DeMause relata a trajetória da infância e as violações de direitos sofridas nos tempos primórdios:

> A dignidade humana era dada somente quando a criança havia alcançado certa idade. Talvez a alta taxa de mortalidade infantil na Europa até fins do século XVIII, como até agora é no mundo não-ocidental, fizesse com que os pais se protegessem emocionalmente negando a condição humana a um bebe que poderia não sobreviver. [...] Quando eram muitos os filhos e não havia suficiente comida e roupas para criá-los, alguns deviam ser mortos para que os outros pudessem viver. [...] (TUAN, 2005, p.42)

A família então, nesse período, não podia alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos, isso não significa que eles não amavam seus filhos, era uma realidade moral e social, mais do que sentimental.

As crianças e adolescente não eram vistos como sujeitos de direitos, muitos até como se fossem animais. Há relatos na história que quando faleciam eram enterradas como animais no próprio quintal ou eram deixados pelas ruas. "*Na Europa antes do século XIX, o infanticídio era praticado em grande escala. Uma das razões pelas quais diminuiu foi a fundação dos hospitais dos enjeitados, o que permitia às mães abandonar ao invés de matar o filho não desejado".* (TUAN, 2005, p. 43).

Desde a revolução industrial, que separou o mundo do trabalho (público) do mundo familiar e instituiu a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela, relacionam-se ao impacto do desenvolvimento tecnológico.

A família vive hoje constates mudanças, ela tem sofrido significativamente com as pressões do mundo capitalista e com o consumismo moderno. Com a

ausência dos genitores nos lares, muitas crianças e adolescentes estão crescendo desprotegidos e vulneráveis.

A família contemporânea passa por diversas mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizadas pela maior expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, a embasar a construção subjetiva individual.

A partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, houve a diminuição da durabilidade dos casamentos e das famílias numerosas. Com isso, proporcionou o aumento do número de divórcios e de recasamentos, regularização da união estável e a origem de mais composições familiares, como monoparentais, nucleares, unipessoais, homoparentais, recomposta e outros.

A família é, sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da história, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria a função básica de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população (PARSONS apud AZEVEDO p, 61).

A família encontra-se em constante mudança por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. Integrada no processo social, ela passa por transformações significativas. Em meio às turbulências culturais e sociais, a família empenha-se em reorganizar aspectos da sua realidade que o ambiente sociocultural vai alterando.

Atualmente, percebemos mudanças nas diversas formações familiares. A família nuclear pai, mãe e filhos um retrato do núcleo familiar desde os primórdios da sociedade, permanece em todas as gerações. Os novos arranjos das famílias vêm se modificando de acordo com as mudanças do mundo moderno através das conquistas na democracia, a rapidez da tecnologia, a expansão do capitalismo globalizado com suas ideologias que potencializam o consumismo e impulsiona a sociedade a uma alienação do ter. O que nos leva a percepção de um novo contexto de família monoparental chefiada por mulheres que assumem a responsabilidade de criar e educar seus filhos sem a presença paterna.

Conforme a relevância dos arranjos das famílias no contexto das mudanças no plano socioeconômico e cultural da sociedade capitalista e as novas composições familiares, a importância de trazer à luz uma realidade que se torna

comum na sociedade contemporânea, desmistificar os conceitos e pré-conceitos estabelecidos ao longo da história.

Repensar as transformações e o processo de construção da família, pensar na dimensão macro e micro dessa integralidade e igualdade quando nos referimos à políticas públicas no atendimento à família, não podemos vê-la família somente como um sistema homogêneo, mas sim diversificado pelo fato do núcleo familiar ser heterogêneo na atual sociedade.

Embora entender a importância acerca das transformações sob a família mudanças estas proporcionadas principalmente com pós-advento capitalismo na atual construção das famílias de forma heterogêneas, é considerada um dos principais agentes da socialização e da reprodução de valores e padrões culturais dos indivíduos, já que neste espaço se tecem relações e representações sociais que justificam e orientam diversas práticas familiares e sociais.

Com o advento da Revolução Industrial, a família deixa de ser uma unidade fechada sob o comando da figura masculina, conforme, SARTI (2010) *"a revolução industrial trouxe a separação do mundo do trabalho e o espaço familiar, onde institui a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público. Mudança esta significativa para o impacto do desenvolvimento tecnológico através das descobertas científicas que resultam na intervenção sobre a reprodução humana a descoberta da pílula anticoncepcional que interferiu decisivamente na sexualidade feminina, ampliando a possibilidade de atuação da mulher no mundo social".*

Com a industrialização a mulher tem a oportunidade de sair do núcleo doméstico da casa e entrar no mercado de trabalho, busca garantir seu espaço na sociedade capitalista com predominância masculina nos melhores cargos de trabalho e, consequentemente salários maiores quando comparados às remunerações pagas às mulheres tendo de ganhar pouco no que se refere à mesma função exercida pelo homem. No entanto, a mulher passa a ter uma dupla jornada ao participar ativamente no mercado de trabalho a fim de garantir a harmonia, ou seja, dona de casa, mãe e operária. A mulher começa a ter a participação ativa na sociedade capitalista que reconhece a competência de sua mão de obra.

> Uma transformação mais significativa na vida doméstica e que redunda em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias. O fato de as mulheres, em particular as esposas, tornarem-se produtoras de rendimentos e parceiras

> importantes na formação do orçamento familiar, confere-lhes novas posições na estrutura doméstica e tanto altera os vínculos que unem ao marido e aos filhos, quando contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. (ROMANELLI, 1990, pg.77).

A participação feminina no mercado de trabalho vem sendo um elemento importantíssimo de transformações sociais e econômicas na sociedade contemporânea com modificações nas formas de sociabilização entre gêneros que passam a ser mais equilibradas, sem que isso elimine as relações hierarquizadas de poder e disputa entre gêneros.

Tendo em vista, as inúmeras mudanças no sistema familiar quando se trata da evolução do núcleo familiar na sociedade capitalista, esta que a cada dia se preocupa mais em enfatizar o individualismo e o consumismo. A mulher se vê como mãe, esposa e trabalhadora e tentar driblar estas imposições do sistema capitalista conseguindo executar tais funções com maestria. Em outros, como exemplo as mulheres chefes de família (mulher/mãe/trabalhadora) que precisam sustentar sozinhas seus lares e o executam com sutileza, muitas ainda com sofrimento devido à desigualdade no mundo do trabalho.

Essas mudanças familiares têm sentidos diversos para os distintos segmentos sociais, e seu impacto incide de forma distinta sobre cada uma, por falta de acesso a recursos que não chega a todos de forma igualitária, ou seja, o princípio da universalização no direto constitucional a saúde, educação, lazer, esporte e a cultura. Entre o direito e a efetivação há um distanciamento, enorme, na execução. Ao direcionar o olhar para a realidade da sociedade contemporânea pode se vivenciar a real desigualdade no exercício do direito dos cidadãos.

Conforme Book (2002) “as famílias de baixa renda tem grande dificuldades de manter vínculos estáveis, convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”. Têm como objetivo o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontram dialeticamente articuladas com a estrutura social. Em decorrência deste cenário de transformações, hoje é possível observar na realidade brasileira o aumento do número de uniões consensuais, de famílias chefiadas por mulheres (ou monoparentais) e de famílias reconstituídas, ou seja, famílias originadas a partir de novas uniões de um ou dois cônjuges que se separaram formando outros vínculos familiares.

> As estruturas familiares têm sido marcadas pelas mudanças ocorridas nas sociedades humanas, no que diz respeito à tecnologia, divisão sócio do trabalho, reordenamento dos papéis sociais e pela luta das chamadas minorias (etnia/ gênero). Como uma unidade extremamente complexa; enquanto grande mobilidade geográfica, através de imigrações, separações, dissolução de vínculos; contendo relações não necessariamente estáveis; como experiência de recomposição, recasamentos e rearranjos internos formando extensas redes sociais; como grupo de amigos e vizinhos, surgindo outros dispositivos que substituem a ideia tradicional de marido-mulher-filhos. (BOOK, 2002, pg.8)

Em seus estudos, Book (2002) revela que a família é aquela que propicia o suporte para desenvolvimento afetivo e o bem-estar de seus componentes, ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e sociais em que se aprofundam laços de solidariedade, é também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados os valores culturais.

Contudo, os principais impactos da reestruturação do capitalismo no século XX refletem diretamente na massa do proletariado que dependem de sua mão de obra para sobreviver no mercado globalizado e monopolizado. A economia passa por fortes declínios de instabilidade financeira no mercado internacional o que reflete em fortes impactos na geração de empregos para milhares de trabalhadores que dependem de seus empregos para o sustento de sua família.

> As possibilidades e, como consequência, as qualidades do enfrentamento das vulnerabilidades advindas dessas mudanças estão diretamente relacionadas às condições sociais no qual este indivíduo se insere. (SARTI, 2010, pg.68).

As condições sociais que os indivíduos são submetidos como o desemprego, a precarização generalizada dos vínculos empregatícios e perdas de salários, de benefícios e de parte dos direitos conquistados afetam diretamente as famílias em seu cotidiano. Os trabalhadores vitimados por esses processos não vivenciam apenas individualmente, mais atinge os seus vínculos sociais não se restringindo aquelas relações a sua inserção de trabalho, os fatores que emergem desse mercado repercutem em todas as dimensões da sua vida e, principalmente, sobre as famílias brasileiras.

Em Porto Velho essa realidade não é diferente, observamos que a maiorias das casas são sustentadas financeiramente e emocionalmente por mulheres.

Observamos que os genitores na contemporaneidade não exercem mais sua função paternal, transferindo esse papel para a mulher. A pesquisa nos revelou que com a saída dos agressores, seja foragido ou por determinação judicial, o sustento familiar é de responsabilidade apenas das mulheres.

Nas famílias pesquisadas observamos que a maioria dos lares é, sustentado apenas pelas genitoras ou mulheres da família extensiva (tia/avó). Na maioria dos casos analisados os agressores saíram da casa, (devido à determinação judicial até o julgamento), mas frequentam diariamente, muitos "punem" a família não a sustentando financeiramente, por isto o medo da revelação e da "destruição" do lar. Muitas destas mulheres, por não serem empoderadas, e por dependente emocionalmente e financeiramente preferem abrigar estes agressores, e fechar os olhos para a violência sexual.

Notamos que muitas destas mulheres, também vítimas de uma sociedade cruel e machista, não são capazes de buscar autonomia e independência financeira, muitas dependem dos benefícios governamentais e anulam suas potencialidades enquanto mulher, tanto para o mercado de trabalho, como para relacionamentos saudáveis livres de violência.

> A violência se manifesta na sociedade de várias formas, e ela poderia ser considerada a antítese do amor. A falta de condições básicas de sobrevivência é a violência básica: aqui incluímos desde a fome e a miséria, a falta de oportunidades e a coisificação do ser humano, visto como objeto de uso e abuso, desumanizado. O adolescente (assim como a criança) será vítima preferencial dessa violência social, pois ele é mais vulnerável. Essa vulnerabilidade decorre da invasão de seu ser por estímulos internos ligados a sexualidade e a agressividade, de difícil controle, que interagem com um ambiente externo que não lhe permite sua transformação adequada, gratificante, que implique também pensar e agir de formas úteis para si e para os demais. (LEVISKY, 1998, pg. 16).

Conforme, Levisy, isso acarreta ao desencadeamento de uma política de baixos salários o que pressiona o casal passar mais tempo fora de casa estando vinculado ao mercado de trabalho, para cobrir o orçamento familiar, para que possam dar o mínimo de conforto para os filhos deixando-os na responsabilidade de outros membros da família.

O mercado de trabalho requer ao máximo o tempo dessas trabalhadoras que são também pais e mães que precisam reservar momentos para criação e educação dos filhos que estão em fase de desenvolvimento e precisam instruir esses jovens na sociedade que os inclui e, ao mesmo tempo, os exclui, numa sociedade

capitalista que potencializa o consumismo e o individualismo que leva cada vez mais o desenvolver de uma sociedade desigual, “o mais importante é o ter e não o ser”. Isto é o fortalecimento do sistema capitalista, apenas preocupado com a lucratividade do mercado, e em contrapartida, o enfraquecimento dos vínculos familiares, os pais precisam passar mais tempo fora de casa, restando pouco tempo para acompanhar o crescimento das crianças até a fase do adolescer.

3.1 AS INTERAÇÕES DA FAMÍLIA BRASILEIRA

A família brasileira conquistou na sociedade o espaço que conhecemos hoje, o qual desenvolve uma relação de afetividade direta entre pais e filhos de forma a garantir o desenvolvimento dos mais novos, através da educação. Dessa forma, a família passou a ocupar um novo lugar na sociedade, diante de tantas transformações dos setores de produção, diminuindo assim sua convivência com a comunidade (vizinhos e amigos).

No cenário da sociedade brasileira as formações dos arranjos familiares se modificam no decorrer dos anos, pois como já vimos na sociedade tradicional ou moderna a mulher era vista como responsável pelos cuidados domésticos e dos filhos, sempre foi vista dentro da família como a responsável pela harmonia e zelo do lar. O patriarca sendo o único provedor do sustento da família, dessa forma, o principal papel atribuído à mulher na sociedade tradicional era de procriação da espécie humana.

Na modernidade havia mais famílias nucleares (pai, mãe e filhos), que visavam só à construção de bens e a pratica de um ofício de seus filhos, mas com a modernidade a família tornou-se um lugar de afetividade com expressão dos sentimentos entre o casal e os filhos, na tentativa de proteção.

Deste modo, a estrutura familiar compõe-se de um conjunto de indivíduos com condições e em posições, socialmente reconhecidas, e com uma interação regular e recorrente também, ela, socialmente aprovada. A família pode então, assumir uma estrutura estrutural ou conjugal, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. Com as novas formações familiares tornou-se uma igualdade entre os direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal, que tem como objetivo proporcionar aos filhos uma construção de valores para sua vida.

As famílias recompostas são aquelas em que há o segundo casamento entre pessoas que não tiveram filhos no primeiro casamento, ou pode haver a existência de filhos do casamento anterior que passam a morar no novo lar com o novo cônjuge, construindo-se uma nova família.

Temos também a família monoparental que são construídas por apenas um adulto e seus filhos, na maioria é a mulher o adulto da casa e passa a ser o chefe da casa. Os casamentos são menos duradouros e as mulheres assumem o papel de pai e mãe ao mesmo tempo e tem que trabalhar fora de casa para proporcionar aos filhos condições básicas para viver: como alimentação, vestimenta, saúde e o principal que seria a educação que é indispensável para um filho.

Nessa “nova família” há igualdade entre os sexos e maior número de separação entre os casamentos, em que mulheres exercem o papel do “homem da casa” e passam a trabalhar e ser um agente provedor desta família, exercendo o papel de pai e mãe ao mesmo tempo (AZEVEDO,GUERRA, p,76,2009).

Nestas famílias não existem mais os papéis tradicionais do pai e da mãe, legitimados por um pacto público, mas simplesmente uniões estáveis, que podem ser construídas entre pessoas do mesmo sexo ou não. Fazendo pactos de afetos mútuos entre o casal e filhos.

Seja qual for à composição familiar devemos proteger e assegurar os direitos de nossas crianças e adolescentes, pois conforme nossa lei magna é nosso dever colocá-las em condições dignas e prover-lhes uma vida saudável, livres de quaisquer violências.

Conforme a Constituição Federal (2008) em seu Artigo 27:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurarem à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, ao laser, à alimentação, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com a Constituição o dever primário de proteção é da família, e havendo a ausência ou violações a Sociedade e o Estado tem o dever de efetivar os direitos desta criança ou adolescente. E para esta proteção o Estado dever criar e executar políticas públicas que dão suporte as família para a efetivação destes direitos.

Nesse aspecto é importante observar que diante dessas transformações no contexto familiar, a convivência da criança com os pais sempre foi e sempre será um dos fatores mais importante para o crescimento e desenvolvimento, por ser um indivíduo em vulnerabilidade emocional e estrutural durante sua formação social. Assim a família é o agente de formação de valores e educação que configuram numa unidade de composição do indivíduo.

3.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

As modificações sociais construídas durante a segunda metade do último século têm redefinido progressivamente os laços familiares, e esses impactos e mudanças acabam sendo absorvidos pela família.

De acordo com Passetti:

> A família que encontramos hoje nas metrópoles, nada especial entre os novos miseráveis, não pode nem deve corresponder à família burguesa modelo do capitalismo de livre concorrência, nem ser recuperada, como pretende o conservadorismo. Deve ser entendida sob o intervencionismo como forma particular de arranjo das relações amorosas que assume - nos diversos segmentos sociais, sem exclusividade a nenhum grupo ou classe, novos padrões de aceitação e tolerância (PASSETTI, 1999, p. 29).

Para a compreensão destas famílias devemos desvencilhar do conceito de família nuclear, com papeis pré-definidos ou modelos homogêneos da burguesia. Estas famílias vivem e interagem de forma diferente, sejam na comunidade formando redes de familiaridades, no trato com as crianças e adolescente, geralmente são famílias recompostas e com filhos de outras uniões. Na busca de interpretá-las, deve-se deixar todo tipo de conceito prévio e preconceitos. Em sua maioria são cerceadas de vários direitos e as políticas públicas não as alcançam em sua completude. Nestas, as mulheres são figuras principais na família, como mãe, pai, provedora de alimentos e suporte afetivo.

Notamos também que a partir século XX, a mulher ingressou no mercado de trabalho e os casamentos começaram a ser realizados por interesses individuais, passando a educação a fazer parte da vida doméstica das mulheres, fato que se refletiu na educação dos filhos e essas mudanças alteraram profundamente os papéis de gênero e a estrutura familiar. As crianças e adolescentes, geralmente, são

acolhidos pelas redes de familiaridade criadas pelas genitoras, pela necessidade de suprir sozinha a família. Estas redes são compostas por vizinhos, amigos, e pela família extensiva.

Petrini aponta para as famílias monoparentais em que as mulheres assumem o papel de provedora do lar e mãe, enfrentando esta dupla jornada com capacidade e delicadeza feminina.

> O aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres indica uma crescente matrifocalidade, que deixa com a mulher as maiores responsabilidades para sustentar e educar os filhos, devendo administrar a casa e ter, de fato, dupla jornada de trabalho. (PETRINI, 2007, pg. 21).

Conforme aponta Petrini as famílias monoparentais existem e devem ser apoiadas pelo Estado. Os homens em sua maioria se eximem de suas responsabilidades quanto ao cuidar e sustentar as famílias. Nos relacionamentos a união conjugal entre o casal pode acabar, mas os filhos continuam, e necessitam de suporte emocional e financeiro, exceto nos casos onde pais são agressores e devem ser afastados do lar, cabendo ao estado auxiliar esta família.

Nas famílias de baixa renda outro ponto a ser destacado na ausência dos genitores, consequentemente gera alguns conflitos o que deixam crianças e adolescente mais vulneráveis a violência. A implementação e execução de políticas públicas que acolham estas crianças e adolescentes são obrigatoriedade do Estado, promovendo os diretos fundamentais a infância e adolescência.

Conforme apuramos nas coletas de informações sobre a família incestogênica, um dos fatores fomentadores e que criam brechas para os agressores são as famílias vulneráveis socialmente. Estas estão sem amparo das políticas públicas e com seus direitos violados.

As famílias incestogênicas geralmente são esquecidas pelo poder público quanto à efetivação de seus direitos sociais. Cohen nos traz uma definição do incesto, vejamos:

> Podemos definir incesto como um abuso intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido [...]. (COHEN,2009, p. 224).

As características principais do incesto é o abuso sexual ligado ao vínculo familiar ou afetivo. A revelação deste fenômeno é difícil e doloroso para as vítimas que amam e confiam nos agressores, por isto os pactos de silêncio e a revelação apenas quando têm noção da gravidade da violação.

As famílias contemporâneas, em um contexto geral, estão mais vulneráveis socialmente e fragilizadas. A sociedade mudou e os crimes sexuais a cada dia têm sido mais perversos e corriqueiros.

Com todas essas modificações familiares, a família monoparental se destacou e tem sido alvo de grandes debates. Trata-se de uma nova formação familiar em que as mulheres são “chefes” de família, seus laços fraternais se assemelham ás famílias recompostas que são formadas por irmão de pais comuns, meio irmãos e ainda por irmãos que não têm laços de sangue que foram agregados em algum momento no percurso de vida.

> A família, redimensionada pelos casamentos dissolvidos, gerou novos vínculos de afetividade, a sexualidade se tornou cada vez mais precoce e as exigências de escolarização e contribuições para a renda doméstica se tornaram maiores. Embora este quadro tenha encontrado legitimidade entre as camadas médias e superiores da estratificação social, para os pobres o estigma de família desestruturada permaneceu atuante e autorizando as intervenções arbitrárias [...] (PASSETTI, 1999, p. 9).

O autor ressalta o estigma da família desestruturada que infelizmente virou paradigma nas regiões periféricas. Devemos ser cautelosos quando aos nomes atribuídos a estas famílias. Quando olharmos as vulnerabilidades da família monoparental deve-se entendê-las de forma singular, respeitado sua composição, seus limites, e suas singularidades. Muitas famílias não optaram por isto, mas foram conduzidas a esta situação, quando há dois responsáveis às despesas e obrigações podem são partilhadas facilitando assim a condução do lar.

As mulheres são único suporte da família, seja financeiro ou emocional. Não se pode esquecer que estas mulheres são chefes de família e costumam ser também “mães-de- família que acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e filhos juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado com os filhos quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm raízes nas condições

geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encaradas por uma só pessoa.

Verificamos que estas são as famílias reais em nossa sociedade e as mais comuns, ou seja, as negligenciadas/esquecidas pelo poder público. Há omissão do Estado em prover a infraestrutura básica de apoio ás mães, bem como os benefícios econômicos e políticos. Isto demostrado diariamente através da violação de seus direitos sociais.

No Brasil, há um abandono por parte da sociedade e do Estado a essas famílias monoparentais, o Estado não potencializa politicas de prevenção mediante a situação de vulnerabilidade social, pois tais famílias necessitam de aporte para sobrevivência de sua prole. Entretanto “invade”, de forma coercitiva, essas famílias quando acometidas em outras violações (evasão escolar/drogas/crimes/prostituição) e se exime de sua responsabilidade. Em outros países da Europa os governos acolhem estas mulheres sozinhas, efetivando direitos sociais através de auxílio habitação, escola e creche integral para os filhos, estas são politicas preventivas.

As políticas públicas em nosso país se fossem executadas conforme foram descritas e elaboradas visando à prevenção, nossas famílias estariam menos vulneráveis socialmente. As políticas imediatistas (curativas) são necessárias, mas não devem ser à base de uma nação que deseja formar cidadãos empoderados, autônomos e verdadeiramente humanos.

Quanto às famílias pesquisadas no CREAS/PAEFI, conforme análise documental e observação a campo nesta caminhada científica, notamos que as famílias atendidas têm características semelhantes que demarcam os casos de violência sexual intrafamiliar em Porto Velho, que segue:

- Mães jovens - são mães que tiveram filhos durante a adolescência, em geral solteiras, com relacionamentos afetivos temporários e filhos de diferentes pais;
- Relações instáveis - relacionamentos transitórios em que trazem filhos do primeiro relacionamento;
- Indefinição na composição familiar primária - são famílias reconstituídas depois do divórcio, famílias extensas incluindo três ou quatro gerações passando a conviver na mesma casa;
- Mães como figura central - famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

- Falta de comunicação das mães com os filhos - a comunicação é uma dimensão de extrema importância na vida familiar e às vezes por falta dele os membros constroem uma barreira afetiva e de dialogo intransponíveis.
- Mudanças habitacionais - em que famílias migram constantemente para outras localidades, bairros periféricos, distritos e municípios.

Observamos nos pontos elencados que nos casos que a mulher assume a responsabilidade econômica do lar, ocorrem modificações importantes na qual ela passa a ter o papel, de chefe da família como provedora dos filhos, na qual passa ter como identificação de homem com autoridade moral que se confere a respeitabilidade da família.

3.3 ARRANJOS DAS FAMÍLIAS INCESTUOSAS

A família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada.

É complexo fazer uma estimativa real da frequência das violações diante ao tabu do incesto, pois é notório que os “dígitos obscuros” deste tipo de violência são grandes. Acreditamos que este silêncio frente à sociedade ocorra por múltiplos motivos: temor pela reação da própria família; para sustentar a aparência da “sagrada família”; por conivência entre as pessoas que sabem do fato e não o denunciam; por uma ideia de que nada pode ser feito para solucioná-lo; por ser um tema tabu; por não se saber o que fazer.

Incesto deriva da palavra *“incestus”* do latim que significa impuro, manchado, não casto. Também compreendido como uma relação sexual entre parentes consanguíneos ou afins. O incesto geralmente não consiste de um ato isolado, podendo estender-se por meses e até anos, ou jamais ser descoberto. A criança abusada não esquece a experiência. Ela pode até não lembrar do ocorrido, mas traz em seu inconsciente todo o drama vivenciado, afetando, dessa forma, suas emoções e relacionamentos no decorrer de sua vida.

Nas relações incestogênicas a criança e adolescente é usada como objeto de prazer e gratificações sexuais, neste processo a uma coisificação da vítima que destroem sua infância ou adolescência. Ocorre o uso de uma criança/adolescente

como objeto de gratificação de necessidades ou desejos sexuais do adulto. O incesto refere-se ao abuso sexual de uma criança por outro membro da família. A definição de legal de incesto é a coabitação entre pessoas aparentadas em um grau no qual o casamento seria proibido por lei.

A família vive hoje num contexto que pode ser fortalecedor ou esfalecedor de possibilidades e potencialidades da criança e do adolescente. Com as alterações na sociedade brasileira as famílias têm modificado sua identidade a cada ano. Idealizamos uma família que permanece forte em seu vínculo, afetos, proteção, cuidado, promovendo melhor qualidade de vida aos seus membros. Entretanto temos que enxergar a família em um movimento que organiza e reorganiza dentro do universo social.

A psicanalista Carla Faiman, adverte quanto as interações incestogênicas:

> A proibição do incesto tem o aspecto de uma lei que estabelece uma ordem cujas repercussões são muito amplas e podem ser verificada em diferentes níveis, como o do desenvolvimento psicológico individual, familiar, pela definição das gerações e das funções de cada pessoa no núcleo familiar, e no que se refere à interação na comunidade, uma vez que os parceiros para os filhos que crescem devem provir de famílias diferentes. Sobe a mesma questão, a partir de outro ângulo observamos que a experiência da concretização do incesto denuncia uma falha na organização das funções na família e na sua dinâmica psicológica e tem importantes repercussões na constituição do mundo mental das pessoas que, direta ou indiretamente, são envolvidas, caracterizando uma situação de abuso. (FAIMAN, 2004, p. 20)

Esta falha na organização das famílias que expõe crianças e adolescente a violação sexual, estes vulneráveis aos agressores, que estão tão próximos, que nunca serão suspeitos. Nestes casos, a maioria das genitoras só acreditam na violação se de fato forem confirmadas pelo exame de corpo delito e conjunção carnal. E muitas vezes as vítimas ainda são questionadas quanto à veracidade das informações. Como já vimos anteriormente esta violação muitas vezes não deixa provas ou vestígios claros que possam produzir provas crimes.

As crianças hoje são educadas pelos professores, pela mídia e secretárias do lar, por falta de tempo dos pais. No sistema de produção capitalista homens e mulheres precisam trabalhar para prover o sustento do lar, neste sistema somos meramente consumidores e buscamos sempre a acumulação de capital e negligenciamos nossas famílias e filhos.

Nestas transformações do padrão tradicional de autoridade familiar (dos pais sobre os filhos), houve uma confusão entre os excessos da autoridade tipo tradicional e o exercício legítimo e necessário da autoridade, levando a uma permissividade que tem prejudicado particularmente as crianças, que ficam sem limites estabelecidos, este necessário para construção do caráter.

Nas relações familiares a autoridade exercida pelo respeito mútuo constrói uma moral autônoma, enquanto que a autoridade exercida pelo respeito unilateral gera uma moral heterônoma em que o sujeito é incapaz de agir e julgar com seus próprios recursos.

Na contemporaneidade os genitores e demais membros da família são cobrados pelo mercado há permanecerem mais tempo no trabalho, sendo obrigados, muitas vezes, a deixarem as crianças sozinhas. Estando estas vulneráveis aos abusadores, sejam estes familiares, na maioria dos casos, ou apenas conhecidos. Isto pela ineficácia e/ou inexistência de políticas públicas que acolham estas crianças e adolescentes, pensando no seu protagonismo e na utilização do seu tempo livre.

Observamos que pela escassez de recursos e a ausência de políticas públicas nas regiões mais periféricas há uma proliferação da violência nas famílias, que marcam suas vidas. Estas famílias não estão preparadas para mudanças e rupturas em sua estrutura, levando muitas vezes ao caos do lar. Tais famílias são vulneráveis e necessitam de seus direitos sociais efetivados através de políticas públicas.

A violência dos mais fortes contra os mais fracos, o exercício do poder arbitrário sempre estão presentes e não são uma característica especifica destas famílias. Mas aqui, ainda é preciso estar muito atento e não confundir a violência dos conflitos que atingem estas famílias com a desorganização, porque estaríamos formulando juízos de valor que tem a nossa experiência pessoal e de classe como base da representação. É necessário ver as condições em que vivem estas famílias para compreender a inevitabilidade dos conflitos. (CARVALHO. 2003).

Alguns atos violentos e outros conflitos estão presente em muitas famílias de baixa renda, porque não estão preparadas para lidarem com as mudanças familiares. Como exemplo a retirado de um provedor (agressor) de uma família se torna o caos, devido à confiança financeira, muitas mulheres preferem a permanecia deste agressor para evitar o caos e a falta de alimentos para a prole. É neste

momento que o Estado deveria interver provendo estas famílias nos momentos de crise e vulnerabilidade social.

Infelizmente, a sociedade ainda não tem consciência da amplitude da violência contra a criança. Com frequência, essas pequenas vítimas de crimes ultrajantes são incapazes de falar sobre ou contra os autores dos crimes. A raiva e a dor são dirigidas contra elas mesmas ou contra outras pessoas próximas, perpetuando o ciclo da violência familiar.

O comportamento violento demonstra que uma grande e significativa gama de atos desta natureza ocorre dentro do ambiente doméstico. A idéia do lar como local de proteção adquire uma perspectiva ameaçadora e sombria, propiciando e facilitando a ocorrência de condutas violentas.

Nossa cultura ignorou por séculos a existência de fenômenos que ocorrem no âmbito familiar, como a violência sexual contra a criança e adolescente causando danos ao desenvolvimento psicossocial, atingindo cerca de 20% de mulheres com menos de 18 anos. Refere, ainda, que na realidade atual, as dimensões deste fenômeno são desconhecidas da maioria da população. (FLORES,1997 apud BRAUN 2002.p.36).

Para AZEVEDO e GUERRA (1998), a vitimação na família incestogênica constitui como uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, submetendo-a a um poder do adulto, a fim de coagí-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões deste: o poder disciplinador, exigindo que a vítima seja cúmplice, num pacto de silêncio. Para as autoras o incesto é caracterizado como as relações de caráter sexual exercida entre um adulto e uma criança, havendo entre eles laços de consanguinidade, afinidade ou de responsabilidade, que os proíbem, segundo a lei e ou os costumes.

O Brasil, Turquia, Portugal, Luxemburgo, Bélgica, Espanha e França não consideram o incesto como crime autônomo, sendo que o código penal desses países pondera a violação do incesto como um agravante de um crime sexual. Mas a Itália, a Inglaterra, a Suécia, a Suíça, a Alemanha, a Noruega, a Dinamarca e os Estados Unidos classificam o incesto como um crime autônomo[13] (COHEN,2009, p. 233).

---

[13] Crime: transgressão imputável da lei penal por dolo ou culpa, ação ou omissão. Autônomo: direito reconhecido a um país de se dirigir segundo suas próprias leis, soberania. Crime autônomo que se caracteriza ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime antecedente ou pressuposto

A Violência Sexual contra crianças é um problema que ainda precisa ser enfrentado pelo país. Esta agressão invade a vida da criança e do adolescente, interferindo em suas atitudes e comportamentos.

Esse crime deve ser visto não apenas como um agravante, o incesto não fere apenas os costumes, é uma violência contra a vida, portanto deve ser visto como autônomo com características próprias, um crime contra a família.

> (...) desde os anos 70, uma nova conscientização no setor público acerca do abuso e do incesto desenvolveu-se graças ao movimento pelos direitos das mulheres. Como resultado dos esforços deste importante movimento, temos visto o estabelecimento de abrigos, em um nível básico, que oferecem um refúgio para mulheres e crianças abusadas.... a lei exige a denúncia de abuso sexual da criança, não apenas em casos conhecidos (ou substanciados), mas em qualquer caso no qual o abuso sexual da criança é suspeitado.(IMBER-BLACK, 1994, p. 187).

Devido a enorme importância da família na estruturação humana, quando esta por algum motivo não puder reprimir seus impulsos incestuosos, torna-se necessário que o Estado, como se fosse um Pai cumpra esta função e se faça cargo dos indivíduos dessa família.

De acordo KORNFIELD apud CECOVI (2000) há dois tipos de incesto:

- Incesto intrafamiliar - o abusador é pessoa ligada a vítima por laços de consanguinidade ou afinidade, (pai, mãe, avos, tios, irmãos, padrasto, madrasta, cunhados, etc.);
- Incesto polimorfo ou extrafamiliar - em que o abusador pode ser qualquer pessoa que ocupe um papel significativo na vida da criança vindo assim a ganhar a confiança dela e, consequentemente, levar uma vantagem psicoemocional em sua vida, (amigos, vizinhos, religiosos, dentistas, médicos, professores, etc.).

A situação financeira ou cultural da família não é determinante para a ocorrência ou não do abuso. As famílias de classes média ou alta escondem com mais eficácia o fenômeno, pois tem a seu dispor o médico da família, que geralmente aceita atender a criança e guardar sigilo.

> (...) nas classes mais pobres, o pai joga a filha numa cama, põe uma faca, um canivete, um revólver, a arma que tiver, ao lado da cama e estupra a filha e diz: 'Se você abrir a boca, eu mato você, mato a sua mãe, todos os seus irmão'. A menina vive sob ameaça concreta. Agora, é muito

---

do qual proveio a coisa. É desnecessário que exista procedimento policial ou judicial anterior, nem sentença a respeito. Todavia não é necessário que se identifique o delito antecedente.

> pior nas camadas privilegiadas. Não se ameaça com revólver nem com faca. Não há ameaças. O que há é um processo de sedução que, ao meu ver, é muito mais deletério para a saúde emocional da criança que a ameaça grave. Porque o pai vai seduzindo, ele vai avançando nas carícias - eu digo o pai porque é a figura mais frequente, mas isso não impede que seja o avô, o tio, o primo, o irmão, etc. - e é muito difícil para a criança distinguir entre a ternura e o afago com fins genitais. (SAFFIOTI apud CECOVI. 1995).

Saffioti exemplifica dois casos, mais comum de violência sexual intrafamiliar, entretanto sabemos que existe o uso da força também nas classes privilegiadas, que permanecem intocáveis, em suas “famílias perfeitas”. A violência acontece em todas as classes sociais, mas nas classes abastardas ela acaba “terminando” com o sigilo de alguns profissionais solicitados pelas famílias. Nas classes mais pobres, invadimos essas casas e expomos as violações sofridas, estas famílias estão mais vulneráveis socialmente e não tem ninguém para apoia-las. Nos diversos tipos de famílias acontece à violação sexual com violência física ou tortura psicológica, cada caso é único, e deve ser analisado em sua subjetividade.

3.3.1 Faces da Família Incestogênica

A família apresenta características peculiares que apontam à vitimização da criança. É notório o abuso de poder, em que o mais forte subjuga o mais fraco a fim de atender suas vontades e desejos. A ocorrência da violência psicológica pode ou não estar agregada a violência física e sexual. Existe um elo de “confiança e responsabilidade” unido à criança ao abusador, sendo a traição da confiança um dos aspectos mais marcantes desse tipo de violência. O silêncio é imposto à vítima através de chantagens e ameaças.

Quando o abuso sexual acontece na família, a criança pode ter medo da ira do parente abusador, medo das possibilidades de vingança ou vergonha dos outros membros da família ou, pior ainda, temer que a família se desintegre ao desvendar seu segredo.

> Devemos considerar o incesto como um ato egoísta, que atrapalha e desestrutura a família. Devemos também considera-lo não apenas como uma relação sexual entre dias pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse contê-la. (COHEN, p. 232)

O autor acentua que a prática do incesto é egoísta, o autor da violência não pensa na família, nos direitos sexuais infanto-juvenis. Esta ali apenas para saciar seus impulsos sexuais reprovados.

Algumas crianças abusadas sexualmente podem ter dificuldades para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, podem se transformar em adultos que também abusam de outras crianças, podem se inclinar para a prostituição ou podem ter outros problemas sérios quando adultos, em outros casos mais severos, pode levar a psicopatia[14].

No quadro nº 07 são relacionadas às principais características das famílias agressoras, e perpassa os ambientes incestogênicos. Tais famílias não permitem a entradas de outras pessoas, geralmente vivem isoladas. Conforme LANGBERG apud CECOVI (2008), podemos definir cinco características básicas das famílias abusivas, que poderemos acompanhar no quadro abaixo:

Quadro 07: Características das Famílias Abusivas

Pai ou Padrasto dominador, machista, autoritário, geralmente alcoólatra.	⇨	Mãe quieta, passiva, medrosa, também vítima.
Mãe dominadora, cujos filhos são obrigados a satisfazer suas Vontades e caprichos.	⇨	Pai passivo e com baixa autoestima.
Ambos os pais viciados. Família desorganizada.	⇨	Filhos cuidam de si mesmos.
Pai ou Padrasto dominador e machista.	⇨	Mãe egoísta, narcisista e manipuladora. Às vezes, também, abusa dos próprios filhos.
Pai Ausente	⇨	Mãe dominadora que perde o controle e desorganiza a família.

Fonte: CECOVI (2008). Org. Lyra. (2013)

Nas famílias brasileiras, o que observamos frequentemente, quanto aos agressores: geralmente são dominadores, machistas e usam algum tipo de droga. Quando as mulheres/mãe: geralmente são vítimas, medrosas e algumas usam substancias psicoativas.

Nas características elencadas no quadro 07 podemos verificar que nas 20 famílias selecionadas encontramos comportamentos semelhantes, o que mais aparece em nossa pesquisa são as características do primeiro e o quarto ponto. Em sua maioria os agressores são autoritários, dominadores e a única fonte de renda,

[14] Caso apresentado no documentário “A ira de um Anjo”.

as mães são dependentes, passivas e muitas encobrem a violação.

Para GABEL (1997), a família incestogênica deve ser entendida a partir de um referencial teórico explícito. Um dos referenciais para compreender a estrutura e funcionamento da família incestogênica é o da abordagem sistêmica. Conforme a visão sistêmica[15] a família é observada como sistemas, os padrões que organizam a hierarquia de poder que aparecem em todas as famílias definem os caminhos que a família utiliza para tomar decisões e controlar o comportamento de seus membros.

Os padrões de autoridade são aspectos particularmente importantes da organização familiar. Esses padrões carregam o potencial para a harmonia e os conflitos, estão sujeitos a ser desafiados à medida que os membros da família crescem e se modificam.

A sistêmica usa o conceito de fronteiras para compreendermos a dinâmica da família, é importante em relação aos subsistemas, como também em relação à família como um todo. As fronteiras são invisíveis, mas, sabemos que elas existem devido à maneira como as coisas caminham.

A permeabilidade das fronteiras expressa as realidades do acesso e da privacidade. A firmeza das fronteiras do subsistema varia segundo o estilo particular de cada família e pode ser **nítida**, o qual o acesso é aberto, comunicação clara, e regras respeitas; **difusa** que não há regras determinadas com acesso totalmente livre, todos podem invadir o espaço familiar; ou pode ser **rígida** com acesso fechado, regras extremas, famílias isoladas do convívio social (MINUCHIN. 1999).

No estudo da sistêmica podemos ver a família através de suas fronteiras, nas famílias incestogênicas nota-se que o tipo de fronteira mais corriqueiro é o da família rígida que são isoladas do convívio social e poucos casos da difusa.

As famílias incestuosas apresentam características consideráveis de variação na psicopatologia familiar, conforme estudos desenvolvidos pelo CECOVI, estão presentes na estrutura dessas famílias, vejamos:

✓ Padrões de dominação e submissão - existe um desequilíbrio significativo de poder na maioria dos relacionamentos existentes dentro das famílias incestuosas. A estrutura familiar é rígida, o pai mantém o controle arbitrário sobre os membros usando a força e coerção. Lembramos que nem todos os pais usam da

[15] Visão Sistêmica consiste na habilidade em compreender os sistemas de acordo com a abordagem da Teoria Geral dos Sistemas, ou seja, ter o conhecimento do todo, de modo a permitir a análise ou a interferência no mesmo. É a capacidade de identificar as ligações de fatos particulares do sistema como um todo.

violência física, muitos utilizam à indução da vontade da vítima, ou a própria violência psicológica. Quanto maior a maturidade do agressor, menor será a violência física utilizada;

- ✓ Confusões de papéis - nessas famílias geralmente as funções da mãe são assumidas pela filha ou o filho assume as do pai, os pais deixam suas responsabilidades e cuidam de interesses próprios deixando os filhos abandonados. O relacionamento incestuoso pode ser a única forma de contato, intimidade e carinho entre os membros da família. O pai trata a filha como esposa esperando gratificação sexual além dos afazeres domésticos;
- ✓ Problemas sexuais - a parceira geralmente não está sexualmente ativa com seu cônjuge devido a doenças ginecológicas ou físicas, depressão ou ausência em decorrência da profissão. No ponto de vista sexual as famílias incestuosas são problemáticas;
- ✓ Ausência de limites - os limites dessas famílias não são respeitados, os direitos individuais com privacidade ao uso do banheiro, trocam de roupas, correspondências e conversas particulares são ignoradas. A vitima é cercada no que lhe é íntimo e precioso, o próprio corpo, sendo objeto de constantes violações;
- ✓ Isolamento social - as fronteiras são rígidas entre essas famílias o mundo externo contrasta de forma aguda com a inexistência de fronteiras entre os membros da família incestogênica. São extremamente fechados ao convívio social, vendo os estranhos com desconfiança e suspeita, proporcionando o isolamento social. Esses pais quando sofrem alguma frustração sexual com o cônjuge não procuram as relações extraconjugais, estes buscam a satisfação sexual, usando e violando o corpo infanto-juvenil;
- ✓ O uso de drogas e abuso de álcool - o uso dessas substâncias tem sido um fator incentivador da prática incestuosa. Os abusadores incestuosos tendem a estar mais envolvidos com álcool do que os molestadores de crianças não incestuosos;
- ✓ Negação - é uma arma poderosa dos abusadores, um mecanismo de defesa usado pelas famílias incestuosas. O pai considera o incesto como educação sexual para os filhos. A mãe sabe dessa situação, mas é incapaz de reconhecer e processar os sinais apontados pelos filhos, por vergonha, medo, dependência financeira ou receio de perder os filhos. A criança nega e mantém o segredo por temer a destruição da família, caindo sobre ela toda culpa imposta pela família.

Frequentemente as crianças abusadas estão aterrorizadas, confusas e muito temerosas de contar sobre o incidente, permanecem silenciosas por não desejarem prejudicar o abusador ou gerar uma desagregação familiar ou por receio de serem consideradas culpadas ou castigadas.

A relação entre o abuso sexual na infância e adolescência e seus os prejuízos na sexualidade adulta são extensamente debatidos. Uma das questões em pauta é que a menina/mulher aprende que quando é abusada por pai e/ou padrasto.

Para Bass e Thornton (1985), citados por Morgado:

> "Quando um homem usa sexualmente uma menina está lhe passando uma forte mensagem sobre o mundo: que ela só é importante por causa de sua sexualidade, que os homens querem que as meninas deem sexo e que os relacionamentos são insuficientes sem sexo. Está dizendo que ela pode usar sua sexualidade como forma de chamar a atenção e conseguir o afeto que necessita, que o sexo é um instrumento". (MORGADO, 2001, p. 50)

Os autores ressaltam que quando há a violação sexual de uma menina em plena fase de desenvolvimento, elas acabam por banalizar seus corpos juvenis e internalizam que as relações de afetividades são preestabelecidas mediante a sua sexualidade. Com isto anulando a singeleza de seus sentimentos e emoções, suas relações se tornam fundadas nas trocas ou barganhas. Infelizmente, não tiveram a oportunidade de conhecer sentimentos saudáveis e duradouros.

3.3.2 A Dinâmica do Incesto

Por sua complexidade o incesto, tem de superar uma visão maniqueísta[16] de vítima e vitimizador, pois este se inscreve em limites sociais e familiares. Os limites sociais do incesto referem-se, por um lado a questão do tabu, por sua especificidade afetiva, torna os limites no espaço familiar muito subjetivo.

Existe uma previsibilidade na dinâmica do abuso sexual entre o adulto e a criança/adolescente. Isso é particularmente real nos casos intrafamiliar. O abuso se desenvolve através de cinco fases especificas que podem acontecer

[16] Dualismo religioso sincretista que se originou na Pérsia e foi amplamente difundido no Império Romano (séc. III d.C. e IV d.C.), cuja doutrina consistia basicamente em afirmar a existência de um conflito cósmico entre o reino da luz (o Bem) e o das sombras (o Mal). Aquele que só concebe o bem e o mal em termos absolutos.

concomitantemente ou de forma separada, não existe modelo preciso a ser observado.

A Fase do Envolvimento inicia-se com o assédio através de estratégias, em geral, com a apresentação de atividades como se fosse jogos, algo especial e divertido para a criança, criando um relacionamento de intimidade, e recompensas especiais. O envolvimento também pode acontecer em algumas situações pela utilização de força para a criança ceder, embora não seja a forma mais comum. Essa fase pode durar minutos ou prolongar-se por messes ou anos.

A Interação Sexual se caracteriza pela progressão da atividade sexual com ou sem contato físico, muitas vezes com brincadeiras infantis, que incluem desde a exposição do corpo (do adulto, da criança ou de ambos), passando por toques, que vão progredindo gradativamente para outras formas de contato chegando muitas vezes ao sexo anal, oral, ou mesmo à conjunção carnal.

A Fase do Sigilo após a prática do abuso sexual o agressor utiliza toda sua capacidade de persuasão para intimidar a criança e obter o silêncio. A criança é cercada de ameaças, facilitando a continuidade do abuso.

A Fase da Revelação ocorre de forma acidental por flagrante da prática incestuosa, por doenças sexualmente transmissíveis ou danos físicos e mudança no comportamento da criança. A revelação pode ser proposital também que decide contar a alguém como segredo.

A Fase da Supressão acontece após a revelação, ela oculta e suprime o abuso. A criança é muitas vezes obrigada a mentir sobre o ocorrido. O agressor é acobertado pela família. O medo dessa revelação é ao fato do agressor ser preso e mutilado na prisão, esse crime revolta os demais detentos que reagem com violência à presença do agressor. Não há um tratamento terapêutico nas penitenciárias brasileiras para reabilitação dessas pessoas a sociedade.

Observamos em nosso município que quando a vítima é criança ainda há uma comoção na sociedade, mas quando a mesma vítima é adolescente questionam a veracidade dos fatos, muitas vezes até culpando a adolescente.

A seguir, serão relatados alguns mitos sobre a violência sexual e como a sociedade ainda tem alguns preconceitos sobre tal violação.

No quadro nº 8, a seguir será apontado algumas verdades sobre o abuso sexual na família, mitos e realidades analisadas ao longo dos anos por diversos autores comprometidos com a segurança das vítimas.

Quadro 08: Mitos e Realidades do Abuso Sexual Intrafamiliar

Mitos		Realidades
A maioria das pessoas acredita que as crianças possuem imaginação fértil e que quando se queixam de estarem sendo vítimas de abuso sexual estão simplesmente fantasiando uma história	⟺	AZEVEDO e GUERRA (2000), revela que só 8% das crianças costumam faltar com a verdade quando o assunto é vitimização sexual. As histórias inventadas pelas crianças são geralmente induzidas por adultos.
No imaginário popular acredita-se que o abusador sexual é um psicopata, um "tarado" que todos reconhecem na rua. Os pais muitas vezes só se preocupam em alertar os filhos sobre o cuidado com pessoas estranhas.	⟺	AZEVEDO e GUERRA (2000) afirmam que 85 – 90% dos agressores são pessoas conhecidas das crianças. Porém é necessário alertar nossas crianças para a realidade e o perigo pode também vir da parte de quem está perto.
Os pais acreditam que a vitimização sexual de crianças é algo raro e que tal coisa jamais acontecerá com seus próprios filhos.	⟺	De acordo com AZEVEDO e GUERRA (2000) pesquisas recentes revelam que 1 em 3 a 4 meninas e 1 em 6 a 10 meninos serão vítimas de abuso sexual até a idade de 18 anos.
O tempo cura todos os males e a criança vitimada sexualmente esquecerá a experiência se ninguém ficar relembrando o assunto.	⟺	A criança nunca esquecerá um abuso sexual do qual foi vítima. Consoante KORNFIELD (2000): "Quando uma criança sofre um choque emocional doloroso, ao qual não tem condições de aguentar, ela pode reagir reprimindo em nível psíquico, jogando para o porão de sua memória, "escondendo" a dor.
Quando a criança permite os avanços sexuais do agressor sem esboçar uma resistência, na realidade não existe abuso sexual.	⟺	Na realidade a criança nunca deve ser vista como culpada. O agressor para executar o abuso sexual pode recorrer a diferentes métodos. Entretanto, quer seja usada a força, ameaça ou indução da vontade, sempre existirá nessa relação uma desigualdade de poder.

Fonte: CECOVI. (2008). Org. Lyra (2015)

Quando o abuso sexual se inicia na primeira infância, a criança pode pensar que aquilo que está acontecendo é uma forma de carinho, entretanto, mesmo assim, trará sequelas dentro de si, ao perceber que foi usada e traída em sua confiança.

3.4 AMARRAS DO PACTO DO SILÊNCIO

A família é um lugar privilegiado de convivência, mas não significa que não ocorram conflitos. Notamos que cada ciclo da vida familiar exige ajustamento das gerações, envolvendo, portanto, o grupo como um todo. Esses conflitos podem ser manifestos ou latentes, o modo de resolvê-los é que faz a diferença, ou seja, a construção coletiva ou a destruição da estrutura familiar.

As crianças e os adolescentes confiam nos adultos e precisam deles para seu desenvolvimento físico e psicológico. Quando ocorre o abuso sexual, elas se sentem traídas, não só pelo abusador, mas também pelas pessoas em quem ela confia (mãe, professores, médicos e outros) ou até mesmo pelos órgãos judiciais, que muitas vezes não acreditam em sua história e exigem provas que, na maioria dos casos, não existem. Para suportar esta situação, a criança abusada desenvolve como mecanismo de defesa, a Síndrome do Segredo através da negação e da dissociação do ocorrido.

A menina que é vitimada sexualmente por um período longo desenvolve danos violentos em sua autoestima, tem a sensação de que não vale nada e adquire uma representação anormal da sexualidade. Pode tornar-se retraída, perde a confiança em todos adultos e pode até chegar a considerar o suicídio como única saída, principalmente quando existe a possibilidade da pessoa que abusa ameaçar de violência se a criança negar responder aos seus desejos.

O silêncio na família nem sempre é um sinal de paz ou de liberdade. Quando a resolução de conflitos se dá pelo silenciamento do mais fraco remete os ressentimentos à esfera latente, carregada de energia pronta para emergir, muitas vezes utilizando-se de um modo de expressão que acentua a barreira para o diálogo. (KALOUSTIAN. 2004).

Neste pacto de silêncio estão envolvidos Vítima e Agressor. O pacto estabelecido ou Síndrome do Segredo e da Adição[17] dificulta o esclarecimento do abuso para a intervenção. Esta síndrome é um "acordo" entre o abusador e o abusado de que aquilo que aconteceu entre eles deve permanecer oculto. Este acordo é mantido através de benefícios para a criança ou por ameaças físicas ou psicológicas, inclusive de sua família. Neste pacto também ocorre a Síndrome de Adição, o abusador usa a criança como uma “droga”, da qual é dependente e viciado. Outras definições do abuso sexual como uma síndrome de segredo e adição segundo Tilman Furniss[18].

- Segredo: o abuso não é nomeado como tal e ocorre como se não tivesse acontecido. A criança não é autorizada a nomear a experiência e, comumente, mediante ameaças, é impedida de falar sobre ela.

---

[17] Para aprofundamento nesse tema, consultar as obras de FURNISS.

[18] É Professor e Doutor, psiquiatra da criança e do adolescente, psicanalista e terapeuta familiar. Atualmente é presidente do Departamento de Psiquiatria da Criança, no Hospital de Münster, na Alemanha. Desde 1978, tem colaborado com diversas organizações internacionais, (OMS e ONU).

♦ Adição: a pessoa que abusa sexualmente sabe que o abuso é prejudicial à criança, todavia, não consegue evitá-lo. O processo é conduzido pela compulsão à repetição. Primariamente, serve para o alívio de tensão. É comum que aquele que abusa tenha sofrido abuso (físico ou emocional) na infância. Os agressores geralmente apresentam um perfil que não levantam suspeitas, são pessoas conhecidas, sem antecedentes, de boa reputação, por isso há dificuldades de comprovar a agressão e as vítimas são tidas como mentirosas.

Os pais incestuosos, com raras exceções, são homens bem integrados socialmente e exibem uma fachada de respeitabilidade. Por isso mesmo é difícil enquadrá-los nas classificações psiquiátricas tradicionais.

Violência como forma de resolver conflitos, insensibilidade quanto aos interesses e preocupações dos outros e uma tendência a violar normas com um mínimo de sentimento de culpa são algumas das características mais frequentemente constatadas no perfil dos pais incestuoso. Por isso mesmo – e porque paradoxalmente muitas vezes seu discurso vai contra os próprios interesses – esses agressores têm sido denominados de “escroques” domésticos.

Enquanto tal, a tomada de consciência da real gravidade de seus atos geralmente lhe é interditada, quase sempre por força da completa obliteração do traumatismo (físico ou sexual) por ele próprio sofrido na infância ou adolescência. (AZEVEDO; GUERRA. 1994).

A abordagem é peça fundamental para destruir o Pacto de Silêncio existente nessas famílias. Nas famílias incestuosas são notórios alguns indicadores que facilitam o diagnóstico do abuso sexual e também auxilia no tratamento da vítima e suas famílias. Alguns desses indicadores serão apontados no quadro a seguir. A criança apresenta sintomas coletivos, não podemos nos basear apenas em um indicador é um conjunto de manifestações.

O abuso sexual como síndrome de segredo para a criança pode ser apontada por atuantes externos, aspectos específicos de segredo na própria interação abusiva e agentes psicológicos internos.

As crianças optam por conservar em segredo, por serem intituladas de mentirosas ou até mesmo punidas. O sistema legal pode ter a crença de que as crianças mentem e os adultos falam a verdade, ou que as falas e expressões das crianças são menos válidas comparadas com as afirmações dos adultos. O segredo

ainda pode ser reforçado por violência e ameaças. Estas ameaças constituem um forte fator externo para que a criança não revele.

As crianças querem ter um pai, porém um pai que não abuse, que não as viole, portanto, o segredo também é reforçado desta forma, porque elas não querem perder o pai (que confiam e amam) para a prisão ou o divórcio.

O ritual do abuso é tão intenso que a pessoa que abusa torna-se 'outra pessoa' para a criança. A dissociação da realidade não permite que a criança perceba a realidade do fato e também não consiga nomear a experiência de abuso como violência. O perpetrador tenta negar a experiência de abuso através da escuridão, silêncio, contato físico ritualizado, evitando o contato visual e outros aspectos que acontecem na interação. As ameaças por parte do agressor e a estrutura negadora da realidade da experiência impede que a criança seja capaz de chamar esta violação de abuso sexual.

Como síndrome de segredo o abuso pode criar problemas de personalidade, de baixa autoestima, de culpa e amargura. As crianças tentam dissociar a realidade do abuso de várias formas, alterando estados de consciência como se permanecem dormindo, fingindo que não são elas, como se a parte debaixo do corpo não existisse.

Muitas vítimas permanecem obscuras devido as ameaças sofridas, a vergonha pelo ocorrido. As marcas deixadas a cada dia vão ficando mais profundas e difíceis de descobri, tal violação é "fácil" de esconder e permanecer velada, pois envolve o descobrir da sexualidade, a invasão dos corpos juvenil, a dor, culpa e o medo. A maioria das crianças e adolescentes observados nesta pesquisa apresentavam mudanças no comportamento.

O quadro nº 09 relata algum dos sintomas que criança e adolescente apresentam quando sofreram violência sexual. Algumas dessas marcas são notórias, pois apresenta no corpo ou no comportamento, contudo outras são observadas apenas com um olhar mais aguçado sobre a infância e adolescência.

Este quadro nos permite diagnosticar, possíveis, vítimas de violência sexual tirando-as do anonimato, assegurando uma infância ou adolescência saudáveis, livres de violência. Devemos estar atentos aos sinais, muitas vezes sutil, que a vítima apresenta, podendo assim auxilia-la neste processo de revelação, seja através de denúncia ou encaminhamento aos órgãos competentes.

Quadro 09: Principais Indicadores da Violência Sexual

Indicadores Físicos	Comportamento	Características da Família
✘ Dificuldades de caminhar; ✘ Infecção urinária; ✘ Secreções vaginais ou penianas; ✘ Baixo controle dos esfíncteres; ✘ Podem apresentar DST, enfermidades psicossomáticas; ✘ Roupas rasgada ou com manchas de sangue; ✘ Dor ou coceira na área genital oi na garganta (amidalite gonocócica); ✘ Dificuldades para urinar ou deglutir. ✘ Edemas e sangramento da genitália externa, regiões vaginal ou anal. ✘ Cérvice, vulva, períneo, pênis ou reto edemaciados ou hiperemiados: intróito vaginal ou corrimento	✘ Vergonha excessiva. ✘ Mostra medo de lugares fechado. ✘ Autoflagelação. ✘ Resiste a volta para casa após a aula. ✘ Problemas físicos ou necessidades não atendidas. ✘ Comportamento sexual inadequado para sua idade, regressão a estado de desenvolvimento anterior. ✘ Tendências suicidas. ✘ Conduta muito sexualizada ✘ Fugas constantes de casa. ✘ Relata avanços sexuais de adultos. ✘ Mostra interesse não usual por assuntos sexuais e usa terminologia inapropriada para sua idade. ✘ Masturbação excessiva. ✘ Alteração de humor ✘ Retraída x extrovertida ✘ Desenha órgãos genitais além de sua capacidade etária. ✘ Papel de mãe. ✘ Tende mostra-se “boazinha”. ✘ Resiste a participar de atividades físicas. ✘ Pouca atenção. ✘ Fadiga constante. ✘ Resiste a se desvestir ou a ser desvestida. ✘ Ausência escolar, por motivos insubsistentes. ✘ Apresenta vestimenta inadequada ao clima.	✘ Muito possessiva com a criança, negando-lhe contatos sociais normais. ✘ Acusar a criança de promiscuidades ou sedução sexual: o agressor pode ter sofrido abuso na infância. ✘ Acredita que a criança tenha atividade sexual fora de casa. ✘ Crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar. ✘ Pode abusar de álcool ou drogas. ✘ Sugere ou indica discórdia conjugal ou dificuldades de se relacionar com adultos. ✘ Indica isolamento social ou a condição de família monoparental. ✘ Mostra conduta impulsiva e imatura. ✘ Tende a culpar os outros por dificuldades da vida. ✘ Tenta minimizar a seriedade da situação. ✘ Estimular a criança a se envolver em condutas os atos sexuais.

Fonte: DESLANDES. FIOCRUZ/ENSP/CLAVES. (1994). Org. Lyra.(2015)

Além dos sintomas visíveis e não visíveis apresentados no quatro, sabemos que esta violação é carregada de simbologias, de ritos e pactos de silêncio, conforme nos apresenta Furniss:

> (...) a dissociação e anulação da realidade por meio do segredo externo; a mudança do pai na ‘outra pessoa’, a criação do ‘tempo perdido’ e a criação do espaço físico entre o abuso; e as interações não-abusivas; pelos rituais de entrada e saída; criam uma síndrome do abuso em que a nomeação e criação da realidade externa da experiência de abuso sexual torna-se um desafio... (FURNISS. 1993, p. 36).

Algumas características relevantes dessa síndrome: a pessoa que abusa sabe que é errado e que constitui crime; a pessoa que abusa sabe que o abuso sexual é prejudicial à criança e mesmo assim, o abuso acontece; o abuso sexual cria primeiramente um alívio da tensão e não uma experiência prazerosa; o processo é conduzido pela compulsão à repetição; sentimentos de culpa e o conhecimento de estar prejudicando a criança, pode levar à tentativa de parar o abuso; a gratificação sexual do ato ajuda a evitar a realidade; os aspectos excitantes do abuso sexual da criança criam dependência psicológica; a pessoa que abusa nega a dependência; a tentativa de parar o abuso leva os sintomas de abstinência, como ansiedade, irritabilidade, agitação e outros sintomas.

As síndromes de segredo e adição são interligadas, semelhante a dependência química, o abuso sexual infanto-juvenil é uma interação ilegal, aditiva para a pessoa que abusa, em que a 'droga' é a vítima, estruturalmente dependente.

Infelizmente, observamos que a violência incestogênica acontece em diversas famílias, umas mais evidentes, devidos as negligencias mais visíveis e em outras por ainda manterem um "padrão" aparentemente normal, conseguem esconder tais violações por gerações. Temos dois modelos comuns de famílias incestogênicas que serão apresentados a seguir:

- ✓ A "família organizada" desvia o conflito, a confusão emocional e sexual dos pais é evitada por meio do abuso sexual de um dos filhos, evitando o enfrentamento dos problemas reais. Na família organizada os pais sustentam seus papéis de bons cuidadores, exceto pela existência do abuso. A imagem familiar é conservada e a manifestação do abuso representa um ruir da família perfeita e idealizada.
- ✓ A "família desorganizada" regula o conflito, não há o mesmo grau de segredo dentro da família. O abuso é mantido em segredo, mas muito mais para os de fora da família. Internamente, a família tolera o abuso, como se não acontecesse, e a continuidade dele mantém a família existindo. A manifestação do abuso, portanto, não conduz a um conflito de magnitude comparável àquela da família organizada. Não existe uma grande lacuna entre a autoimagem da família e a realidade dos relacionamentos. A maior tensão das famílias desorganizadas, cujas fronteiras transgeracionais estão grandemente rompidas, a mudança nos relacionamentos e a introdução de

fronteiras emocionais e sexuais durante o tratamento, mexendo com os alicerces sobre as quais a família está construída.

O grupo familiar constitui um grupo de participação e de referência fundamental, é por isto que os valores constituem bases significativas de orientação para a criança, quer a família atue como grupo positivo de referência, quer opere negativamente. ERICH FROMM (1990) diz: “o amor não é uma relação comum numa pessoa especifica: é uma atitude, uma orientação de caráter, que determina a relação de alguém para com o mundo como um todo, e não para com um objeto de amor”. “O amor é preocupação ativa pela vida e crescimento daquilo que amamos”. A relação família e criança referem-se ao cuidado das necessidades físicas e emocionais, os efeitos organizadores e desorganizadores das emoções estão no cotidiano da criança na família.

3.5 LAR... TOPOFILIAS E TOPOFOBIAS

A definição de lar nos arremete a convivência em família, e traz uma conotação sentimental de casa/abrigo com uma atmosfera de amor e carinho. Também pode ser conceituado como um lugar harmônico, em que descansamos, suprirmos nossas carências emocionais, interagirmos e nos alegramos.

O geógrafo Relph (1976) nos traz um conceito enquanto lugar habitado: O lugar é o fundamento de nossa identidade como indivíduos e como membros da comunidade, o lugar onde habita o ser. O lar não é só o lugar em que você está feliz por viver, ele não pode estar em toda parte, não pode ser trocado, é um centro de significados insubstituível.

O lar é um lugar onde todos anseiam, transmite segurança aos seus habitantes, um espaço construído por laços afetivos, composto por símbolos, experiência e cheio de significados. Lá somos aceitos como verdadeiramente somos, com nossas manias, deficiências e qualidades, um ambiente topofílico.

Este é o lugar que deve representar segurança e cuidados mútuos, entretanto esta é uma realidade distante em muitas famílias brasileiras, infelizmente o lar pode ser um ambiente Topofóbico. Principalmente quando tratamos da violência sexual intrafamiliar, em que todos esses conceitos de estabilidade e harmonia são banidos.

No contexto histórico do universo infanto-juvenil colhemos que durante muitos anos foram olhados como “meras criaturas”, esquecidas enquanto sujeitos de direitos, inicialmente em seus lares, e posteriormente na sociedade. Tuan relata abaixo os pensamentos antigos desta sociedade:

> Tradicionalmente, os adultos tinham tendências a vê-los mais como corpos do que como pessoas - corpos plenos de repentinos e fortes impulsos, sem a graça que somente um treinamento progressivo pode conferir. Parte da antiga severidade para com as crianças pode ser explicada pelo modo ambivalente que os adultos classificam o corpo humano - o próprio e ainda mais o de seus filhos. O corpo é, na realidade, uma parte sempre presente da natureza selvagem; como outras partes, é geralmente um apoio, contudo às vezes capaz de provocar tumulto e erupções violentas que destroem a paz e a racionalidade da mente. [...] De início pode nos parecer um pouco estranha a ideia sobre o corpo como uma natureza selvagem a ser domesticada. (TUAN, 2005, p.45).

O autor expõe que naquela época não havia uma visão diferenciada da infância ou adolescência eram tidos apenas como corpos e de natureza selvagem para o “adestramento”. Na antiguidade observamos que várias violações aconteciam em família, mas não eram verbalizadas e/ou compreendidas pelos infantes. Não havia a fala dessas vítimas, que permaneciam sem expressão no anonimato.

Ao passo que distingamos esses sujeitos de direitos meramente como corpos, não vemos o valor de suas almas e que ali há um ser singular. As violações sexuais foram e ainda são perpetuadas por esses corpos serem tratados como objetos. Os adultos, infelizmente, ainda carregam uma tradição em que as crianças e adolescentes não são capazes de pensar, que são menores “inferiores”, são vários os modelos estereótipos criados.

Quanto ponderarmos o Lar enquanto lugar, o qual deveria ser: de proteção, cuidado, zelo, um porto seguro, um baluarte. Lembramos que para essas meninas, violadas é uma prisão com noites escuras e sóbrias...

O lar é cheio de representações, estas podem ser boas ou más. Este é representado e denominado, consoante o geógrafo Tuan (1983), Lugar, aquele onde tenho aconchego, afeto, em que minhas necessidades básicas são sanadas. Este Lar/Lugar pode trazer varias filias e fobias.

Para nossa compreensão utilizaremos os conceitos elaborados por Yi-Fu Tuan (2012): *Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito vivido e concreto como experiência pessoal, precisamos de filia, de aconchego, de proteção [...].*

A topofilia é um conceito arraigado pelos sentidos e sentimento, conforme Tuan:

> A palavra “topofilia” é o neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, pode ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, p.135)

A filia ao lugar, ou seja, os elos afetivos existente no lar são construídos pelos membros que nele habitam. Neste ambiente são despertados vários sentimentos, que fazem parte da construção social do indivíduo.

Ao analisarmos os lares incestogênicos, observamos nestes lugares características semelhantes como: mulheres sem expressão, totalmente subordinadas aos companheiros; existem inúmeras violações, sendo a sexual (apenas mais uma); evasão escolar evitando a interação com outras pessoas; dependência financeira.

As crianças geralmente quando vão a outros lugares quando são acolhidas e ouvidas não querem retornar aos lares, que muitas vezes permanece com o agressor, por mães coniventes e pela morosidade da justiça. Quando são adolescentes a maioria preferem viver pelas ruas, pois a casa é um lugar indesejável (topofóbico), ficando vulneráveis a dependência química e principalmente a exploração sexual. O copo para essas meninas representa um espaço violado, inútil e sem valor. Apenas um objeto sem sentimentos ou emoções.

Reflexões sobre o espaço e os conceitos de topofilia e topofobia. Permite visualizar a relação entre o temor despertado pelo espaço, quando um grupo social o define como espaço de violência (topofobia); por outro lado, a afetividade que a ele pode ser associada por seus moradores como espaço vivido (topofilia). Reforçando assim a indagação sobre o que são o espaço e o lugar, em termos de experiência humana. “Os espaços do homem e da mulher, refletem a qualidade dos seus sentidos e sua mentalidade” (TUAN, 2006). Desta feita, ratifica a ideia de que o espaço reside não apenas fora, mas também dentro de mulheres e homens.

O espaço violento, opressor pode ser caracterizado como Topofóbico. O lar incestogênico para a criança e adolescente é carregado de medos, traumas e fobias.

Tuan em suas obras “Paisagem do Medo” e no “Espaço e Lugar”, esclarece sobre os medos e como se dá essas representações do Lugar e no espaço vivido.

Segundo Tuan (1983) a compreensão de Espaço e o Lugar: *o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. [...] são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação.[...].*

Tuan ainda relata que há dois tipos principais de espaço:

> Podem-se distinguir dois tipos principais de espaço mítico. Em um deles, o espaço mítico é uma área imprecisa de conhecimento deficiente envolvendo o empiricamente conhecido; emoldura o espaço pragmático. No outro, é o componente espacial de uma visão de mundo, a conceituação de valores locais por meio da qual as pessoas realizam suas atividades praticas. [...]. O primeiro tipo de espaço mítico é uma extensão conceitual dos espaços familiar e cotidiano dados pela experiência direta.[...] (1983, p.97)

O espaço que relatamos é o mítico que arremete a vida cotidiana e as experiências traumatizantes vivenciadas por estas vítimas, e como elas percebem o espaço familiar.

Tuan nos esclarece quando as recepções do espaço e quando estes fundem com o lugar. Para exemplificar o lar é um modelo deste espaço que atribui personalidade, sendo a residência o lugar habitado.

> O espaço mítico orientado organiza as forças da natureza e da sociedade associando-as com as localidades ou lugares significantes dentro do sistema espacial. Tenta tornar compreensível o universo através da classificação de seus elementos e sugerindo que existem influências mútuas entre eles. Atribui personalidade ao espaço, consequentemente transformando o espaço em lugar. É quase infinitamente divisível - em outras palavras, não apenas o mundo conhecido, mas também a sua parte menor, como um abrigo individual, é uma imagem do cosmos. (1983, p.103).

A percepção do espaço dentro do lugar, o lar, é infinitamente divisível, um abrigo individual e portátil. Este lar incestogênico traz várias representações para a vítima, que vive paradoxalmente, ora ama, ora odeia o espaço do lar e sua habitação. Na pesquisa observamos que a Rua para a maioria das vítimas que foram violadas na infância - hoje adolescentes, representa lugar de aceitação e proteção, e a casa (onde permanece o agressor) representa o **não lugar**, o medo, a vergonha, os conflitos e a raiva.

3.6 DIALOGANDO COM OS RESULTADOS

Neste movimento pensamos, nos diversos lugares percorridos e nos inúmeros autores que contribuíram para a elaboração desta pesquisa. No desenrolar deste terceiro capítulo apresentamos as informações colhidas durante toda a pesquisa. Neste tópico especifico exibiremos os dados sistematizados (quadros, gráficos, figuras) de forma mais detalhada e focal do nosso *locus.* Também serão apontadas as vinte famílias selecionadas, sendo relatado apenas os dez casos que conseguimos contado.

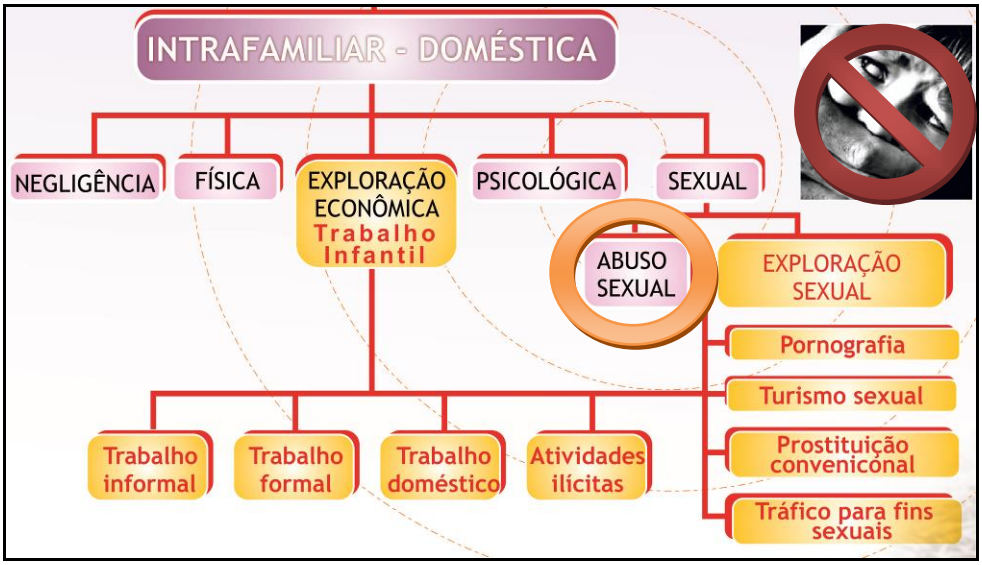
Sabemos a violência intrafamiliar é presente em nosso país e afeta principalmente as meninas em sua infância e adolescência. Em Porto Velho este contexto não é diferente, conforme verificamos em campo e através dos dados coletados em instituições de proteção infanto-juvenil.

No desenvolver da pesquisa acadêmica foram coletadas informações junto a Delegacia Especializada - DEPCA, através das Estatísticas Anuais, do Centro de Defesa da Criança e Adolescente Maria dos Anjos - CDCA/RO em parceria com a Universidade Federal de Rondônia - UNIR, utilizamos o Relatório Final do Projeto Apoena, e no Disque 100 trabalhamos com Estatística. No Centro de Referência - CREAS avaliamos os Relatórios Anuais do Serviço de Violência, quanto à pesquisa a campo foi através de analises documentais e observação participativa com coleta de dados em diário de campo. Os dados serão dispensados de forma cronológica para a melhor compreensão e evolução da pesquisa.

Para relembramos, o incesto inclui toda agressão com finalidade sexual, com ou sem contato físico, tendo ou não a indução da vontade da vítima. Este abuso é praticado por uma pessoa que tem poder sobre a outra e ocorre preferencialmente no lar ou em qualquer local público. Tal violação é uma exploração do poder, as pessoas jovens, particularmente as meninas, estão especialmente em risco e as violações podem ter consequências duradouras para sua saúde e violam seus direitos sexuais e reprodutivos. O incesto também tem implicações para a dignidade e integridade de mulheres e meninas.

A seguir no quadro nº 10 temos a ilustração do processo de vitimização infanto-juvenil para compreensão dos resultados pesquisa, sendo nosso foco o abuso sexual intrafamiliar, o incesto.

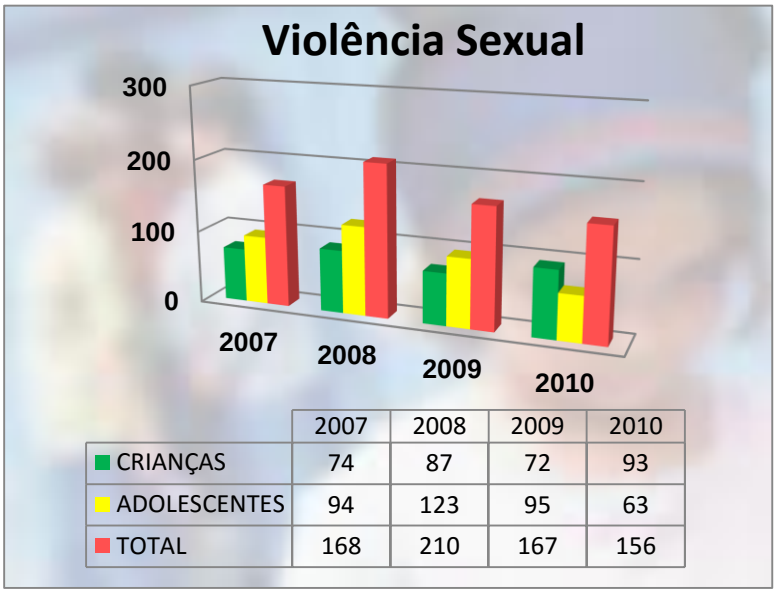
Quadro 10: Compreendendo a Violência Intrafamiliar



Fonte: Instituto Aliança - Salvador/BA (2014). Org. Lyra (2015)

O gráfico nº 04 apresenta os números de atendimentos realizados pelo CREAS às vitimas de violência sexual nos de 2007 até 2010, podemos observar o crescimento nos atendimentos sendo o maior no ano de 2008, com 210 acompanhamentos a família vitimada.

Gráfico 04: Abuso Sexual Atendidos no CREAS/PAEFI



	2007	2008	2009	2010
CRIANÇAS	74	87	72	93
ADOLESCENTES	94	123	95	63
TOTAL	168	210	167	156

Fonte: LUS. (2011). Org. Lyra (2015)]

O CREAS desenvolve um atendimento às vítimas de violência desde ano de 2005, sendo uma intervenção junto à família para a estruturação e organização do

lar fortalecendo os vínculos e comunitários. Nestes quatro anos elencados, foram atendidas 701 vítimas de violência sexual e suas famílias.

Em seguida representaremos esses dados no gráfico nº 05 que conseguimos visualizar melhor o crescimento dos atendimentos, a equiparação entre crianças e adolescente, neste anos não tivemos acesso a separação por gêneros, apenas a idade das vítimas. Cabe destacar que após a implantação do programa especifico para os atendimentos as vítimas de violência sexual em Porto Velho, os casos começaram a sair do anonimato e tomaram proporções públicas.

No gráfico vemos que a diferença é pouca entre o número de crianças e adolescentes vitimados. Os casos que são atendidos no CREAS já passaram por outras instituições de Proteção, Defesa ou Responsabilização, as demandas espontâneas são esporádicas. As vítimas quando há a revelação do incesto são conduzidas para a Delegacia Especializada, se ainda não foram, são encaminhadas para a notificação da denúncia.

Na observação e consulta de material, podemos observar que a maioria das denúncias de violência sexual, quando são efetivas, geralmente são após alguns anos do fato. Infelizmente muitas meninas só tomam ciência do ocorrido na adolescência, por não terem maturidade sexual para tal compreensão.

Quanto ao vínculo com o agressor, os dados abaixo do CDCA/RO, apontam que em Porto Velho em 2009 os maiores agressores sexuais são os padrastos, conforme o quadro nº 11. Quando comparados às estatísticas nacionais observamos que o genitor fica em primeiro lugar seguido do padrasto.

Quadro 11: Abuso Sexual Intrafamiliar - Maiores Incidências

Autores da Violência	Abuso Sexual Intrafamiliar
PADRASTO	88
PAI	41
AVÔ	15
TIO	10
PRIMO	8
CUNHADO	7
EX-PADRASTO	3
IRMÃO	3
PAI ADOTIVO	2

Fonte: Tourinho e Brasil. (2009). Org. Lyra (2015)

Consoante Tourinho (2009), no Relatório Final (DRP) é relatado no quadro acima os números de incidência por agressores, foi o padrasto, na pesquisa feita em

Porto Velho e Guajará Mirim através do Projeto Apoena, este parceria do CDCA e UNIR.

Nas famílias observadas a maioria dos agressores era o padrasto. Aqui em Porto Velho conseguimos confirmar que a maiorias das famílias são monoparentais ou recomposta. Nestas os relacionamentos não são duradouros e os filhos ficam vulneráveis a mercê, muitas vezes, desse “estranho”, já tido como padrasto.

A seguir serão elencados os bairros em Porto Velho com o maior índice de ocorrências de violência sexual contra infanto-juvenil. Quando pensamos no incesto, este não escolhe região, mas geralmente estão nos bairros mais afastados.

Quadro 12: Maior Incidência por Bairro (2009)

BAIRROS	Abuso Sexual Intrafamiliar
AGENOR DE CARVALHO	1
ALTO ALEGRE	1
AREAL	1
AREAL DA FLORESTA	1
CALADINHO	2
CASTANHEIRA	6
CENTRO	2
CIDADE DO LOBO	1
CIDADE NOVA	2
COHAB	1
COHAB FLORESTA	1
CONCEIÇÃO	1
COSTA E SILVA	1
CUNIÃ	1
ELETRONORTE	1
EMBRATEL	2
ESCOLA DE POLÍCIA	1
ESPERANÇA DA COMUNIDADE	1
ESTRADA DA PENAL	1
ESTRADA DO BELMONT	1
GOIANIA	1
JARDIM DAS MANGUEIRAS	1
JARDIM IPANEMA	1
JARDIM SANTANA	2
TOTAL	34

Fonte: Tourinho e Brasil. (2009). Org. Pereira Lyra (2015)

Notamos que no ano de 2009 através das informações coletadas pelo Projeto Apoena a violência intrafamiliar teve um número expressivo apenas no bairro Castanheira com 06 casos (Zona Sul), os demais espalhados por toda cidade, sem números significativos. Isto demostra que o incesto está em todos os lugares e pode acontecer em qualquer casa.

Pontuamos que em pesquisas empíricas podemos considerar que as vítimas em sua maioria, advêm de bairros periféricos, a mídia constantemente tem apontado a Zona Leste de Porto Velho com o maior número de intercorrência desse fenômeno. A DEPCA também apresenta a Leste como o maior número de demanda no ano de 2011. Distingue que os indicativos mostram que o maior número de ocorrências acontece na Zona Leste tendo 47% em 2011.

Na DEPCA conseguimos sistematizar os dados, referente, às denúncias recebidas dos anos de 2009 até 2014. No quadro abaixo destaca a quantidade de denúncias recebidas de crianças e adolescentes vítimas de violência, inquéritos instaurados e relatados. Destacamos que em 2009 houve o maior número de casos instaurados (334), e os casos apenas relatados foi em 2011 (344).

Quadro 13: Denúncias de Violências - DEPCA/RO

Ano	Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
2009	Instaurado	11	7	24	19	36	15	35	25	39	26	19	78	334
	Relatado	1	3	4	5	7	5	9	9	2	12	3	7	67
2010	Instaurado	30	12	27	37	33	36	27	27	2	23	35	33	322
	Relatado	4	0	13	3	11	16	12	12	3	2	11	7	94
2011	Instaurado	14	16	1	39	21	18	19	25	3	6	38	195	200
	Relatado	3	15	9	4	44	10	12	14	11	108	92	22	344
2012	Instaurado	10	15	49	38	18	13	24	22	31	1	8	1	230
	Relatado	3	21	14	5	21	9	6	37	9	15	92	22	254
2013	Instaurado	25	9	16	40	4	6	15	16	21	39	11	8	210
	Relatado	12	66	41	27	0	0	20	24	49	27	41	9	316
2014	Instaurado	5	8	8	4	15	16	7	6	25	9	16	41	160
	Relatado	7	13	18	09	08	16	33	07	14	37	22	23	207

Fonte: DEPCA. 2015. Org. Lyra. (2015)

No quadro identificamos que o número de casos Instaurados é bem expressivo, comparados aos Relatados. Os casos Instaurados iniciaram as investigações e os Relatados já foram conclusos e podem ser encaminhados ao Ministério Público para. Observamos que a diferença é grande dos casos conclusos (1282) para os instaurados (1456), nos anos de 2011 tivemos o maior número de inquéritos encerrados encaminhados ao MP para providências 344 casos.

O quadro nº 14 apresenta os dados do Disque 100, nos anos de 2011 a 2013 referentes às denuncias de violência sexual dos municípios de Rondônia. Os números mais elevados são da Capital.

Quadro 14: Violência Sexual Notificada - Rondônia

Secretaria de Direitos Humanos - DISQUE 100 Geral de Denúncias Quantitativo de Denúncias - RONDÔNIA - 52 MUNICÍPIOS Emitido em: 06/05/2014 - Disque 100 - Ano 2011 / 2012 / 2013 - Denúncias por município					
2 0 1 1		2 0 1 2		2 0 1 3	
Nicípio	C/A	Município	C/A	Município	C/A
Alta Floresta D'Oeste	4	Alta Floresta D'Oeste	4	Alta Floresta D'Oeste	3
Alto Alegre dos Parecis	1	Alto Alegre dos Parecis	1	Alto Alegre dos Parecis	1
Alto Paraíso	4	Alto Paraíso	7	Alto Paraíso	10
Alvorada D'Oeste	1	Ariquemes	40	Alvorada D'Oeste	6
Angra dos Reis	1	Buritis	9	Ariquemes	48
Ariquemes	27	Cabixi	1	Buritis	16
Buritis	3	Cacoal	38	Cabixi	1
Cacaulândia	1	Candeias do Jamari	27	Cacoal	83
Cacoal	31	Castanheiras	1	Campo Novo de RO	1
Campo Novo de RO	2	Cerejeiras	4	Candeias do Jamari	33
Candeias do Jamari	23	Chupinguaia	0	Castanheiras	0
Cerejeiras	6	Colorado do Oeste	4	Cerejeiras	9
Chupinguaia	1	Corumbiara	1	Chupinguaia	7
Colorado do Oeste	8	Costa Marques	7	Colorado do Oeste	7
Corumbiara	0	Cujubim	18	Corumbiara	2
Costa Marques	5	Espigão D'Oeste	5	Costa Marques	6
Cujubim	5	Gov. Jorge Teixeira	4	Cujubim	29
Espigão D'Oeste	4	Guajará-Mirim	29	Espigão D'Oeste	12
Guajará-Mirim	30	Itapuã do Oeste	18	Gov. Jorge Teixeira	3
Itapuã do Oeste	13	Jaru	18	Guajará-Mirim	27
Jaru	16	Ji-Paraná	93	Itapuã do Oeste	11
Ji-Paraná	69	Machadinho D'Oeste	29	Jaru	33
Machadinho D'Oeste	5	Mirante da Serra	1	Ji-Paraná	88
Mirante da Serra	1	Monte Negro	7	Machadinho D'Oeste	30
Monte Negro	3	Nova Brasilândia	5	Ministro Andreazza	1
Nova Brasilândia	2	Nova Mamoré	12	Mirante da Serra	9
Nova Mamoré	5	Novo Horizonte	4	Monte Negro	7
Nova União	1	Ouro Preto do Oeste	15	Nova Brasilândia	2
Ouro Preto do Oeste	11	Parecis	0	Nova Mamoré	14
Parecis	1	Pimenta Bueno	17	Nova União	0
Pimenta Bueno	2	Porto Velho	1030	Novo Horizonte	2
Porto Velho	767	Presidente Médici	10	Ouro Preto do Oeste	14
Presidente Médici	2	Rio Crespo	2	Parecis	0
Rio Crespo	0	Rolim de Moura	74	Pimenta Bueno	20
Rolim de Moura	16	Santa Luzia D'Oeste	1	Pimenteiras do Oeste	0
Santa Luzia D'Oeste	0	São Felipe D'Oeste	1	Porto Velho	709
São Franc. do Guaporé	4	São Franc.do Guaporé	6	Presidente Médici	4
São Miguel Guaporé	3	São Miguel Guaporé	6	Rio Crespo	1
Seringueiras	4	Seringueiras	3	Rolim de Moura	51
Theobroma	1	Teixeirópolis	3	Santa Luzia D'Oeste	2
Urupá	4	Urupá	5	São Franc.do Guaporé	9
Vilhena	19	Vale do Anari	6	São Miguel Guaporé	5
Total 42	1106	Vilhena	38	Seringueiras	7
		Total 43	1604	Teixeirópolis	3
				Theobroma	0
				Urupá	12
				Vale do Anari	2
				Vale do Paraíso	1
				Vilhena	38
				Total 49	1379

Fonte: Disque 100 (2014). Org. Lyra (2015)

Observamos no quadro anterior as disparidades nos casos notificados ao Disque 100 de Porto Velho com outros municípios. A diferença é gigantesca, citando como exemplo o ano de 2012, Porto Velho permanece em primeiro lugar com 1030, seguido de Ji Paraná com apenas 93 casos denunciados. As denúncias coletadas pelo Disque 100 devem ser repassadas aos Conselhos Tutelares locais, Ministério Público e DEPCA para os encaminhamentos cabíveis e início do processo investigativo.

No quadro nº 15 há um levantamento sucinto sobre os números de municípios que comunicam a violação ao Disque 100 e o número de denúncias.

Quadro 15: Levantamento Violência Sexual de Rondônia

DISQUE 100 - LEVANTAMENTO 2011 - 2012 - 2013 - VIOLÊNCIA SEXUAL						
UF RO	DENUNCIAS POR ESTADO - CRIANÇA E ADOLESCENTE					
	2011		2012		2013	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
TOTAL 52	MUNICIPIOS	DENUN.	MUNICIPIOS	DENUN.	MUNICIPIOS	DENUN.
	42	1106	43	1604	49	1379

Fonte: Disque 100.(2014). Org. Lyra.(2015)

Observamos nos dados acima que a poucas notificações feitas ao Disque 100 por alguns municípios. Há ausência de 10 municípios em 2011, 09 municípios em 2012 e 3 em 2013. Destacamos que há outros meios de denúncia, mas o que é mais utilizado pela sociedade é o Disque 100.

Quadro 16: Denúncias de Violências contra a Criança e Adolescente

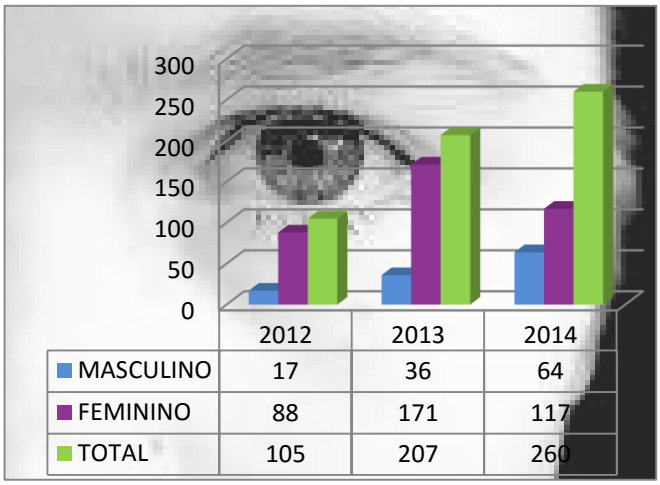
ANO	DENUNCIAS C/A	DESTAS VVS
2011	82.033	28.525
2012	129.949	37.726
2013	124.079	31.895

Fonte: Disque 100.(2014). Org. Lyra (2015).
*C/A - Crianças e Adolescentes.
**VVS - Vítimas de Violência Sexual

O quadro nº 16 aponta um número elevado em 2012 de denúncias de violência sexual contra a criança e adolescente totalizando 37.726 ocorrências. Este ano ocorreu à migração em massa de vários trabalhadores para as usinas hidrelétricas, fato este escondido nas estatísticas oficiais.

No CREAS/PAEFI, colhemos dados dos anos de 2007 a 2010, de 2011 tivemos informações somente do primeiro semestre (66 casos), as informações do segundo semestre estavam desencontradas, por este motivo optamos por não menciona-las. A seguir apontaremos os dados anuais de 2012 a 2014:

Gráfico 05: Casos de Abuso Sexual CREAS/PAEFI



Fonte: Relatório Anual - CREAS/PAEFI. Org. Lyra (2015)

Em 2012 foram atendidos no CREAS/PAEFI apenas 17 meninos e 88 meninas, totalizando 105. Estes números que tivemos acesso não esclarecem as idades nem informações mais detalhada das vítimas.

Já no ano de 2013, conseguimos dados mais detalhados das vítimas. Neste foram realizados 207 atendimentos psicossociais as vítimas e seus respectivos familiares. Deste, 171 corresponde ao gênero feminino o que equivale a 83% dos casos atendidos e 36 ao gênero masculino, ou seja, 17% do percentual total. Quanto à idade das vítimas, 41 casos atendidos correspondem entre 0-6 anos de idade ficando com 20% do total, 67 casos entre 7-12 anos o que equivale a 32% e 99 casos entre 13-18 anos ficando com um percentual de 48%.

No ano de 2014 foram atendidas 260 vítimas de violência sexual e feito suporte as suas famílias. Sendo 64 meninos, correspondendo a 23% e 117 meninas, equivalente a 77% do total de casos. Observa-se que os números vêm aumentando gradualmente de ambos os sexos, mas o primeiro lugar ainda é do gênero feminino que nestes últimos três anos dobram equiparados aos meninos.

Quadro 17: Disque 100 - Agosto de 2014 - Principais Municípios de Rondônia
Número de Denúncias de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

Região	Município	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
Norte	Ariquemes	1	1		2	1	1			6
Norte	Cacoal	1	1		2	1		1	2	8
Norte	Candeias do Jamari		1		1	1				3
Norte	Guajará-Mirim	1	1		1		1		2	6
Norte	Ji-Paraná	1		1	2	2				6
Norte	Porto Velho	10	2	13	10	5	17	5	2	64
Norte	Rolim de Moura			1	2	1	1	1	3	9
TODOS		14	6	15	20	11	20	7	9	102

Fonte: SDH - DISQUE 100. (2014). Org. Lyra (2015)

O quadro acima relata os casos mensurados até o mês de agosto de 2014, tendo sido notificado ao Disque 100 em Porto Velho apenas 64 casos. Ainda faltaram dados e contribuições dos serviços sobre o ano de 2014.

As informações mais recentes, obtivemos através do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente de 2015. Em Rondônia, os números registrados pelo Dique 100 no período de 01/07/2012 a 31/03/2013 apresentam 1.377 denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes, estando em Porto Velho 836 casos registros dessas denuncias (60%). Sobre os tipos de violência notificados, encontramos o seguinte: negligência 72%; violência psicológica 45%; violência física 41%; violência sexual 33%; exploração do trabalho infantil 11%; outras violações dos direitos humanos 3%.

Já no Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificações-SINAN/DANT/AGEVISA, dos 1.695 casos de violência interpessoal/autoprovocada notificados nos serviços de saúde do estado, no período de 2011 até 30/04/2015, 664 casos são de violência contra crianças e adolescentes até 18 anos e, dos quais, 340 casos foram de violência sexual, sendo 282 praticadas contra o sexo feminino, em que 46% (156) dos casos ocorreram em suas residências tendo como agressor o próprio pai da vítima ou padrasto (16,5% dos casos). Dados que corroboram as estatísticas nacionais e internacionais, no que diz respeito às violações sexuais contra crianças e adolescentes.

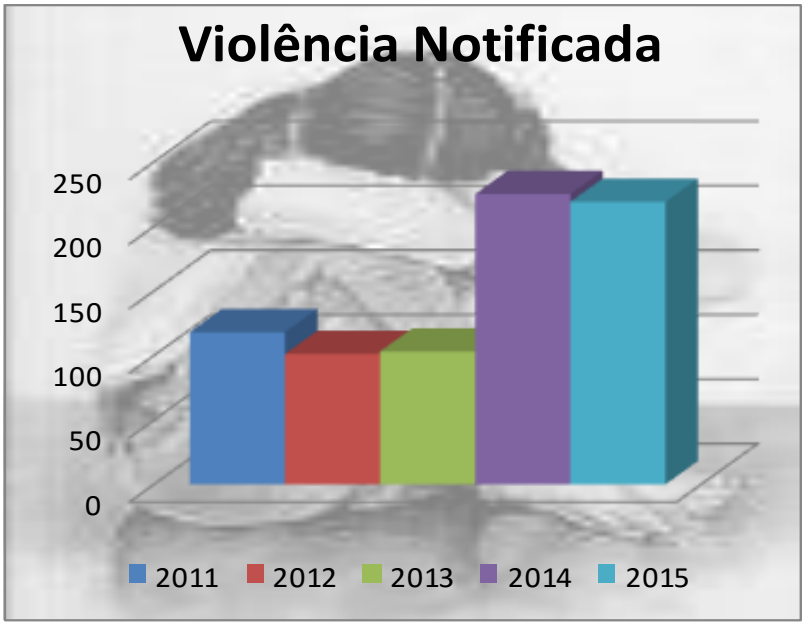
Importante ressaltar que dos casos de violência sexual notificados nesse período, 167 vítimas relataram já haver sofrido a mesma violência outras vezes. Tal informação coletada da ficha de notificação SINAN 5.0, denuncia a revitimização

infanto-juvenil quanto à cronicidade da violência e a falha no atendimento público às vítimas em rede de prevenção, atenção e proteção integral.

Dentre os 52 municípios do estado de Rondônia, somente 28 notificaram algum tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes nesse período, com 212 casos na capital, Porto Velho, apresentando de 2014 até 30.04.2015, 11 unidades de saúde notificando violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conseguimos com a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA os dados específicos de crianças as adolescentes vítimas de violência sexual em Porto Velho nos últimos quanto anos que foram notificadas nas Unidades de Saúde, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 06: Notificação em Porto Velho



Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PHV - 2015. Org. Lyra (2015)

Conforme informações no gráfico foram notificadas e atendidas pela SEMUSA, no ano de 2011, 118 casos, em 2012 foram coletados 101 notificações, em 2013, 103 vítimas, em 2014, 225 casos e mais recentemente em 2015 até setembro 219 casos de violências contra a criança e adolescente. Salienta-se que estes dados são apenas as vítimas que foram notificadas e passaram por unidade de atendimento hospitalar, os denunciantes permanecem anônimos.

O processo de seleção junto ao CREAS/PAEFI das 20 famílias originou a criação do quadro nº 18. Os nomes das vítimas são preservados através de nomes fictícios, que são qualidades femininas. Vejamos a seguir:

Quadro 18: Famílias Atendidas CREAS/PAEFI - Abuso Sexual Intrafamiliar

FAMÍLIA	"NOME"	IDADE	COR	INIC.	TERM.	ENCAMIN.	AGRESSOR	ESCOLARIDADE	RESIDE COM	RENDA	BAIRRO	ESCOLARID. RESP
Fam.01	Bela	9 anos	Branca	2010	2010	DEPCA	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Tia	01 (S.M)	JK II	Não Informado
Fam.01	Linda	12 anos	Branca	2010	2010	DEPCA	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Tia	Inferior (S.M)	JK II	Não Informado
Fam.02	Encantada	13 anos	Indígena	2010	2010	ICTCA	Pai	Curs. Ens. Fund.	Genitora	Inferior (S.M)	Mariana	Alfabetizada
Fam.03	Corajosa	16 anos	Parda	2010	2012	DEPCA	Líd.Religioso	Curs.Ens. Médio	Genitores	Não Inf.	Embratel	Ens. Med. Comp.
Fam.04	Virtuosa	14 anos	Branca	2010	2011	IICTCA	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Genitora	02 (S.M)	Ronaldo Aragão	Ens. Fund. Incp.
Fam.05	Diva	17 anos	Parda	2010	2011	DEPCA	Padrasto	Curs, Ens. Fund.	Tia	01 (S.M)	JK I	Ens. Fund. Incp.
Fam.05	Romântica	15 anos	Parda	2011	2011	DEPCA	Padrasto	Curs. Ens.Fund.	Tia	01 (S.M)	JK I	Ens. Fund. Incp.
Fam.06	Princesa	14 anos	Branca	2011	2011	DEPCA	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Genitora	08 (S.M)	São Francisco	Ens. Med.Comp.
Fam.07	Valente	5 anos	Negra	2012	2014	IICTCA	Pai	Alfabetização	Genitora	02 (S.M)	Lagoinha	Ens. Fund. Incp.
Fam.08	Sensata	12 anos	Branca	2012	2012	II CTCA	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Genitora	Inferior (S.M)	Triunfo **	Alfabetizada
Fam.09	Amada	08 anos	Parda	2013	2014	DEPCA	Avô	Curs. Ens. Fund.	Genitores	03 (S.M)	São João Bosco	Super. Incomp.
Fam.09	Destemida	11 anos	Branca	2013	2014	DEPCA	Avô	Curs.Ens. Médio	Genitora	02 (S.M)	Nov. Esperança	Superior Comp.
Fam.10	Rainha	07 anos	Parda	2013	2013	CAPS I	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Genitora	02 (S.M)	Tancr. Neves	Ens. Med.Incp.
Fam.11	Perfeita	14 anos	Parda	2013	2013	DEPCA	Padrasto	Curs. Ens. Fund.	Genitora	02 (S.M)	Novo Horizonte	Ens. Med.Incp.
Fam.12	Graciosa	10 anos	Parda	2013	2015	ICTCA	Padrasto	Curs.Ens.Fund.	Genitora/Padrasto	S. Rd. Fixa	Aeroclube	Ens. Fund. Incomp
Fam.13	Dama	14 anos	Afrodesc.	2013	2015	IICTCA	Pai	Curs. Ens.Fund.	Genitores	02 (S.M)	"Porto Cristo"	Analfabeto Func.
Fam.13	Terna	15 anos	Afrodesc.	2013	2015	IICTCA	Pai	Curs. Ens.Fund.	Genitores	02 (S.M)	"Porto Cristo"	Analfabeto Func.
Fam.14	Graça	05 anos	Parda	2013	2014	IICTCA	Padrasto	Alfabetização	Genitora	01 (S.M)	Igarapé	Ens. Med.Comp.
Fam.15	Serena	17 anos	Afrodesc.	2013	2015	MP	Padrasto	Curs. Ens. Médio	Tio	02 (S.M)	Cuniã	Ens. Fund.Incp.
Fam.15	Vaidosa	16 anos	Parda	2013	2015	MP	Padrasto	Ens. Fund. Incp	Genitora/Padrasto	Não Inf.	Joana Darck **	Ens. Fund.Incp.
Fam.15	Bondosa	14 anos	Parda	2013	2015	MP	Padrasto	Ens. Fund. Incp.	Genitor	01 (S.M)	Jaci Paraná **	Alfabetizado
Fam.15	Digna	12 anos	Parda	2013	2015	MP	Padrasto	En. Fund. Incp.	Genitor	01 (S.M)	Jaci Paraná **	Alfabetizado
Fam.16	Vitoria	13 anos	Indígena	2014	2014	DEPCA	Pai	Curs. Ens.Fund.	Genitora	01 (S.M)	Três Marias	Não Alfabetizada
Fam.17	Mansa	15 anos	Branca	2014	2015	CRAS	Pai	Curs.Ens. Médio	Genitores	04 (S.M)	Aponiã	Ens. Fund.Incp.
Fam.18	Esplendida	14 anos	Parda	2014	2015	JIJ	Tio	Ens.Med. Incp.	Genitora	S. Rd. Fixa	Caladinho	Não Alfabetizada
Fam.18	Glória	16 anos	Parda	2014	2015	JIJ	Tio	Alfabetização	Genitora	S. Rd. Fixa	Caladinho	Não Alfabetizada
Fam.19	Iluminada	10 anos	Parda	2014	2015	Pl.Social	Avô	Cur. Ens. Fund.	Avó	01 (S.M)	Tancredo Neves	Ens. Fund.Incp.
Fam.20	Maravilhosa	06 anos	Negra	2014	2015	ICTCA	("Avô")	Ens.Fund. Incp.	Avó e "Avô"	S. Rd. Fixa	São Francisco	Alfabetizada

L E G E N D A

Fam. = Família
Inic.= Ano que Iniciaram o Acompanhamento
Term.= Término do Acompanhamento
Encamin.= Encaminhador pelo Órgão
Escolarid.Resp.= Escolaridade do Responsável
** Local da Ocorrência / Residência Região Urbana

PADRASTO	15 Vítimas
PAI	06 Vítimas
AVÔ	04 Vítimas
TIO	02 Vítimas
LID. RELIGIOSO	01 Vítimas
TOTAL	28 Vítimas

Fonte: CREAS/PAEFI. Org. Lyra. (2015).

No quadro nº 18 estão elencadas 20 famílias que foram selecionadas para relato de caso (acesso através de documentos), estas acompanhadas pelos profissionais do CREAS/PAEFI do ano de 2010 até 2014, casos caracterizados como incesto intrafamiliar, residentes na região urbana de Porto Velho. Pontuamos que dentre essa 20 famílias conseguimos efetivar a Observação Participativa em apenas 10 casos que serão relatados no decorrer deste capítulo, todos descritos em Diário de Campo. Posteriormente serão relatadas algumas histórias das vítimas, preservando suas identidades e mantendo o sigilo profissional.

Para o melhor entendimento do quadro supracitado usaremos a primeira família como modelo. Na primeira coluna (FAMÍLIA) temos dispostas 20 famílias sendo 28 vítimas, pois há mais de uma vítima na mesma casa. Exemplo (Fam.01) composta por Bela de 9 anos e Linda de 12 anos (as idades são de quando iniciaram os atendimentos), a identidade foi preservada ("NOME"), iniciaram os atendimentos e terminaram no ano de 2010 (INC. / TERM.), ambas são brancas (COR), encaminhadas de DEPCA (ENCAMIN.), foram abusadas pelo Padrasto (AGRESSOR), estavam cursando o Ensino Fundamental (ESCOLARIDADE), e na época ficaram morando com as tias (RESIDE COM) em residências diferentes no (BAIRRO) Juscelino Kubitschek - JK, as duas residências com baixa renda (RENDA), ambas Beneficiárias do Bolsa Família - única fonte de renda fixa, a escolaridade das responsáveis (ESCOLARID. RESP) não foram informadas nos documentos analisados.

A seguir destacaremos as histórias das 10 famílias observadas de forma participativa e interativa, para a melhor compreensão da dinâmica familiar incestogênica, estas atendidas no CREAS/PAEFI pela equipe técnica especializada.

A primeira descrição é da adolescente aqui chamada "Corajosa" referida no quadro com Fam.03:

> *Corajosa fora abusada sexualmente desde os onze anos, sendo revelado apenas quatro anos após a primeira violação. Dentre outras violações sofridas, esta foi desvendada após uma suspeita de gravidez, que a levou para o hospital devido ao agressor ter dado para a adolescente, em conjunto com uma "irmã" da igreja, um remédio abortivo... A genitora começou a suspeitar após ouvir conversas pelo celular, mas não conseguia acreditar, por ele ser um amigo muito chegado e líder religioso da família. Posterior à revelação a adolescente teve todo suporte familiar, e iniciou os atendimentos necessários. Após confirmação dos genitores, o caso foi levado à delegacia para as providencias cabíveis. A adolescente ao tomar ciência da gravidade de sua violação, pois até a revelação achava uma*

> *expressão de amor, tenteou suicídio, fugiu algumas vezes sem deixar notícias, foi encontrada em outro estado, uma das fugas foi com o agressor... Passado alguns dias a adolescente voltou para casa e continuou os atendimentos... Com o passar dos meses teve algumas recaídas de depressão e descontrole emocional. As últimas informações que colhemos foram que Corajosa estava sendo assistida por um médico psiquiatra, fazendo uso de remédios controlados, e que o agressor permanece impune, solto violando outras crianças... A família e a adolescente permanecem refém da violação sofrida... (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).*

Este caso foi relatado por ser um caso de incesto grave devido à interação afetiva entre vítima e agressor, sendo denominado incesto polimorfo, o qual existe, certa assimetria devido à idealização de uma pessoa ligada à função que ela desempenha no mundo mental da vítima. Quando a adolescente veio para o atendimento já estava com 16 anos, trazendo sequelas gravíssimas. Na trajetória houve muitas recaídas, episódios de culpa, automutilação, raiva e fugas. Neste caso os genitores estiveram presentes e auxiliaram a adolescente nesta construção de novos significados e na reestruturação emocional.

A família nº 15 é composta por quatro irmãs “Serena”, “Vaidosa”, “Digna” e “Bondosa”, a história será relatada a seguir:

> *Serena, dezessete anos, veio para atendimento no CREAS após alguns anos do ocorrido, a interação com a adolescente foi muito difícil devido ao medo e vergonha. O fato aconteceu no Assentamento Joana Darck, Serena e suas irmãs foram abusas pelo padrasto, primeiro aconteceu com Serena depois as irmãs assim que cresciam, entre a pré-adolescência e início da adolescência. Serena relatou para a genitora, mas ela não acreditou e começou a lhe agredir psicologicamente até conseguir expulsa-la de casa, vindo a morar com a avó materna e posteriormente com o tio em Porto Velho. Um episódio marcante, relatado, foi que a adolescente em um dado momento, “possivelmente grávida”, ficou sem menstruar alguns meses, relatou para a mãe do padrasto (“avó”), que diante desta informação fez um remédio (chá), insistiu para que tomasse, e após ingerir passou muito mal e despois menstruou muito (hemorragia)... A equipe acredita que a adolescente ficou grávida (e abortou) e não teve noção do ocorrido... E ainda não teve noção da gravidade, ou do que ocorreu. Ela conta o episódio de forma ingênua... A irmã Vaidosa fez a denúncia e posteriormente, sobre pressão, desmentiu tudo, e rejeitou a irmã Serena pelas denuncias contra o padrasto, as últimas informações que tivemos é que Vaidosa permanece morando com a genitora e o agressor, que permanece solto. Digna e Bondosa residem com o genitor em Jaci Paraná, as adolescentes também denunciaram o padrasto pelos abusos sofrido. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).*

O caso acima nos remete a muitas famílias incestogênicas, que existe a conivência das mães. Isto é “comum” quando são padrastos, instala uma “espécie” de rivalidade por parte da genitora em achar que foi trocada, ali iniciam as agressões

e muitas vezes a expulsão da vítima. Muitas dessas meninas abandonadas pela figura central (mãe) são jogadas para a exploração sexual (prostituição), “presas” fáceis para os agenciadores sexuais. A maioria das famílias incestogênicas apresenta este perfil, genitora omissa, prefere o marido a as filhas, fomentando uma relação doentia e egoísta.

A Fam.07 a criança aqui tratada, “Valente” e sua genitora “Esperança”, traz uma história muito triste de um processo transgeracional de violência sexual. Valente é fruto do abuso sexual pelo genitor de Esperança, ou seja, Valente foi abusada pelo pai/avô. Confira a história:

> *Valente é uma criança de cinco anos, anteriormente vivia com o avô. Foi abusada sexualmente há alguns anos até a revelação... Quando veio para os atendimentos era acompanhada pela genitora Esperança, que denunciou a violência com a filha, porque não queria que ela sofresse igual ela... A mãe só teve afetividade por Valente, e decidiu cuidar/criar após descobrir que a criança era abusada sexualmente pelo avô. Esperança também fora vítima de violência sexual pelo pai (após a morte de sua genitora), da infância até chegar à adolescência, quando engravidou de Valente e fugiu de casa, preferindo as ruas. Valente nasceu ainda na adolescência de Esperança, que por não ter condições de criar a filha, preferiu deixar com o avô/pai. Com a descoberta Esperança por não querer que a filha sofresse mais com as agressões sexuais, requereu a guarda da criança, outrora com o avô... O agressor, estava impune, mesmo tendo abusado da filha Esperança e da filha/neta Valente, até a última abordagem. Atualmente Esperança vive em outro relacionamento tem outros filhos e Valente permanece sob seus cuidados. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).*

Observamos que este caso foi bem significativo e muito complexo para equipe técnica. O abuso da genitora só foi relatado nas últimas abordagens, em que a equipe começou a interpretar o caso, tralharam questões de laços fraternais entre mãe e filha, para superação dos conflitos existente. Para Esperança a convivência com a criança era muito difícil e paradoxal, pois ao olhar para filha e lembrava do estrupo e de todo sofrimento vivido em sua infância e adolescência.

Foram alguns anos de atendimento com a família, Valente durante muito tempo reproduzia o abuso através da estimulação sexual, praticada pelo agressor. A criança por não compreender a gravidade da violação acaba reproduzindo tais práticas. A interversão profissional é extremamente necessária para a construção de novos significados e redução dos danos sofridos.

O caso de “Esplêndida” e “Glória” (Fam.18), demostra uma família desorganizada, monoparental e difusa, com várias pessoas agregadas, membros da

família em decorrência do uso de substancias psicoativa estão com doenças graves, há inúmeros conflitos geracionais, vejamos:

> *As adolescentes, Esplêndida com quatorze anos e Glória com dezesseis, foram abusadas sexualmente pelo o tio, a mais velha Glória é deficiente auditiva, e nesta trajetória ficou grávida e ela nunca revelou quem é o pai da criança, fatos que apontam para o agressor, hoje a criança tem um ano. As adolescentes chegaram ao serviço por suspeita de exploração sexual. Nas primeiras intervenções, com parte da família, podemos perceber a completa desestruturação familiar, a genitora ora negava, ora relatava, à denúncia, apenas verbalizou de forma sutil que seu irmão já havia abusado de sua filha Esplêndida, mas depois confundia os relatos. A genitora tem muita dificuldade de compreensão, e não foi alfabetizada, já sofreu varias violações por companheiros. A família reside de favor na casa do tio/agressor, onde observamos que na casa funciona algum tipo de tráfico de entorpecentes. Conseguimos elencar aproximadamente onze pessoas na residência, fora os tios que não foram citados. De acordo as vítimas o tio relata "que elas estão em sua casa e ele pode fazer o que quiser com ela, pois dependem dele". Esplêndida prefere sair de casa a ser abusada, para ela a rua representa segurança... Nos últimos atendimentos constatamos que Esplêndida esta cumprindo mediada socioeducativa, é ameaçada por traficantes e pelo "namorado" (39 anos). O contato com Glória é extremamente difícil, porque não foi alfabetizada em LIBRAS e não se expressa por gesto, à genitora relata que às vezes entende a filha... O agressor é envolvido com o tráfico de drogas e até o último contato permanecia solto, cometendo os mesmos crimes com adolescentes. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).*

Esta família não compareceu aos atendimentos necessários para as adolescentes, apenas foi nos primeiros agendamentos, e a equipe perdeu o contato. Soubemos por outros profissionais que Esplêndida estava cumprindo medida socioeducativa por cometer algum ato infracional.

Olhemos a história da (Fam.16) que versa parte da vida de "Vitória":

> *A adolescente Vitória, de treze anos, indígena, reside na região periférica de Porto Velho, onde nasceu e cresceu. Desde os nove anos, foi abusada pelo genitor, a mãe não é alfabetizada, catadora de lixo, e dependente de recursos governamentais para sobreviver. Quando vitória tinha apena um ano o pai a chutou contra a parede, não bateu mais na criança porque a genitora chegou, ele nunca manifestou sentimentos afetivos pela filha. A genitora relata que os abusos ocorreram quando a mesma estava trabalhando. O agressor de sessenta anos, já abusou de outras filhas no passado, uma delas ele abusou dos seis até os quatorze anos. A genitora uma senhora pouco instruída, não tem noção da gravidade dessas violações. No último contato tomamos ciência que o agressor estava foragido, e que a prisão já havida sido decretada pela justiça. A família foi apenas em uma intervenção com a equipe técnica, desistiram do tratamento. Visitas domiciliares foram realizadas na tentativa de localizar a família, porém sem êxito. Os técnicos perderam o contato com a família. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).*

Observamos que os povos indígenas em nosso estado não têm sido assistidos pelas politicas públicas setoriais, são esquecidas neste sistema capitalista. Esta família é extremante vulnerável, observamos que a dependência financeira levou esta mãe a assistir praticamente todas suas filhas serem vítimas de seu companheiro. Sabemos que isto não justifica tais ocorrências, nem minimiza a omissão materna, mas podemos mensurar a miserabilidade que há neste processo hostil. A falta de assistência às famílias monoparentais chefiadas por mulheres é significativa. Quando há a saída deste agressor, que também é o principal provedor ou o único, as famílias ficam a mercê dos benefícios governamentais ou doações. As fragilidades destas famílias são gigantescas e confirmam a cada dia não efetivação de direitos sociais em nosso país.

A história da (Fam.17) adolescente intitulada por “Mansa”:

> *A adolescente Mansa aos quinze anos, veio para atendimento após a revelação da violência sexual praticada pelo genitor. A genitora não acredita que o marido tenha feito isto, vê como uma imaginação da adolescente, ela sempre foi muito arredia e raramente acompanha a filha nos atendimentos, que comparecia aos encontros sozinha. Mansa dialogava com as profissionais e sempre dizia que a família estava toda contra ela e que era melhor ter ficado calada... Houve vários conflitos na família, após a revelação. No decorrer dos meses observamos a fragilidade da adolescente em voltar para a casa, onde o agressor morava, relatava que não conseguia vê-lo mais como pai. Após alguns meses a genitora compareceu bastante alterada, apenas para relatar que a adolescente não parava em casa e vivia dormindo fora, ajuizando e depreciando a adolescente... Um dos encontros a adolescente disse que não era aceita em casa e nas ruas era melhor, sem brigas, gritos e julgamentos... Mansa foi adquirindo confiança e relatou que neste ínterim, parou de estudar, chegou a fazer programas sexuais e usou drogas... Nesta situação de vulnerabilidade encontrou um adolescente, um ano mais velho, começaram a namorando e resolveram “morar junto”. Relata que saiu daquela vida pelo namorado, disse que algumas vezes ele já a agrediu, mas prefere ficar com ele a voltar para casa dos genitores. Neste ano soubemos que ela teve um filho com o adolescente, o casal foi residir na casa dos pais de Mansa porque o bebe nasceu com microcefalia e necessita de cuidados especiais... A família voltou a se “relacionar” melhor com a adolescente... O casal permanece junto, ora mora com os genitores do adolescente, ora com os de Mansa. Atualmente a adolescente esta com alguns transtornos psiquiátricos, conforme observação da equipe profissional. O agressor continua impune. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).*

A observação desta família nos relembra o perfil das famílias incestogênicas ditas organizadas, que por um zelo da “perfeição” escondem e perpetuam a violação. E quem ousa revelar, é excluído do núcleo “fraternal”. Fato este obscurecido por toda família, são os pactos de silêncio para a perpetuação do “status” da família perfeita. Traços típicos das famílias rígidas, que não permitem o acesso e intervenções externas. Este lar para Mansa é cheio de Topofobias, as filias

representadas na infância foram destruídas após a violação de seu corpo na adolescência pelo genitor. Este lugar traz medo, vergonha e exclusão, já não existe o espaço para a adolescente usufruir de suas espacialidades.

As irmãs “Dama” e “Terna”:

> *Dama com quatorze anos e Terna com quinze anos, afrodescendentes, residem em uma invasão na região periférica da capital. Ambas foram abusadas sexualmente pelo genitor na adolescência, este permanece impune. A genitora também sofre violência constantemente, mas prefere não se manifestar sobre o ocorrido com as filhas, diz que pode ser boato, depois relada que pode ser verdade... Devido às inúmeras negligências na família, as adolescentes foram acolhidas em abrigos, algumas vezes, mas fugiam e retornavam ao lar. Com o passar dos meses a família não compareceu aos agendamentos da equipe, mas em contato com a genitora, disse que as adolescentes recusam qualquer tipo de atendimento ou intervenção. Posteriormente soubemos que Terna foi conduzida, por todos esses conflitos, a exploração sexual e não se vê como vítima, apenas escolhas... Junto à equipe, obtivemos informações que as adolescentes atualmente estão vivendo maritalmente com homens mais velhos envolvidos com crimes e tráfico de drogas. Na tentativa de aproximar das adolescentes a equipe, em visita domiciliar, acabou encontrando o agressor, que com altivez proferiu inúmeras depreciações contra as filhas, tendo a equipe que se retirar do local com muita cautela. Tomamos ciência que este agressor trabalha em escola pública e já teve outros “relatos” de possíveis vítimas... (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).*

O caso supracitado aponta para uma família que se acovardou diante da revelação, sendo a própria genitora a denunciante. A família permanece em total vulnerabilidade, as adolescentes não se percebem mais como vítimas, acham que é um fato e que todos, algum dia podem sofrem. No contato com Terna, esta expressou muita raiva dos genitores e na tentativa de minimizar a culpa da genitora dizia que o genitor não morava mais na residência. Fato este negado pela equipe que sempre o encontrava nas visitas ao domicílio.

As primas “Amada” e “Destemida”, vítimas do mesmo agressor, casos na família de incesto transgeracional:

> *Amada de oito anos e Destemida de onze anos, são primas, residem em casas diferentes, vítimas do avô materno. A primeira abordagem da equipe foi com “Amada” que vive com os pais adotivos. Esta família veio em poucos atendimentos e solicitou arquivamento. As profissionais fizeram várias orientações e explicaram a necessidade das intervenções, porém não aderiram. A família de Destemida seguiu com as intervenções psicossociais. A genitora relatou para as técnicas, que as crianças estavam sendo abusadas há aproximadamente três anos, e que após a revelação do incesto foram descobertas outras vítimas na família, violadas também na infância, hoje mulheres casadas e com filhos. Observamos que era um segredo, que a família não queria revelar... Por*

> *isto inúmeros conflitos transgeracionais e recusa de intervenções... A avó prefere não acreditar nas violações e rompeu os laços afetivos com as famílias das crianças, e continua morando com o agressor. No decorrer dos encontros tivemos conhecimentos que Destemida estava, com muitos problemas na escola, várias faltas, envolvimento sexual com adolescentes distintos, relacionamentos instáveis... A equipe técnica tentou conscientizar a mãe sobre a importância de frequentar periodicamente os atendimentos, e um possível encaminhamento ao CAPS'i devido a gravidade da situação, porém achou desnecessário. Depois de vários meses ausentes a família voltou a procurar orientação dos profissionais, relatando que a adolescente esta com gravidez de risco, fruto de uma "relação" irresponsável com um adolescente... Na ocasião à genitora estava bastante descontrolada e agrediu verbalmente a equipe, e não aceitava as orientações profissionais. Observamos que a genitora sente culpa por todo o ocorrido e ao mesmo tempo não protege a pré-adolescente, deixando-a exposta a vários riscos... Recentemente obtivemos informações que a adolescente teve um aborto espontâneo, isto aos recém-completados doze anos. Agressor permanece solto (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).*

As pré-adolescentes, quando aprofundamos na historia observamos que ambas estavam completamente vulneráveis ao agressor, ambas ficavam sozinhas em casa, por muitas horas, ocasião oportuna para os abusos. Quantos as meninas observamos que o agressor criou uma dependência sexual por isto a necessidade de intervenção do CAPS, pois se houvesse necessidade iniciariam atendimento psiquiátrico e processo medicamentoso. Ambas mutilam seus corpos os tornando objetos de prazer sexual, foram despertadas sexualmente ainda na tenra idade e não sabem lidar com isto. Em algumas falas da genitora de Destemida observamos que ela atribui que a culpa é da filha. Esta família paradoxal sabia do histórico do agressor, mas fechavam os olhos para a violação das filhas.

Representações da Família 19, a história de "Iluminada":

> *A história de Iluminada, com dez anos, chegou ao CREAS para atendimento, pois fora vítima de seu avô paterno e há suspeitas do pai. Aos quatro anos, após o suicídio da genitora (que estava grávida) Iluminada foi morar com a tia paterna, que a criou até os oito anos, quando o genitor decidiu pegar a criança. Na companhia do pai e avó paterno, Iluminada foi exposta a vários tipos de violência, a criança não tinha contado com os demais familiares. Com a vinda da avó paterna para Porto Velho, ela conseguiu ver a criança, que estava sozinha e trancada na residência do pai. Devido à situação de total negligência a avó resolveu levar a criança, na ocasião o genitor estava com tuberculose e não tratava. Quando a avó pegou Iluminada ela estava desnutrida, com várias feridas pelo corpo e anêmica. A revelação do abuso só aconteceu após a descoberta de uma DST quando a avó levou a criança ao pediatra, posteriormente a levou ao Conselho Tutelar, relatou as negligencias e solicitou a guarda. Com o passar dos encontros, estes sistemáticos, Iluminada retornou ao convívio social saudável, os traumas foram amenizados, e ela tem sido cuidada em todos os sentidos pela avó e seu companheiro. Os agressores estão soltos, mas a cuidadora não permite a aproximação com a criança, apenas dois encontros, ocasionais, que deixou a criança extremamente fragilizada.*

> *Observamos que com o passar dos meses em atendimento Iluminada apresentou melhoras significativos, sendo o caso encerrado com êxito pela equipe profissional. (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).*

A história de Iluminada representa à superação a violação, a reconstrução do espaço e a construção de um novo lugar. Este um lugar de filias, de proteção e segurança. A proteção da avó contribuiu para que a criança pudesse retornar ao convívio normal em sociedade e reestabelece os sentimentos topofílicos quando a aconchego pelo lugar habitado, e pelo espaço recriado.

Relatos da “Maravilhosa” criança a procura de um lugar topofílico:

> *Maravilhosa é uma criança de apenas seis anos, extremamente carente de afetos, o qual foi abusada pelo marido de sua avó (seu avô por afetividade). A criança é criada pela avó desde os primeiros anos de vida, pois a princípio parecia o lugar mais apropriado. A equipe teve conhecimento que há denuncias contra a genitora de Maravilhosa, por submeter os filhos ao trabalho infantil. A revelação veio quando a avó flagrou o crime sexual e denunciou. Nas primeiras abordagens, em alguns momentos a avó “acreditava” em outros acha invenção, sendo que a mesma fez a denuncia. A avó também sofre inúmeras violências, e vive amedrontada, mas não consegue deixar o companheiro, relata que o perdoou e que o ama... A equipe tentou intensificar os atendimentos devido à gravidade da situação, mas não obteve êxito. A família reside na zona rural, facilitando assim a ação do agressor, a avó relatou também que seu companheiro tem contato com várias adolescentes e crianças que ele dá dinheiro para elas em troca de carícias sexuais, diz que ele só faz isto na ausência dela e que não concorda, até com animais ela já o flagrou... No decorrer dos anos idas e vindas, observou-se o agravamento do caso, em um dos encontros a equipe optou por acionar, novamente, os órgãos de proteção após a criança verbalizar nova e continuas violações sexuais. Posterior à nova denuncia pela equipe a criança foi abrigada institucionalmente, o “avô” esta foragido e levou a companheira. A última notícia que tivemos foi que a criança permanece acolhida sem previsão de saída devido à fragilidade de toda família extensiva. (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).*

A criança acima demostra a total ausência familiar, principalmente dos cuidados básico da infância. Ela é uma criança criada sem atos afetuosos e saudáveis, a única forma de afeição pode ser as caricias sexuais, que a tornam dependente, podendo reproduzir tais atos. A avó/cuidadora é apática a toda situação, é também vítima do mesmo agressor, não consegue se libertar do amor doente pelo agressor. Maravilhosa apesar de toda situação de omissão e negligência sempre tem um belo sorriso no rosto e necessita muito de atenção, uma criança carente de afetos, tolhida de ser criança. Maravilhosa prefere qualquer lugar, mesmo o sítio da família, lugar onde representa medo, angústia e sofrimento, um local topofóbico cheio de sentimentos ruins não ligados ao sentido real do Lar.

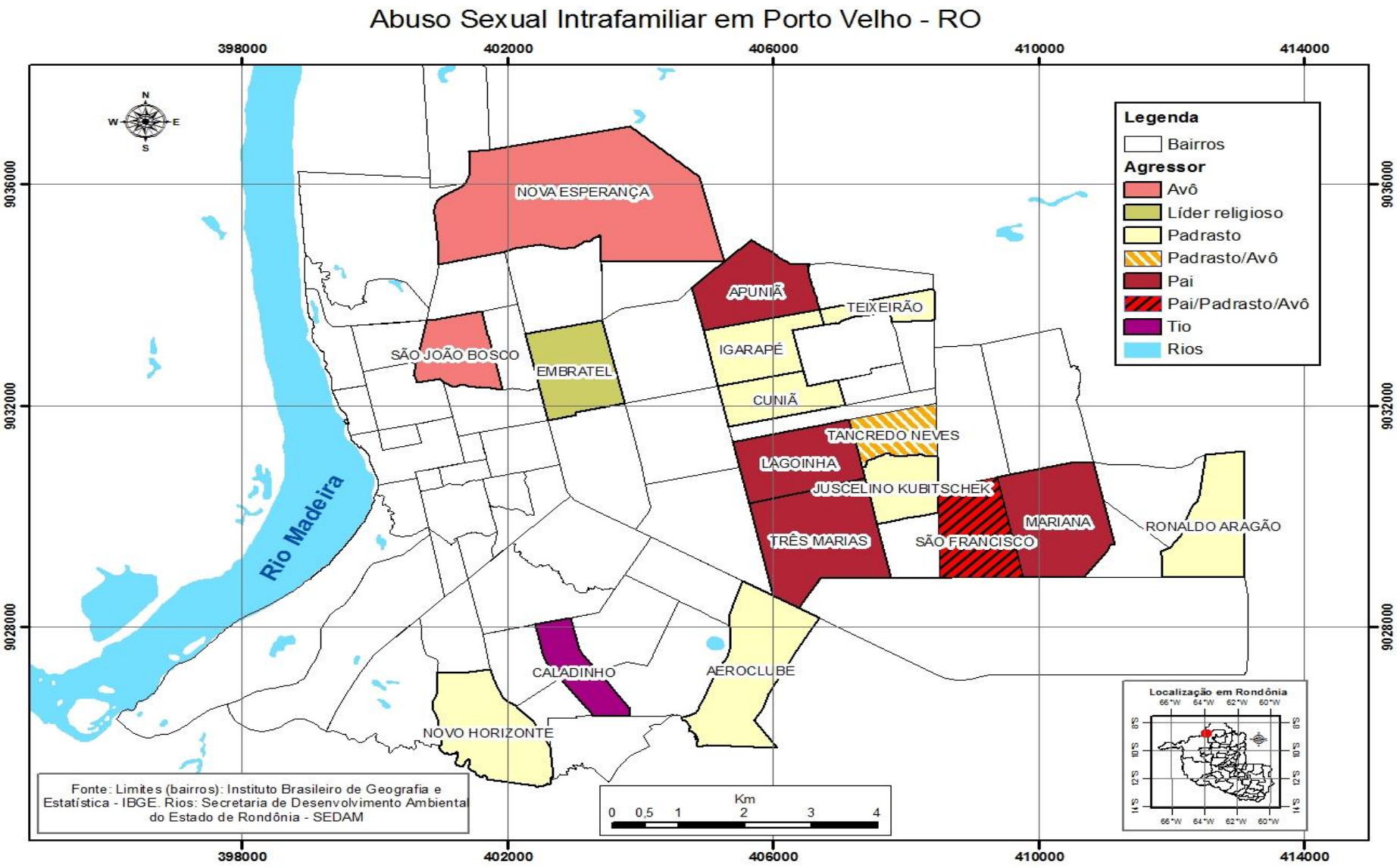
Os casos aqui relatados são histórias reais vivenciadas por estas meninas, que foram vítimas de quem deveria protegê-las, e no lugar onde representaria aconchego. Para estas vítimas o lar, lugar habitado, representa dor, medo, angústia, cárcere. Para as adolescentes o lugar de acolhimento acaba sendo a Rua, com espaços diversos criados e recriados. O não lugar é o cotidiano dessas meninas vítimas, conforme esclarece Tuan, um lugar topofóbico, com representações ruins e traumáticas.

Nestas observações participativas podemos em muitos momentos sentir a angústia dessas vítimas e ver a vontade delas de sair desse espaço criado, encarcerado e potencializado por estas famílias. Onde impera a lei do silêncio, em que outras violações perpassam o cotidiano das casas, sendo a sexual apenas mais uma dentre tantas omissões e negligências. Não conseguimos visualizar o sentimento de pertencimento quanto ao espaço e lugar, elas se sentem excluídas neste local violativo e topofóbico.

As dez famílias relatadas, apresentam comportamentos similares com características entre agressor, genitora e vítimas. O agressor é apontado como o principal ou único provedor financeiro, autoritário e violento; as genitoras vistas como omissas, apáticas e passivas (vítimas de inúmeras violações) e as vítimas são oprimidas, tristes, emocionalmente instáveis, e há uma banalização do corpo quando adolescente. Notamos que quando a vítima é criança a recuperação é mais rápido e os resultados são visíveis, já quando são adolescentes, geralmente casos mais graves e por já terem noção do que sofreu os resultados são lentos e não tão visíveis devido ao tempo (anos) de violação. Como dissemos anteriormente a maioria destas meninas foram vítimas ainda na infância e só tomam ciência na adolescência ou na vida adulta.

A segui visualizaremos um mapa que foi elaborado, para a melhor visualização dos bairros, correlacionado com os agressores, em que acontecem os casos de famílias incestogênica, conforme o quadro 18, das vintes famílias selecionadas. Destaca-se que no mapa a (Fam.08), o distrito de Triunfo foi representado pelo Bairro Teixeirão, local onde a vítima estava acolhida por familiares. A (Fam. 13), do Porto Cristo, uma invasão do Bairro São Francisco e Joana Darck e Jaci Paraná representado pelo Bairro Cuniã, atual residente de um das vítimas (Fam.15).

Figura 05: Mapa do Incesto por Bairros - Porto Velho



Fonte: WATANABE, Michel (2015). Org. Lyra. (2015)

No mapa observamos que não existe um Bairro específico das violações, mas sabe-se que perpetua nas residências. Nota-se uma concentração de casos na Zona Leste, tida nesta capital como a mais vulnerável e periférica.

3.6.1 Aplicando a Resiliência

A resiliência é a capacidade inata para fazer as coisas corretamente e transformar comportamentos. Portanto, poderíamos dizer que todos somos resilientes, pois há condições e fatores que transformam circunstâncias de pressão, hostilidade e se tornam em um aspecto que nos faz seguir adiante.

A palavra tem origem no latim, *Resílio* significa retomar a um estado anterior, na física, é a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causando uma deformação elástica.

Para a superação de algo tal traumático como a violência sexual, alguns mecanismos devem ser potencializados na vítima para a reconstrução de novos significados e para redução dos danos sofridos. A resiliência é um mecanismo utilizado por muitos profissionais para desenvolver nestas vítimas formas de superação ao trauma.

A resiliência é uma qualidade que pode ser desenvolvida ao longo da vida desde a infância, em que os sentimentos de tristeza, raiva, coragem, segurança, criatividade, iniciativa, tratados e trabalhados, tornam a autoconfiança mais fortalecida e um ser humano mais competente em sua própria existência.

O autor Antônio Augusto (2001) comenta um caso de duas irmãs (oito e dez anos) vítimas da violência sexual praticada pelos tios, que foram avaliadas e acompanhadas socialmente e psicologicamente por um período de dois anos visando à promoção de comportamentos resilientes. Os dados revelam que o estudo sobre a resiliência se mostra relevante para identificar os processos pelos quais podem se delinear as intervenções e a prevenção ao fenômeno de vitimização infantil.

A questão do abuso sexual intrafamiliar como exemplo de aplicação do conceito de resiliência. Essa violência talvez seja a mais polêmica na aplicação desse conceito, pois, se um dos tópicos centrais seria o estabelecimento de uma relação de confiança com um adulto de referência.

A princípio, parece então que nos deparamos com um paradoxo: como uma criança pode desenvolver resiliência se um adulto que deveria ocupar um lugar de referência é aquele que viola a própria lei e, acima de tudo, a confiança que lhe foi depositada? O fato de ela ser acreditada e não desmentida é o primeiro grande passo para a elaboração do que se deu, além, é claro, do fator proteção que aí se reflete. O adulto suporte pode ser uma pessoa próxima da criança, mas também um profissional em quem ela possa confiar. Sendo possível romper com a idéia de um ciclo sem saída, uma vez que vínculos protetivos podem ser estabelecidos e reforçados, de modo a fornecer o suporte necessário à criança.

Consoante ANTUNES (2003) a resiliência nos permite superar grandes perdas ou frustrações fortalecendo nosso mecanismo de defesa emocional:

> ...os riscos persistentes da violência o abuso sexual, perda de amigo, da carência no vestir e no morar, da segregação e desrespeito, do desemprego e de inúmeras doenças, mas a despeito disso tudo, não apenas sobrevivem, mas ainda conseguem se organizar, construir momentos autênticos de alegria e fazer para seu horizonte de vida projetos e planos. A criança humana que, entre todos os mamíferos, é o mais frágil ao nascer, quando nasce na indigência, reúne parcas condições de sobrevivência e vê-se cercada de agressões de toda natureza. Mesmo assim muitas sobrevivem e, mais tarde, inventam formas de se organizarem enfrentando e superando terríveis perturbações sociais. É a resiliência que determina o grau e os esquemas de defesa que são desenvolvidos; fortalece os sistemas de resistência; cria barreiras à vulnerabilidade às inúmeras e persistentes pressões.

Acredita que fatores da resiliência podem estar presentes ou serem desenvolvidos antes, durante e após um abuso sexual. Com o empoderamento de nossas crianças e adolescente, através deste mecanismo, podemos minimizar as sequelas da violação. Acredita-se que a resiliência permite-nos desenvolver em nossas vítimas o protagonismo, pois elas precisam se reconhecer como a principal autora de suas vidas e histórias.

Finalizamos este terceiro capítulo que pautou o fenômeno do incesto, seus significados e representações no cotidiano das meninas vítimas em seu próprio lar. Trouxemos os resultados encontrados na trajetória enquanto pesquisadora e apaixonada pelo tema. Destacamos que este capítulo elucidou a dinâmica do incesto, como se constituem no espaço/lugar essas relações de gênero e poder na região urbana de Porto Velho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

1 CONSIDERAÇÕES

O sofrimento faz muitas vezes desabrochar faculdades de ação que, sem ele, teriam permanecido adormecidas e passivas, assim como a tempestade faz surgir o arco-íris, e a calamidade e a guerra faz surgir o herói.

Consideramos que até aqui cumprimos uma pequena etapa, neste grande universo que é dar visibilidade aos casos de incesto em nossa cidade. Sabemos que o processo não é fácil, mas necessitamos de pessoas que abracem a causa, e desejem descrever, dar expressão a este fenômeno que perpassa por gerações e invade a vida de muitas crianças e adolescente, que muitas vezes estão ao nosso lado e não queremos enxergá-las.

São gritos, choros, sons desagradáveis, móveis caindo, ocorrências como essa são angustiantes, principalmente se vindas da casa do vizinho ou até mesmo da nossa casa. Não sabemos como agir e o silêncio parece a melhor saída, afinal a maioria pensa, por envolver num terreno tão perigoso e conflitante com certeza custara muito caro.

A violência custa muito caro, alguns pagam com dinheiro, outros com trabalho, alguns com o silêncio e muitos com a vida. São rumores que ouvimos todos os dias e não fazemos nada. São crianças e adolescentes com sonhos destruídos, futuros incertos, sendo vitimadas pela violação de seus corpos, de suas vidas! O grito é ensurdecedor temos que agir e denunciar, são governantes, profissionais, vizinhos, maridos, pais e até mesmo mães.

A violência não tem forma ou regras pré-estabelecidas ela atinge todas as classes sociais, não tem cor nem idade, mas tem gênero, infelizmente estatísticas

confirmam que é o feminino, visto com menor ou inferior, em uma relação assimétrica de poder.

A geografia nos permitiu conhecer o espaço e lugar onde ocorre a violência sexual nesta região do país e nos consentiu compreender as topofobias provocadas pela família incestogênica. Tema, este, ainda tratado como tabu em muitas áreas do conhecimento, a geografia das sexualidades nos permitiu dialogar com o fenômeno e descrevê-lo com suavidade.

A dissertação tentou compreender e esclarece as questões: Como o espaço/lugar compõem o fenômeno da violência sexual intrafamiliar em Porto Velho-RO? Quais são os elementos de poder que envolvem a violência sexual intrafamiliar? Como as relações de gênero estabelecem as dinâmicas das famílias incestogênicas? Como se constituem os lugares/espaços das famílias que desenvolvem relações incestuosas?

Tais questionamentos percorreram toda a trajetória da pesquisa, alguns foram respondidos, outros não conseguimos pela dimensão e singularidade do fenômeno. Observamos que o fenômeno se apresenta com características semelhantes quando aos agressores, que em sua maioria são padrastos; as mães se apresentam passivas e apáticas; e as vítimas não agregam sentimentos saudáveis quanto ao lugar habitado (lar), suas espacialidades são tolhidas quando este agressor permanece na casa, e muitas escolhem a Rua como fuga para evitar o sofrimento.

Notamos na pesquisa que esta violação é uma questão de gênero a ser enfrentada, gerando e estabelecendo relações de poder assimétrico, julgando o agressor ser dono da vítima, tratando-a como objeto de prazer.

Um ponto importantíssimo, levando foi a questão de renda, confirmamos que a família incestogênica permanece “unida”, devido a dependência financeira que as genitoras tem dos agressores, que usam este argumento como moeda de troca.

Notoriamente as genitoras apáticas permitem esta perversidade, ou não querem enxergar, para a continuidade da família. Estas mulheres sempre acham que o agressor vai mudar e não irá tocar mais na filha, outras estabelecem um relação de disputa, preferindo expulsar a vítima de casa. Notamos também que estas mulheres são vítimas e não se sentem autônomas ou empoderadas para sair desta situação, sendo um processo transgeracional de violência doméstica.

Identificamos que muitas famílias não se preocupam e não seguem os atendimentos necessários, a não ser por intimação judicial. O resultado dessas ações pode ser desastroso, pois a vítima pode internalizar o abuso sexual incestogênico como algo normal e uma forma de carinho, podendo futuramente passar do papel de vítima para agressor.

Destacamos que muitas famílias desistem sem terminar o tratamento, muitas por já terem passado vários anos da violação, outras por não terem dinheiro para o transporte, e muitas pela vergonha em lembrar tal violação. Ficando apenas na história como dados numéricos, sem a efetiva intervenção profissional, extremamente necessária às vítimas.

Os dados apontados revelam que há muito a pesquisar. As notificações e denúncias ainda são poucas, comparadas à dimensão que estimamos da violência sexual infantil-juvenil, em nossa Capital, “tida em alguns lares como normal” e perpetuada por gerações.

Através da pesquisa cientifica podemos evidenciar esta violação e chamar a atenção para o fenômeno, e tirarmos essas meninas do anonimato, auxiliá-las na construção de um universo melhor, para desfrutar de uma vida saudável não violativa.

A sistematização e publicização desses dados, respeitando o sigilo das vítimas (o anonimato), são necessárias para criação de banco de dados e captação de recursos públicos para o trabalho com essas meninas. O trabalho com essas famílias é muito complexo e a longo prazo, as vítimas e suas famílias devem ter um atendimento especializado, um acompanhamento sistemático para auxiliar na reestruturação individual, familiar e social.

Vemos que a prevenção é a forma mais sábia de construir uma sociedade justa e democrática. Com o compromisso ético profissional podemos assegurar que nossas meninas tenham condições dignas de vida e liberdade. Uma sociedade que investe na família esta depositando uma quantia inestimável na estrutura de seu país, estrutura sólida e coesa que traz a sustentabilidade tão desejada por mulheres e homens.

O país, em conjunto com os estados e municípios precisam investir de forma qualitativa nestas vítimas, e assegurar direitos (à vida, à saúde, à segurança, à dignidade), proporcionar qualidade de vida e efetivar a cidadania. Estamos em uma sociedade dilacerada pela violência sexual, que infelizmente não está longe de nós,

mas muitas vezes dentro de nossas casas. Com a prevenção, podemos reduzir gastos exorbitantes com políticas imediatistas que visam apenas o imediatismo, não o tratamento e prevenção.

Ninguém pode mudar o passado, não dá para retroceder no tempo e apagar os acontecimentos desagradáveis que nos marcaram negativamente, mas uma coisa pode-se fazer: decidir lutar, decidir vencer, decidir buscar o socorro necessário.

1.2 RECOMENDAÇÕES

Como se trata de um pequeno recorte onde utilizamos referências teóricas e de observação a campo de forma participativa, a pesquisa apresenta apelos de continuidade. Conforme o autor Pedro Demo (2000) nos afirma “Ninguém tem o que ensinar quando não pesquisa”. Então pesquisemos sobre o assunto para tentar desvendar os olhos enrijecidos de nossa sociedade.

A pesquisa é intensa e contínua, não permanece estática ou acabada. Sem ela é impossível investir e aprimorar em políticas públicas, como a educação que é a base para prevenção destes atos violentos. Há muito a ser pesquisado nesta área da violência sexual infantil-juvenil que é vasta.

O Brasil precisa investir em pesquisa em todas as áreas, parar de buscar materiais prontos ou colhidos em outros países com realidades divergentes, buscar novos caminhos para intervenção e criar políticas públicas que valorizem a família em suas singularidades e que consigam estimular o indivíduo a reavaliar e reconstruir sua vida com bases sólidas, fundadas em princípios e valores éticos.

Também é necessária a implantação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que é responsável pelos atendimentos especializados em que os vínculos familiares foram rompidos e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que atuam na prevenção, ficando em áreas de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação de serviços e programas sociais de proteção básica às famílias.

Temos que enxergar a família em um movimento que organiza e reorganiza dentro do universo social. A família mudou seu papel social e é dentro dessa “modernidade” e peculiaridade que devemos pesquisar conhecendo sua realidade e respeitando suas singularidades.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na America Latina: desafios para politicas publicas / Miriam Abramovay et alii. - Brasília: UNESCO, BID, 2000.

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, Mitos e Realidades. Rio de Janeiro: 3ªed., Petrópolis, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2015.

ALENCAR, Gracimar Moreira de; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Assentamento Rural Nazaré e Boa Vitória: um olhar na perspectiva de gênero. Relatório Final. UNIR-GEPGÊNERO, 2011.

ALMEIDA, Adriano Brunatto de. Abordagem Fenomenológica Transcendental e Existencial na Geografia: as bases para o entendimento do espaço vivido. Revista Geografar (www.ser.ufpr.br/geografar) Curitiba, v.6, n.2, p.43-57, dez. 2011, ISSN: 1981-089X.

ALVES, Natália Cristina. Geografia e gênero: relatos de mulheres residentes em áreas de exclusão social. Presidente Prudente. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, v. 2, p. 147-162, jul/dez, 2009.

AMATUZZI, Mauro Martins. Apontamentos acerca da pesquisa Fenomenológica. Estudos de Psicologia (Campinas),13(1),5-10.1996.

ANTUNES, Celso. Resiliência: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Traduzido por Dora Flaksman. Rio de Janeiro. 2º ed. Editora LTC: 2006.

AZAMBUJA, Maria Regina, FERREIRA, Maria Helena Mariante, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência Doméstica na Infância e na Adolescência. São Paulo: Robe, 1995.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Infância e violência fatal em família. São Paulo: Iglu,1998.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

AZEVEDO, M.A, GUERRA,Viviane (Orgs), Infância e Violência Doméstica fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez,2009.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência Doméstica contra a Criança e Adolescentes. A Ponta do Iceberg. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>. Acesso em: 15 setembro 2014.

AUDI, Robert. Dicionário de Filosofia de Cambridge. (Tradução por João Paixão Netto; Edwino Aloysius Royer et al.). Ed.2ª.São Paulo: Paulus, 2011.

BALLONE Geraldo José; ORTOLANI I.V. Violência Doméstica. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br2005>. Acessado em: 28 de março de 2012.

BELL, David. O que foi terá sido: A Geografia a partir do queer. In: SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. da. Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 2008.

BRASIL. DISQUE 100. Disponível em <http://www.mds.gov.br/.../violência-sexual-e-crime-disque-100>.Acesso em: 08 de maio de 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança do Adolescente. Secretaria especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

BRASIL. IBGE. Estatísticas de Gênero: Uma Análise dos Resultados Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro. 2014.

BRASIL. Lei 12.015/2009. Dispõe dos Crimes contra a Liberdade Sexual. Código Penal, Constituição Federal e Legislação complementar. São Paulo. Saraiva 2012.

BRASIL. Guia de Orientação nº 1, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 2010.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, 2009.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. CONANDA. 2013.

BRASIL, Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e comunitária. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 26 fevereiro de 2014.

BRAUN, Suzana. A violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: Age, 2002.

BONDI, Liz. Progress in geography and gender: feminism and difference, Progress in Human Geography, 14(3), p. 428-436.1990.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALIÓ, Sonia Alves. Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista a geografia urbana. (Tese de Doutorado) .Universidade de São Paulo: 1991.

CAMPOS. MAYÃ POLÓ DE. Espaço e Violência Sexual no Município de Ponta Grossa, Paraná, no Ano de 2012. In: II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades: Interseccionalidade, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial. Porto Velho, UNIR, 2014. ANAIS. ISSN 2358-2677. p.420-447 Porto Velho. 2014.

CANTANHEDE, Antônio. Achegas para a história de Porto Velho. Escola Técnica. Manaus: 1970.

CANTERA, Leonor. M, Casais e violência: um enfoque além do gênero. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). A Família Contemporânea em Debate. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CARTER, Betty; McGOLDRIK, Mônica. As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana. São Paulo: Matins Fontes, 2005.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: O Poder Da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 5(1): 69-238, 2001.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, Josué. Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço. 11ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

CECRIA, Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial e de Crianças e Adolescentes,1998.

CEDAW. Direitos Humanos. Relatório Nacional Brasileiro. Brasília. 2002. Disponível em: <http://www.mndh.org.br/index.php>. Acesso em: 30 março de 2015.

CERQUEIRA, DANIEL e COELHO, Danilo de Santa Cruz. Nota Técnica - Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília: IPEA-Nº11, 2014.

CLAVAL, Paul. Epistemologia da Geografia. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

COHEN, Cláudio. O Incesto. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA,Viviane (Orgs), Infância e Violência Doméstica fronteiras do conhecimento ,Cortez,2009, p.233-238.

CORNWALL, Andrea e JOLLY, Susie (Org.). Questões de Sexualidade: Ensaios Transculturais. Trad. Jones de Freitas. ABIA, 2008.

CORRÊA, Rúbian Coutinho. (Org.). O enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher: uma construção coletiva. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, 2011.

COSTA, Benhur Pinós da; CAETANO, Geani Nene. Geografia, sexualidades e reconhecimento sociocultural em âmbito educacional: a inserção das demandas sociais da ONG Igualdade/Santa Maria na escola Marieta D'Ambrósio. Revista Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n.1, jan./abr. 2012, ISSN 22364994.

COSTA, Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. In: Revista Brasileira de Estudos de População, 17(1/2):1-18, jan./dez, 2000.

CREAS/PAEFI. Relatório Anual do Serviço de Enfrentamento da Violência Sexual 2009-2011. Porto Velho/RO, 2011. Relatório.

CREAS/PAEFI. Relatório Anual do Serviço de Enfrentamento da Violência Sexual de 2013. Porto Velho/RO, 2013. Relatório.

CREAS/PAEFI. Planilha de Casos em Atendimento 2014. Porto Velho/RO, 2014. Relatório.

CURI, Juliana Araújo Simão; BARTASSON, Vilma Aparecida Moreira. Os Direitos Humanos da Mulher no Âmbito Internacional. Disponível em: <200.233.146.122:81/revistadigital/índex.php/communitas/.../283>. Acesso em: 20 de Junho de 2012.

DAMIÁN, Angélica Lucía. La Participacion Feminista en la Produccion de un Espacio Libre de Violencia para las Mujeres el Caso del Estado de Mexico. In: II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades: Interseccionalidade, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial. Porto Velho,UNIR, 2014. ANAIS. ISSN 2358-2677.p.921-938.

DARDEL, Eric. L'Homme et la Terre - Nature de la Réalité Géographique. Paris, Ed. CTHS, 1990.

DARDEL, Eric. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAY, V.P, TELLES, L.E.B; ZORATTO, P.H, AZANBUJA, M.R.F; MACHADO, D.A, SILVEIRA, M.B. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Rev Psiquiatr. Rio Gd Sul. 2003.

DOMOSH, Mona. Towards a feminist historiography of geography Transactions of the Institute of British Geography, 16(1) p. 95-104.1991.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. Abuso Sexual em Família: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Editora Thesaurus. 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Silveira. A violência contra crianças e adolescentes- EDUCAÇÃO PARA TODOS, coleção- Brasília, 2008 2ª Edição.

FALEIROS, Vicente de Paula. Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. CRECRIA. Disponível em: <http://www.cecria.org.br/pub/pub.htm>. Acesso em: 02 setembro 2014.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Ferrovia do Diabo. Ed. Melhoramentos: São Paulo, 1951.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Pioneira, 1993.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual de criança. Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre; Artes Médicas, 1993.

GALIETA, I. C. Resiliência, o Verdadeiro Significado. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicador/conteudo/foto/2082004Isabel%20Camilo%20 Galieta.PDF>. Acesso em: 28 setembro 2013.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, H. S. Infância e violência no Brasil. Paulo de Frontim, RJ:FAPERJ

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HOLZER, Werther. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.) Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.103-122.

HUGO, Vitor. 50 anos do Território Federal do Guaporé 1943-1993 - Ed. SER. 1996.

HUSSERL, Edmund. A Idéia da Fenomenologia. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

JUNG, Flávia Hermann. Abuso Sexual na Infância: uma Leitura Fenomenológica-Existencial através do Psicodiagnóstico Rorschach. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Psicologia. Goiana. 2006.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org). Família brasileira, a base de tudo. 6 ed. São Paulo: Cortez, Brasília/DF, UNICEF, 2004.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura, São Paulo: Martin Claret, 2009.

KAPLAN, Harold; SADOCK, Benjamin. Condições não atribuíveis a um transtorno mental. In: Compêndio de Psiquiatria. 6a ed. p. 577-587. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KOSHIMA, K; XAVIER, S; AMORIM, S. M. F. Atendimento Psicossocial no Serviço Sentinela. CREAS-BA. Disponível em: <http://www.cedeca.org.br>. Acesso em: 22 setembro 2013.

KUHN, Claudete; BRUMES, Karla Rosário. METODOLOGIAS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA: Investigação a Juventude Rural. Associação dos Geógrafos Brasileiros. UFRGS. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.1: 97-116, jan., 2015.

LAGARDE, Marcela. De la igualdad formal a la diversidad. Una perspectiva étnico Latinoamericana, en: Ciudadanía e inmigración. Anales de la cátedra Francisco Suárez. Universidad de Granada. Granada. No 37-2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima (Org.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Brasília, CECRIA, 2002.

LENCIONE, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 1999.

LEVISKY, David Léo (Org). Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

LIBÓRIO, Maria Coimbra. Desvendando Vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual. São Paulo: USP- Instituto de psicologia, 2003.

LIBÓRIO, Maria Coimbra e SOUSA, Sônia M. Gomes. A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões Teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais- Casa do Psicólogo. Editora da UCG. 2ª edição 2007.

LUS, Cássio Alves. RELATÓRIO DE VIGILÂNCIA SOCIAL 2007-2011. CREAS/PAEFI (Projeto Acolher). Porto Velho. 2011.

LYRA, Ana Paula de Aquino Pereira. Diário de Campo. Porto Velho, 2014.

MACIEL. Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 71ano XXIII: Cortez, 2002.

MARROCOS, Alcedo Sobral da Silva. Uma História da Estrada de Ferro Madeira Mamoré; in: Compêndio de História de Rondônia: FUNCE,.1993.

MCDOWELL, Linda; MASSEY, Doreen. Space, place and gender relations: Part II. Identity, difference, feminist geometries and geographies, Progress in Human Geography, 17(3), pp. 305-318. 1993.

MELO, Monica. de; TELES, Maria Amélia de Almeida. O que é violência contra mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003, (Coleção primeiros passos; 314).

MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para a História de Rondônia Vol.1 - PMPV - 1980 & Vol.2 - Rondônia: 1990.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Violência e Saúde: Temas em saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. 2005. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/a03cv10n1.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. Trabalhando com Famílias Pobres. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Temas de geografia feminista, Documents d'Anàlisi Geogràfica",14, p. 31-50.1989.

MONTEIRO L.; ABREU, V. I.; PHEBO, L. B. Abuso Sexual: Mitos e Realidade. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados.1997.

MORGADO, Rosana. Abuso Sexual Incestuoso: seu enfrentamento pela Mulher/Mãe. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC. São Paulo, 2001.

NABOZNY, Almir. Artigo: Espaço Urbano: do Acesso Pelos Direitos Formais à Coerção Velada a participação Política Feminina. Revista (R. RA´E GA, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 2007. Editora UFPR).

NABOZNY, Almir. A complexidade espacial da Exploração Sexual Comercial Infanto-juvenil Feminina: entre táticas e estratégias de (in) visibilidade. UEPG. Ponta Grossa. 2008.

NABOZNY, Almir. Abordagens Culturais na Geografia Brasileira: uma compreensão. Porto Alegre. UFRS. 2014.

NANJARI, Cecília Castilho. Gênero como categoria de análise para desvendar a violência contra as mulheres: um desafio para educação teológica. Revista Caminhando, v.14, nº 2. P. 141-151, jul/dez. 2009.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. O Espaço Ribeirinho. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva, Parteiras Ribeirinhas Saúde da Mulher e o Saber Local. Porto Velho. 2004.

ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa Paraná. In: Revista de História Regional, 2007, vol. 12, n° 1, p. 175-195.

ORNAT, Marcio José. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia a feminista. UFRJ. Terr@Plural. Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2008.

PASSETTI, Edson. (Org.). Violentados: crianças, adolescentes e justiça. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PELZER, Dave. Uma Criança no Inferno quando a violência está onde não deveria. Rio de Janeiro: Prestigio, 1995.

PEREIRA, Ana Paula de Aquino; MENEZES, Elisângela Ferreira de; ALENCAR, Gracimar Moreira de. Cidadania à Beira do Rio: novos caminhos construídos para mulheres rurais em Rondônia. UNIR-GEPGÊNERO. 2012.

PETRINI, João Carlos. Políticas sociais dirigidas à família. In: BORGES, A; CASTRO, M, G (Orgs). Família, gênero e gerações: desafios para as politicas sociais: São Paulo: Paulinas, 2007.

QUAINI, Massimo. A Construção da Geografia Humana, trad. Liliana Laganá, Rio de janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAMON, M. Dolors Garcia; CASTAÑER, Margarida; CENTELLES, Núria. Women and Geography in Spanish Universities, Professional Geographer, 40(3), p. 307-315. 1988.

RAMON, Maria Dolors García. Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. Universitat Autònoma de Barcelona. SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades, ISSN 1137-9669, 2008, vol. 20: 25-51.

RANGEL, Patrícia Calmon. Abuso sexual intrafamiliar recorrente. 2 ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

REDE de Enfrentamento da Violência Sexual. Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente. 2015.

RELPH, Edward. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. Canadian Geographer. 14 (3): 193-201. 1970.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. Geografia, v.4, n.7, p.1-25, abr. 1979.

RIBEIRO, Wallace Carvalho; LOBATO, Wolney e LIBERATO, Rita de Cássia. Notas sobre Fenomenologia, percepção e Educação Ambiental. Sinapse Ambiental. PUC: Minas. 2009.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon. Geotecnologias, Geografia e Crime: Espacialização da Violência Doméstica Contra a Mulher na Área Urbana de Porto Velho - Rondônia. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIR: Porto Velho, 2013.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs). Território sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

ROCHA, Hélio Rodrigues. A geografia amazônica na literatura. SK Editora. Porto Velho, 2012.

ROSE, Gillian. Feminism and geography: the limits of geographical knowledge, Cambridge: Polity. 1994.

ROSSINI, Rosa Ester. A Mulher como Força de Trabalho na Agricultura da Cana (Estado de São Paulo). Boletim de Geografia Teorética, 1992, vol. 22, n° 43-44, p. 295-305.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sonia Alves. Gênero e meio ambiente na Amazônia brasileira. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

SABATÉ, Ana; TULLA, Antoni. Geografía y género en España: una aproximación a la situación actual en Bosque Maurel J.et al. La geografía en España (1970-1990), Madrid:Fundación BBV, p. 277-283. 1992

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. São Paulo, Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo, Ed. Iglu, 2000.

SANTOS, Viviane Amaral. As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar. UnB. Instituto de Psicologia. Brasília, 2010.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção. 4ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SARTI, Cíntia Andersen, A família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez,2010.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. V. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEABRA, A. S; NASCIMENTO, H. M. Abuso sexual na infância. Pediatria Moderna. Disponível em: <http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html>. Acesso em: 18 agosto 2014.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito gênero na análise geográfica. In Revista de História Regional 8(1): 31-45. Verão 2003.

SILVA, Joseli Maria.(Org). Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA. Joseli Maria. NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio Jose. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose e CHIMIN JUNIOR Alides Baptista (Orgs). Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR Alides Baptista (Orgs). Geografias Malditas: corpos, sexualidade e espaços. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2013.

SILVA, Helena Oliveira; SILVA, Jailson de Souza e; Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil. Unicef. São Paulo: Global, 2005.

SILVEIRA, Rogério; UEDA, Vanda. Sobre Geografia Humanística. Ágora: Santa Cruz do Sul, v 1, n 1, p. 47-59, mar, 1995.

SIMONIAN, Lígia T. L.. A Mulher existe? In: Maria Luzia Miranda Álvares, Maria Ângela D´incao (org). Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado - Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

SOUZA, Sheila Ximenes de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. In. Revista Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder - Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Os ciclos econômicos e a condição feminina na Amazônia rondoniana.

SOUZA, Sheila Ximenes de e NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Os ciclos econômicos e a condição feminina na Amazônia rondoniana. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Vitor Hugo Duranti. A Resiliência como gerenciador de Pessoas e Profissional. UCP, Recife, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que são Direitos Humanos das Mulheres. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 321).

TOURINHO, Maria Berenice Alho da Costa; BRASIL, Walterlina. Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) da Rede de Atendimento a Criança e ao Adolescente Vítima da Violência Sexual. CDCA/RO e UNIR. Porto Velho. 2009.

TONON, Alicia Santolini. AGLIO, Juliene. O Trabalho do Assistente Social no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. 2009.

TUAN, Yi-Fu. Geography, phenomenology and the study of human nature. Canadian Geographer. 15 (2), 181-192, 1971.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL. p. 143-164. 1982.

TUAN,Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de: Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.

TUAN,Yi-Fu. Paisagem do Medo. Traduzido por: Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN,Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Traduzido por: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

TURRA NETO, Nécio. Observação participante como metodologia de pesquisa de campo em Geografia Cultural. Anais da XIII Semana de Geografia - Paraná 150 anos: natureza e formação socioespacial. Guarapuava: Unicentro, 2004. p. 81-95.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e gênero/ geografia feminista o que é isto? In: Boletim Gaúcho de Geografia, 1998, vol. 23, p. 105-120.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Violência doméstica: quando a vítima é a criança ou adolescente - uma leitura interdisciplinar. Florianópolis: OAB/S C Editora. 2006.

VIANNA, Heraldo Marelin. Metodologia da observação. In: _____. (Org.). Pesquisa em educação: a observação. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. v. 5, cap. I, p. 9-70.

VIVARTA, Veet. O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

VITALE, Maria Amália Fller. Famílias Monoparentais: Indagações, Revista Serviço Social & Sociedade nº 71,2002.

WAGNER, Adriana (coordenadora).Como se perpetua a família?: A transmissão dos modelos familiares. 1ª ed. Porto alegre, EDIPUCRS, 2005.

WILLIAMS, Lucia Cavalcante de Albuquerque; ARAUJO, Eliane Aparecida Campanha (org). Prevenção do Abuso Sexual: um enfoque interdisciplinar. Juruá Editora. Curitiba, 2011.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: _____. (org.). A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus Ed. 1998.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. V. 81, n 199, p. 425 - 451. Brasília: R. Brás. Est. Pedag., set/dez 2000.